



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa



Características físicas e sociais do espaço público

Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa

Filipa Catarina Antunes dos Santos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura

Júri

Presidente: Prof. António Costa

Orientador: Prof. Pedro Brandão

Co-orientador: Prof. Nuno Lourenço

Vogal: Prof.^a Teresa Heitor

Setembro 2008

RESUMO

O espaço público urbano é o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana e onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade. É o lugar onde se processa grande parte da socialização urbana, constituindo assim um reflexo da sociedade e um retrato da cidade.

A presente dissertação procura reflectir sobre o processo de interacção entre o homem e o espaço público num contexto urbano. Estudando a forma como as diversas características físicas e sociais de um espaço exterior público se relacionam com o uso desse espaço e a forma como as suas vivências são fomentadas pelo comportamento humano integrado num contexto social.

O trabalho estrutura-se em dois capítulos essenciais, sendo o primeiro baseado numa revisão bibliográfica e o segundo fundamentado na observação dos casos práticos.

O primeiro capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte apresentam-se os elementos básicos da linguagem arquitectónica do espaço público urbano que lhe conferem, simultaneamente, o seu próprio reconhecimento de lugar, com características próprias e a sua identificação com a própria cidade. Na segunda parte estuda-se o comportamento social nos espaços urbanos de forma a perceber como se processa a relação da sociedade com o espaço exterior comum.

No segundo capítulo elabora-se uma análise detalhada dos casos de estudo inseridos no contexto urbano da cidade de Lisboa, de forma a perceber a real significância dos aspectos abordados anteriormente na vivência urbana. Esta análise teve por base um método de observação empírica não quantificada.

O estudo desenvolvido neste trabalho permitiu-nos concluir que a diversidade e versatilidade dos espaços parecem ser factores determinantes para o seu uso, assim como a liberdade de uso e de escolha. Um espaço que responda a um maior número de solicitações é um espaço usado por mais pessoas e o aparecimento de novas actividades é impulsionado naturalmente.

Palavras-chave: Espaço público urbano ▪ Relação homem/espaço ▪ Comportamento humano ▪ Interacção social ▪ Percepção ▪ Vivências

ABSTRACT

The public urban space is the place where urban life and amusement take place and where it triggers the meeting of people who are part of the daily city life. It is the place where most of the urban socialization occurs, creating then a reflex of the society and a portrait of the city.

The present dissertation seeks to reflect on the interaction process between man and public space, in an urban context. Studying how the diverse forms of physic and social characteristics of an outdoor public space relate to the use of that space and how their experiences are encouraged by human behaviour in a social context.

The work structures into two main chapters, being the first based on a literature review and the second reasoned on observation of case studies.

The first chapter is divided into two sections. In the first section the basic elements of architectonic language of public space are presented, which simultaneously make it recognizable, with its own characteristics, and identify it with the city itself. In the second part social behavior in urban spaces is studied with the purpose of evaluating how the relation of society with outdoor common space processes.

In the second chapter, a thorough analyses of case studies inserted into the urban context of Lisbon city is elaborated, in order to understand the real influence of the life experience aspects aimed previously. This analysis was based on a method of empirical observation not quantified.

The study developed in this work allowed us to conclude that the diversity and versatility of the spaces seem to be determinant factors for its use, as well as the choice and use freedom. A space that answers to a heist number of requests is a space used by more people and the emergence of new activities is naturally stimulated.

Key words: Public urban space ▪ Relation man/space ▪ Human behavior ▪ Social interaction ▪ Perception ▪ Experiences

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. A PROBLEMÁTICA DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO	10
1.1. O ESPAÇO FÍSICO E OS SEUS UTILIZADORES	11
1.1.1.FORMA E ESTRUTURA FORMAL.....	12
1.1.2.DIMENSÕES E RELAÇÕES DIMENSIONAIS	20
1.1.3.ARQUITECTURA DOS EDIFÍCIOS ENVOLVENTES.....	24
1.2. O COMPORTAMENTO HUMANO NO ESPAÇO URBANO	27
1.2.1.ACÇÃO E INTERACÇÃO SOCIAL NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO.....	30
1.2.2.ACTIVIDADES SOCIAIS NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO	34
1.2.3.OS SENTIDOS E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO.....	40
CAPÍTULO 2. ESTUDO DE CASOS	44
2.1. INTRODUÇÃO	45
2.2. A RUA	46
2.2.1. RUA GARRETT	46
2.2.2. RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO	50
2.2.3. RUA DE SANTA JUSTA	54
2.3. A PRAÇA	57
2.3.1. PRAÇA DA FIGUEIRA.....	57
2.3.2. PRAÇA LUÍS DE CAMÕES	61
2.3.3. LARGO DO CARMO	65
2.4. O LARGO	70
2.4.1. LARGO DO CHIADO.....	70
2.4.2. LARGO DE SÃO DOMINGOS.....	75
2.4.3. LARGO DAS PORTAS DO SOL	80
2.5. ANÁLISE COMPARATIVA	85
CONCLUSÕES	89
BIBLIOGRAFIA	94
ANEXOS	96

LISTA DE FIGURAS E FONTES

- | Nº DA FIGURA | LEGENDA/FONTE |
|--------------|---|
| Figura 1: | Tipologias das praças urbanas segundo Robert Krier.
Fonte: CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve – <i>Public places urban – spaces: the dimensions of urban design</i> . 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 70 |
| Figura 2: | Formas fundamentais das praças segundo Gordon Logie.
Fonte: CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis de las – <i>Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño</i> . 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990, pp. 53 |
| Figura 3: | Praça com forte sentido de contenção – Praça Maior de Madrid; esquema da planta.
Fonte: desenho do autor |
| Figura 4: | Praça com forte sentido de contenção – Praça Maior de Madrid; vista aérea.
Fonte: http://livemaps.com [12.04.2008] |
| Figura 5: | Organização em “turbina” segundo Camillo Sitte.
Fonte: CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis de las – <i>Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño</i> . 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990, pp. 47 |
| Figura 6: | Relação entre praças e ruas segundo Carlos Caro e Juan Rivas.
Fonte: CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis de las – <i>Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño</i> . 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990, pp. 49-154 |
| Figura 7: | Efeito dos planos laterais segundo Carlos Caro e Juan Rivas.
Fonte: CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis de las – <i>Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño</i> . 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990, pp. 69 |
| Figura 8: | Elementos fundamentais da identidade dos lugares segundo John Punter.
Fonte: CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve – <i>Public places urban – spaces: the dimensions of urban design</i> . 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 99 |
| Figura 9: | Planta de localização dos casos de estudo.
Fonte: http://maps.google.com [06.05.2008] |
| Figura 10: | Fotografia aérea da Rua Garrett – Planta.
Fonte: http://maps.google.com [06.05.2008] |
| Figura 11: | Fotografia aérea da Rua Garrett – Perspectiva (vista Nascente). |

- Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 12: Pessoas na Rua Garrett durante o dia.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 13: Pessoas na Rua Garrett durante a noite
Fonte: fotografia do autor
- Figura 14: Planta da Rua Garrett (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 15: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 16: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 17: Alargamento da Rua Garrett.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 18: Pessoas em frente à Basílica de N. Sra. dos Mártires
Fonte: fotografia do autor
- Figura 19: Diagrama de circulação da Rua Garrett (anexo A13)
Fonte: desenho do autor
- Figura 20: Vista para os Armazéns do Chiado.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 21: Vista para o Largo do Chiado.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 22: Diagrama de fluxos pedonais da Rua Garrett (anexo A22).
Fonte: desenho do autor
- Figura 23: Fotografia aérea da Rua das Portas de Santo Antão – Planta.
Fonte: em: <http://maps.google.com>
- Figura 24: Fotografia aérea da Rua das Portas de Santo Antão – Perspectiva (vista Norte).
Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 25: As esplanadas a Rua das Portas de Santo Antão.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 26: As esplanadas a Rua das Portas de Santo Antão.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 27: Planta da Rua das portas de Santo Antão (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 28: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A01).
Fonte: desenho do autor

- Figura 29: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 30: Alargamento da Rua das Portas de Santo Antão – Vista Sul.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 31: Alargamento da Rua das Portas de Santo Antão – Vista Norte.
Fonte: fotografia do autor
- Filipa 32: Diagrama de circulação da Rua das Portas de Santo Antão (anexo A14).
Fonte: desenho do autor
- Figura 33: As fachadas da Rua das Portas de Santo Antão.
Fonte: fotografia do autor
- Filipa 34: As fachadas da Rua das Portas de Santo Antão.
Fonte: fotografia do autor
- Filipa 35: Diagrama de fluxos pedonais da Rua das Portas de Santo Antão (anexo A23).
Fonte: desenho do autor
- Figura 36: Fotografia aérea da Rua de Santa Justa – Planta.
Fonte: <http://maps.google.com> [06.05.2008]
- Figura 37: Fotografia aérea da Rua de Santa Justa – Perspectiva (vista Norte).
Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 38: Planta da Rua de Santa Justa (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 39: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 40: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A01).
Fonte: desenho do autor
- Figura 41: Vista para o Elevador de Santa Justa.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 42: Vista para o edifício da Polux.
Fonte: fotografia do autor
- Filipa 43: Diagrama de circulação da Rua de Santa Justa (anexo A15).
Fonte: desenho do autor
- Filipa 44: Diagrama de fluxos pedonais da Rua de Santa Justa (anexo A24).
Fonte: desenho do autor
- Figura 45: Fotografia aérea da Praça da Figueira – Planta.
Fonte: <http://maps.google.com> [06.05.2008]
- Figura 46: Fotografia aérea da Praça da Figueira – Perspectiva (vista Norte).

- Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 47: Vista para a Colina do Castelo.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 48: Vista para as Colinas das Chagas e de São Roque.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 49: Planta da Praça da Figueira (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 50: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 51: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 52: A Colina do Castelo parece prolongar a altura das fachadas da praça.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 53: Vista para as fachadas Nascente e Sul.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 54: Diagrama de circulação da Praça da Figueira (anexo A16).
Fonte: fotografia do autor
- Figura 55: Diagrama de fluxos pedonais da Praça da Figueira (anexo A25).
Fonte: fotografia do autor
- Figura 56: Uso do espaço central da praça.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 57: Uso do espaço marginal da praça.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 58: Fotografia aérea da Praça Luís de Camões – Planta.
Fonte: <http://maps.google.com> [06.05.2008]
- Figura 59: Fotografia aérea da Praça Luís de Camões – Perspectiva (vista Norte).
Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 60: A vida diurna da Praça Luís de Camões.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 61: A vida nocturna da Praça Luís de Camões.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 62: Planta da Praça Luís de Camões (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 63: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A02).
Fonte: desenho do autor

- Figura 64: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 65: Vista global da Praça Luís de Camões (Poente).
Fonte: fotografia do autor
- Figura 66: Vista para a Igreja do Loreto e da Encarnação.
- Figura 67: Diagrama de circulação da Praça Luís de Camões (anexo A17).
Fonte: fotografia do autor
- Figura 68: Diagrama de fluxos pedonais da Praça Luís de Camões (anexo A26).
Fonte: fotografia do autor
- Figura 69: Fotografia aérea do Largo do Carmo – Planta
Fonte: <http://maps.google.com> [06.05.2008]
- Figura 70: Fotografia aérea do Largo do Carmo – Perspectiva (vista Norte).
Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 71: Vista Norte do Largo do Carmo.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 72: Vista Sul do Largo do Carmo.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 73: Planta do Largo do Carmo (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 74: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 75: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A02).
Fonte: desenho do autor
- Figura 76: Uso do espaço do Largo do Carmo.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 77: Ocupação dos bancos.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 78: Diagrama de circulação do Largo do Carmo (anexo A18).
Fonte: desenho do autor
- Figura 79: Diagrama de fluxos pedonais do Largo do Carmo (anexo A27).
Fonte: desenho do autor
- Figura 80: Fotografia aérea do Largo do Chiado – Planta.
Fonte: <http://maps.google.com> [06.05.2008]
- Figura 81: Fotografia aérea do Largo do Chiado – Perspectiva (vista Nascente).
Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]

- Figura 82: Vista parcial do Largo do Chiado.
- Figura 83: Pessoas no Largo do Chiado
Fonte: fotografia do autor
- Figura 84: Planta da Largo do Chiado (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 85: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 86: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A03)
Fonte: desenho do autor
- Figura 87: Espaço pedonal v.s. espaço viário
Fonte:
<http://picasaweb.google.com/vimafeca/LISBOAAMinhaCidadeAoEntardecer/photo#5156443072871745378> [18.05.2008]
- Figura 88: Digrama de circulação do Largo do Chiado (anexo A19).
Fonte: desenho do autor
- Figura 89: Digrama de fluxos pedonais do Largo do Chiado (anexo A28).
Fonte: desenho do autor
- Figura 90: Concentração de pessoas junto à estátua do “Poeta Chiado”.
Fonte: http://picasaweb.google.com/eli.alves.silva/Portugal_LisboaRuasEMirantes/photo#5154418566920902274 [25.05.2008]
- Figura 91: Concentração de pessoas junto à saída de metro.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/holeinthespeaker/504923856/> [25.05.2008]
- Figura 92: Fotografia aérea do Largo de São Domingos – Planta.
Fonte: <http://maps.google.com> [06.05.2008]
- Figura 93: Fotografia aérea do Largo de São Domingos – Perspectiva (vista Norte).
Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 94: As vivências do Largo de São Domingos.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 95: Planta da Largo de São Domingos (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 96: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 97: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 98: Acesso à Rua Barros Queirós.
Fonte: fotografia do autor

- Figura 99: Acesso à Rua D. Antão de Almada.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 100: Digrama de circulação do Largo de São Domingos (anexo A20).
Fonte: desenho do autor
- Figura 101: Digrama de fluxos pedonais do Largo de São Domingos (anexo A29).
Fonte: desenho do autor
- Figura 102: Uso do espaço frente à Ginjinha
Fonte: fotografia do autor
- Figura 103: Pessoas a observar um engraxador.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 104: Pessoas junto aos bancos situados frente às lojas.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 105: Pessoas junto ao muro a observar o espaço.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 106: Fotografia aérea do Largo das Portas do Sol – Planta.
Fonte: <http://maps.google.com> [06.05.2008]
- Figura 107: Fotografia aérea do Largo das Portas do Sol – Perspectiva (vista Poente).
Fonte: <http://livemaps.com> [06.05.2008]
- Figura 108: Vista parcial sobre o Largo das Portas do Sol e a sua vista.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 109: Planta da Largo das Portas do Sol (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 110: Diagrama de Cheio/ Vazio (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 111: Diagrama de Cheio/ Vazio invertido (anexo A03).
Fonte: desenho do autor
- Figura 112: Vista parcial para os dois “grandes sub-espacos” do Largo das Portas do Sol.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 113: Diagrama de circulação do Largo das Portas do Sol (anexo A21).
Fonte: desenho do autor
- Figura 114: Diagrama de fluxos pedonais do Largo das Portas do Sol (anexo A30).
Fonte: desenho do autor
- Figura 115: Vista para o Palácio dos Condes de Azurara.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 116: Vista para a estátua de S. Vicente.

- Fonte: fotografia do autor
- Figura 117: Pessoas concentradas junto à esplanada.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 118: Limite frontal do espaço exterior ao “núcleo espacial”.
Fonte: fotografia do autor
- Figura 119: Rua Garrett.
Fonte: desenho do autor
- Figura 120: Rua das Portas de Santo Antão.
Fonte: desenho do autor
- Figura 121: Rua de Santa Justa.
Fonte: desenho do autor
- Figura 122: Praça da Figueira.
Fonte: desenho do autor
- Figura 123: Praça Luís de Camões.
Fonte: desenho do autor
- Figura 124: Largo do Carmo.
Fonte: desenho do autor
- Figura 125: Largo do Chiado.
Fonte: desenho do autor
- Figura 126: Largo de São Domingos.
Fonte: desenho do autor
- Figura 127: Largo das Portas do Sol.
Fonte: desenho do autor
- Figura 128: Áreas de ocupação do pavimento dos casos de estudo.
Fonte: tabela do autor
- Figura 129: Dimensões globais dos casos de estudo.
Fonte: tabela do autor

INTRODUÇÃO

OBJECTO DE ESTUDO

Esta dissertação analisa o processo de interacção entre o homem e o espaço público num contexto urbano, estudando a forma como as diversas características físicas e sociais de um espaço público exterior se relacionam com o comportamento humano nesse espaço e a forma como a acção e interacção social fomentam as suas vivências.

O espaço público urbano é um espaço “de livre acesso e uso colectivo”¹, integrado na malha da cidade. É, por excelência, o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana, o espaço de encontro daqueles que passam, permanecem e que fazem parte do quotidiano da cidade. É o lugar onde se processa grande parte da socialização urbana, constituindo assim um reflexo da sociedade e um retrato da cidade. Faz parte da memória colectiva e individual que constitui parte essencial da identidade de cada um e das referências que temos da cidade.

Sem esquecer as referências fundamentais ao papel do espaço público na cidade, são as impressões das pessoas, as suas necessidades e expectativas, as ligações ao lugar e a sua participação activa na criação e manutenção do espaço público que constituem a base social do espaço público urbano.

A acção humana é a característica matricial das vivências urbanas. Depende exclusivamente da contínua presença de outros homens, que agem e interagem uns com os outros no seio de uma vida em sociedade.

Um lugar criado numa determinada época e inserido num determinado contexto sócio-cultural, político e económico, pode ser usado de uma forma distinta daquela para a qual foi criado. Os contextos mudam, tal como podem mudar os padrões de comportamento. Para um mesmo lugar, as expectativas e necessidades podem variar, dependendo não apenas da diversidade cultural, da heterogeneidade de grupos de interesse ou de fluxos migratórios, mas também da evolução da erudição e da oscilação de interesses que um mesmo grupo pode apresentar para um mesmo espaço, ao longo do tempo.

“Na cidade só a transformação perdura.”²

Para cada sociedade e em cada momento existe um conjunto determinado de condições para compreender, sentir e agir nas oportunidades oferecidas pelo espaço, ao mesmo tempo que o espaço, em sentido pleno, expressa as formas de adaptação dessas condições.

¹ Pedro BRANDÃO; Miguel CARRELO; Sofia ÁGUAS – *O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design, 2002, pp. 189.

² Alberto Rizzone FAVACCHIO, – *O Planeamento do Espaço Público e a Qualidade das Cidades*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano. Lisboa: 2002, pp. 9.

MOTIVAÇÃO

A escolha deste tema prende-se, num primeiro momento, com o enfoque do trabalho de Projecto Final na Baixa de Lisboa, que implicou uma reflexão acerca do sistema de espaços públicos do centro histórico da cidade.

A tomada de consciência da crescente descaracterização e desumanização dos novos espaços públicos urbanos, enquanto se assiste à constante dinâmica dos espaços públicos mais antigos do centro histórico da cidade, foi resultado daquela reflexão.

Há espaços que conseguem, por si só, captar vivências e desencadear relações humanas, ao mesmo tempo que se transformam e adaptam para responder às exigências daqueles que os usam. Foram estes espaços que, desde cedo, motivaram este estudo:

- Pelo fascínio das transformações que neles ocorrem, através da interactividade das pessoas;
- Pelo encanto da capacidade de alguns espaços em conseguir atrair vivências diversas, que reflectem a sua essência de forma simples e clara, através daqueles que o usam e que neles desenvolvem actividades.

“O espaço público fantástico é aquele que capta o olhar e amplia a imaginação... é talvez aquele que não foi desenhado para ser fantástico mas, tão simplesmente, para cumprir a sua função.”³

OBJECTIVOS A ATINGIR

O objectivo fundamental desta dissertação é estudar e reflectir acerca da dinâmica das relações entre pessoas e espaço público exterior urbano, com auxílio da observação e análise de alguns espaços da cidade de Lisboa.

Além deste objectivo principal podemos estabelecer como objectivos específicos os seguintes:

- Compreender o que faz com que um espaço que não foi planeado como espaço de estada, ou sem características particulares que incitem o encontro ou permanência de pessoas, se transforme num local com particular vivacidade, em que se cruzam vidas e se trocam experiências.
- Perceber de que forma a organização do espaço e as suas propriedades físicas dão sentido à forma como estes lugares se tornam essenciais para gerar, manter e estabelecer os padrões de movimento e a conduta dos indivíduos no espaço.
- Entender como se processa a ocupação do espaço pelos seus utilizadores, quais as características do espaço que a favorecem e quais as implicações no comportamento humano e na interacção entre as pessoas.

Podemos ainda estabelecer alguns objectivos metodológicos que permitam estruturar o estudo:

- Desenvolver uma pesquisa teórica que permita estabelecer critérios de abordagem e conduzir a análise.

³ Fernando Manuel Brandão ALVES – *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 316.

- Praticar uma observação que permita uma análise empírica, ainda que não quantificável, com base em casos de estudo.

METODOLOGIA

A metodologia seguida para o desenvolvimento do trabalho consistiu essencialmente em dois instrumentos:

- Pesquisa teórica, que pudesse fundamentar e orientar a pesquisa operacional;
- Análise prática, por meio de observação directa e registo de verificação, de acordo com os padrões previamente estabelecidos.

A primeira fase do trabalho debruçou-se na pesquisa de bibliografia que abordasse temas relacionados com o comportamento humano, práticas sociais urbanas e interdependência entre seres sociais e com as características do espaço público, desenho urbano, arquitectura e arquitectura da cidade.

Na segunda fase seleccionaram-se as categorias de espaço público urbano a estudar. Uma vez que a cidade é uma estrutura complexa e composta por diversas tipologias de espaço público, sentiu-se necessidade de delimitar o universo de estudo para que se pudessem retirar conclusões. Assim, o estudo de casos foi estruturado da seguinte forma:

- Seleccionaram-se casos de estudo na zona histórica da cidade de Lisboa, aqueles que melhor respondiam ao que se pretendia analisar e que seriam acompanhados por meio de visitas em diferentes fases do dia e em diferentes dias da semana.
- Fez-se o registo das actividades desenvolvidas e dos comportamentos dos utilizadores de cada espaço e o levantamento das características físicas específicas em cada caso.
- Analisaram-se os resultados da observação directa dos diferentes casos de estudo e compararam-se de forma a obter conclusões.

Nenhuma das etapas do processo de desenvolvimento deste trabalho é estanque, é sim um processo de investigação evolutivo, que resulta do cruzamento dos conhecimentos adquiridos das várias fases do trabalho.

O método de análise usado para estudar os casos práticos apresentados neste trabalho consistiu na observação empírica, não quantificável.

A complexidade da relação ambiente-comportamento levou-nos a limitar a observação a determinados parâmetros, de forma a podermos obter conclusões neste domínio. Foi também nestes parâmetros que concentrámos o desenvolvimento teórico.

Na deslocação aos casos de estudo observámos as suas características espaciais (posteriormente confrontadas com outros elementos de estudo como plantas, ortofotomapas, fotografias aéreas, etc.), nomeadamente a forma e estrutura formal, as dimensões, a composição das fachadas dos edifícios e a relação da massa construída com o espaço vazio. Observámos da mesma forma o comportamento dos utilizadores dos espaços, nomeadamente a forma como usam o espaço, o tipo

de actividades que neles desenvolvem, o que os leva usar o espaço, a forma como se processam os contactos entre as pessoas e a forma como interagem com a envolvente.

A observação empírica pode conduzir a alguma ambiguidade nos resultados obtidos. Esta ambiguidade pode no entanto ser reduzida pela confrontação dos casos de estudo e pela restrição do estudo aos parâmetros estipulados previamente.

Na pesquisa para este trabalho deparámo-nos com diversos métodos de estudo do espaço urbano e da sua relação com os utilizadores, como é o caso da análise sintáctica dos estudos espaço-funcionais de Teresa Heitor, ou os métodos de avaliação da qualidade espacial apresentados em dois trabalhos distintos, um coordenado por Pedro Brandão e outro desenvolvido por Fernando Brandão Alves. No entanto, o que esperávamos deste estudo era poder compreender o espaço na perspectiva do seu utilizador, perceber o espaço percorrendo-o, vivendo-o. Foi este motivo que nos levou a escolher uma metodologia de observação não quantificada, apreendida a partir da experiência directa mais adequada às limitações temporais do trabalho. Fica no entanto o repto para desenvolvimentos futuros que poderão basear-se em metodologias sistemáticas, como as apresentadas pelos autores referidos ou outros, que poderão permitir chegar mais longe neste estudo e nas conclusões obtidas.

DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO / ESTUDO DE CASOS

No âmbito deste estudo importa individualizar, para efeitos da análise, categorias de espaço público homogéneas, seleccionadas com base em diversos factores como a forma, configuração, dimensões, funções, movimento, mobilidade, etc. Assim, os elementos de análise deste trabalho são aqui agrupados em três principais categorias de espaço: a rua, a praça e o largo.

- A rua é um espaço de circulação que vive em directa e estreita relação com os edifícios que a definem e que contribuem para a sua leitura como eixo organizador ao longo do qual a rua se desenvolve. Consiste ao mesmo tempo num percurso e num lugar e promove o encontro e relação bilateral entre público e privado. Apresenta uma forma linear e pode conter tráfego pedonal e/ou motorizado.

Os casos em análise são: Rua Garrett, Rua das Portas de Santo Antão e Rua de Santa Justa.

- A praça é, historicamente, o lugar reservado ao encontro, o grande espaço dedicado ao estar na cidade, onde é possível desenvolver diversas actividades económicas, sociais, culturais e de lazer.

Em sentido estrito a praça é o resultado do agrupamento de edifícios à volta de um espaço livre, muitas vezes construída para enquadrar um edifício ou um conjunto de edifícios associados ao poder ou à religião, o que denota a forte relação existente entre o vazio e os edifícios. Apresenta normalmente uma forma regular, clara e geometrizada, contendo limites perfeitamente definidos e transportando uma noção de centralidade e a sensação de “estar” mais do que de “passar”.

É importante referir desde já que é devido a estas características espaciais inerentes às praças que, o espaço denominado de Largo do Carmo, é inserido nesta categoria de espaço

público urbano. Apesar da sua denominação, a regularidade, clareza e geometria espacial do Largo do Carmo integra-se perfeitamente nesta categoria.

Os casos em análise são: Praça da Figueira, Praça Luís de Camões e Largo do Carmo.

- O largo é o local que surge do encontro de ruas e ruelas, da “territorialidade” dos edifícios que se intercepta, é um lugar de articulação que promove a interacção de pessoas e vivências de proximidade. Apresenta normalmente uma forma irregular e com limites pouco claros.

Ao contrário do que acontece em relação às categorias que acabámos de apresentar, o largo não tem uma caracterização espacial bem definida. É muitas vezes inserido na categoria de praça ou mesmo de rua, por constituir um alargamento desta, por não ter uma caracterização consolidada.

É, no entanto, uma categoria de espaço frequente na morfologia urbana de Lisboa, o que nos levou a considerá-lo para este estudo.

Os casos em análise são: Largo do Chiado, Largo de São Domingos e Largo das Portas do Sol.

No contexto desta abordagem assume particular importância a definição do objecto de estudo, não só para a pesquisa operacional e análise prática, bem como para a reflexão teórica.

“Qualquer tentativa de analisar a composição do espaço urbano, não pode nunca limitar-se exclusivamente ao problema da forma.”⁴ O contexto em que o espaço foi criado, o programa, as necessidades de uso e as características do lugar são outros tantos factores materiais da composição dos espaços. As limitações inerentes a este trabalho fazem-nos restringir o âmbito de estudo às suas características mais significativas (as que condicionam a actividade humana e social presentes) para que assim possamos ter uma relação directa entre a pesquisa teórica e a análise prática.

Posteriormente, através da observação directa, analisam-se detalhadamente as características físicas do espaço e a forma como estas condicionam os seus utilizadores. Estudam-se também os estímulos a que reage a presença humana nesses espaços e a forma como se processa a relação dos utilizadores com o espaço e entre eles, isto é, o que promove o encontro e a criação de vivências. Esta análise será exposta com recurso a elementos gráficos e fotografias.

ESTRUTURA E CONTEÚDOS

Este trabalho está dividido em dois capítulos, partindo da apresentação dos elementos físicos que influem directamente na percepção e na imagem que as pessoas têm do lugar, passando pela análise do comportamento social na interacção com o espaço e terminando na aplicação das ideias e conceitos analisados em casos particulares.

No primeiro ponto do primeiro capítulo apresentam-se os elementos básicos da linguagem arquitectónica do espaço público urbano que lhe conferem, simultaneamente, o seu próprio

⁴ Carlos Martínez CARO; Juan Luis de las RIVAS – *Arquitectura urbana – elementos de teoría y diseño*. 2ª edição. Madrid: Librería Editorial Bellisco, 1990, pp. 161. (tradução nossa)

reconhecimento de lugar, com características próprias e a sua identificação com a própria cidade. Estuda-se o conjunto de características que definem os espaços e que podem influenciar a percepção desses espaços e conseqüentemente o comportamento humano na sua utilização.

No segundo ponto do primeiro capítulo estuda-se o comportamento social nos espaços urbanos de forma a perceber como se processa a relação da sociedade com o espaço exterior comum. Reflecte-se sobre as práticas individuais, sobre as condutas pessoais e sobre a percepção dos espaços através dos sentidos.

No segundo capítulo elabora-se uma análise detalhada dos casos de estudo inseridos no contexto urbano da cidade de Lisboa, de forma a perceber a real significância dos aspectos abordados anteriormente na vivência urbana.

ESTADO DA ARTE

As obras mais relevantes para o desenvolvimento deste trabalho são aqui apresentadas, bem como a contribuição desse conhecimento para o estudo da problemática em causa.

Algumas obras foram relevantes para a compreensão das características físicas e espaciais (a, b), bem como sociais (c) do espaço público, outras foram importantes pela metodologia de trabalho usada pelos seus autores, que nos permitiu compreender a abordagem de outros estudiosos do espaço público, nomeadamente: observação empírica (d), análise sintáctica (e) e avaliação da qualidade do espaço público (f/g).

a) “Arquitectura urbana: elementos de teoria y diseño” Carlos Caro et al.

Esta obra aborda a temática da arquitectura urbana, desde a morfologia urbana até à relação do espaço público com a cidade. Pormenoriza o estudo do espaço público de acordo com as principais categorias convencionadas. Analisa as características físicas dos espaços e a forma como estas são percebidas.

A sua principal contribuição para o desenvolvimento deste trabalho é ao nível da estruturação, da organização e avaliação das componentes físicas do espaço, bem como no impacto destas para a percepção e formulação da sua imagem.

b) “Public places urban spaces: the dimensions of urban design” – Matthew Carmona et al.

Esta obra debruça-se nas complexas e interdependentes dimensões do desenho urbano. Explora conceitos de operacionalidade do projecto urbano com base em conceitos teóricos, pesquisa e prática do desenho urbano. Apresenta seis dimensões chave da teoria e prática do desenho urbano: a morfológica, a perceptual, a social, a visual, a funcional e a temporal.

A compreensão da visão destes autores acerca das dimensões do desenho urbano fez-nos entender o funcionamento do espaço público, os seus intervenientes e a sua leitura.

c) “Life between buildings – using public space” – Jan Gehl

Neste livro Ghel debruça-se no estudo dos espaços públicos como protagonistas da vida urbana e na forma como estes espaços se podem tornar lugares com relevo e significado para aqueles que os usam. Dá-nos uma perspectiva diferente dos espaços, a perspectiva da sua utilização, com base nas experiências simples da vida quotidiana e na relação com a arquitectura e espaço físico envolvente. Faz uma análise comportamental baseada na apropriação do espaço como resultado da interacção homem/espaço e homem/sociedade.

Este estudo permitiu-nos perceber a forma como o “espaço entre edifícios” pode funcionar como motor das vivências urbanas, qual a organização espacial capaz de promover relações sociais, quais as actividades desenvolvidas no espaço público e como se processam. Constituiu a principal base do entendimento da interacção entre espaço público e vivências urbanas.

d) “The social life of small urban spaces” – William H. Whyte

Este livro baseia-se num estudo desenvolvido ao longo de vários anos por William Whyte e pela sua equipa, intitulado “The Street Life Project”. Este estudo, agora documentado sobre a forma de livro, pretendia perceber porque é que alguns espaços públicos da cidade de Nova York são muito usados e outros não.

Para cumprir esse objectivo, Whyte e a sua equipa, instalaram câmaras de vídeo em espaços públicos pré-seleccionados, acompanharam o seu dia-a-dia, fizeram entrevistas aos seus utilizadores e analisaram os comportamentos e hábitos sociais desses espaços.

Apesar dos hábitos dos cidadãos americanos serem bastante diferentes dos hábitos dos cidadãos europeus e em especial dos portugueses, que analisamos neste trabalho, este livro permitiu-nos perceber que certos comportamentos estão intrinsecamente relacionados com as características dos espaços e com as pessoas que os usam. Despertou-nos a atenção para esses comportamentos e para a forma como podem ser observados, analisados e explicados.

e) “A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica” – Teresa Valsassina Heitor

Esta obra enquadra-se no contexto da análise espacial e aborda a temática da relação mútua entre o comportamento humano e as características morfológicas e configuracionais dos espaços naturais ou construídos.

Com a realização deste trabalho a autora pretendeu encontrar as razões que fazem com que o padrão espacial dos núcleos urbanos de habitação social contribua para expor o espaço construído a acções negligentes e comportamentos transgressivos, por parte dos indivíduos ou dos grupos que usam o espaço. Centrando-se no estudo da análise espacial e na relação ambiente-comportamento, descreveu o espaço de Chelas (em Lisboa) de uma forma objectiva e rigorosa e caracterizou o uso do espaço (nomeadamente os padrões de actividades pedonais e os

comportamentos negligentes e transgressivos). Explorou ainda as relações existentes de forma a detectar a contribuição do padrão espacial para a vulnerabilidade do espaço.

Este trabalho foi elaborado com recurso a um método descritivo de análise espacial, designado de análise sintáctica. Este método permite descrever o espaço de um modo objectivo e rigoroso, relacionando-o com problemas específicos do comportamento humano. A complexidade do espaço foi reduzida a um conjunto de elementos preestabelecidos pela autora e seleccionados de forma a poderem ser descritos com rigor, em função do tipo de comportamento que pretendia relacionar.

O modelo de análise sintáctica foi primeiramente desenvolvido por Hillier e Hanson, com o objectivo de compreender as características físicas e espaciais da forma urbana e de as relacionar com a sua dinâmica e natureza social, a partir de um conjunto de técnicas, com base em elementos concretos e quantificáveis.

Esta obra é relevante para poder compreender a relação entre a configuração do espaço e o comportamento dos que o usam. É também importante para perceber a forma como se pode estruturar uma análise espacial que permita qualificar e quantificar de forma rigorosa os resultados da observação, organizando dados que permitem uma comparação criteriosa entre situações distintas.

f) “O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público” – Pedro Brandão et al.

Este guia, coordenado pelo Arquitecto Pedro Brandão, procura estimular a reflexão sobre a problemática do design urbano e encorajar um desenho de qualidade para o espaço público. Constitui uma ferramenta prática que visa fornecer os meios necessários, às entidades com responsabilidades na gestão de espaços públicos ou aos financiadores das operações, para que se efective uma produção e requalificação consciente e de qualidade para os espaços urbanos. Para isso, o guia estabelece critérios de referência que possibilitam a adopção de procedimentos de avaliação uniformes e querentes, de forma que se possam detectar atempadamente as virtudes e debilidades de cada projecto, e que se façam as respectivas correcções.

Os critérios de avaliação do desenho do espaço público são estipulados com base nas questões técnicas, sociais, económicas e ambientais, tendo em conta o princípio de que um bom projecto de espaço público “serve o seu objectivo, é sustentável, eficiente, coerente e flexível, corresponde às expectativas e necessidades dos utilizadores e fornece espaços aptos a serem apropriados, estimados e usufruídos pelas suas comunidades.”

Em primeiro lugar os autores apresentam algumas considerações gerais acerca do tema abordado e do próprio trabalho. Em seguida, elaboram uma classificação de categorias de espaços públicos, apresentando os diferentes tipos de espaços e estabelecendo os objectos que se enquadram na análise. Elaboram depois uma grelha de critérios reconhecidos como fundamentais num projecto de espaço público, apresentando critérios gerais, que se referem aos parâmetros qualitativos a que o espaço pode dar resposta e, critérios específicos de áreas de intervenção do projecto.

Apresentam em seguida uma série de estudos de casos e, por fim, estabelecem uma “checklist”, destinada a permitir a avaliação da performance dos diversos domínios e parâmetros em análise.

A metodologia seguida pelos autores deste trabalho permite uma adaptação da avaliação da qualidade a cada caso específico, uma vez que os critérios a considerar para um determinado caso variam. Através desta abordagem é possível perceber quais são os parâmetros a valorizar e preocupações envolvidas na criação e requalificação dos espaços urbanos.

A sua contribuição para a valorização dos espaços é significativa, uma vez que a forma como aborda o tema torna-a acessível a todos os intervenientes na vida do espaço público, permitindo assim a melhoria das suas condições.

g) “Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica” – Fernando Manuel Brandão Alves

Este estudo aborda a temática da qualidade do espaço público, com o objectivo de criar uma metodologia que possibilite a sua avaliação.

Combinando critérios relativos à morfologia e à funcionalidade do espaço público urbano, com vista a uma classificação criteriosa, o autor pretende obter uma análise detalhada das exigências e factores qualitativos no processo de planeamento e manutenção do espaço urbano. Além disto, pretende também abordar a questão da interdisciplinaridade necessária à concepção e conservação do espaço público, chamando a atenção à necessidade da colaboração de todos os que, de alguma forma, intervêm na sua criação, manutenção e utilização.

O âmbito deste trabalho não se esgota, no entanto, na análise dos factores qualitativos da classificação do espaço público. Centra-se também no estudo das dimensões humanas do espaço, com base nos processos de composição, uso e manutenção de um espaço acessível que satisfaça as necessidades dos seus utilizadores, segundo uma avaliação qualitativa baseada na óptica do utilizador. A forte base social que caracteriza o método de avaliação da qualidade do espaço público urbano proposto neste estudo dá ênfase às necessidades e expectativas dos que fazem parte do quotidiano dos espaços, bem como às vantagens da sua participação activa na criação e manutenção do espaço.

Neste trabalho o autor propôs um método “inclusivo e interactivo”, contrapondo-o entre a morfologia do espaço público urbano e a sua classificação funcional.

Esta abordagem permitiu-nos perceber a globalidade do processo de desenho e utilização do espaço público e as formas de intervenção e participação humana. Deu-nos ainda pistas para aquelas que serão as características espaciais que poderão servir de incentivo à maior ou menor utilização do espaço.

CAPÍTULO 1. A PROBLEMÁTICA DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO

1.1. O ESPAÇO FÍSICO E OS SEUS UTILIZADORES

1.1.1. – FORMA E ESTRUTURA FORMAL

1.1.2. – DIMENSÕES E DESNÍVEIS

1.1.3. – ARQUITECTURA DOS EDIFÍCIOS ENVOLVENTES

1.2. O COMPORTAMENTO HUMANO NO ESPAÇO URBANO

1.2.1. – ACÇÃO E INTERACÇÃO SOCIAL NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO

1.2.2. – ACTIVIDADES SOCIAIS NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

1.2.3. – OS SENTIDOS E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

1.1. O ESPAÇO FÍSICO E OS SEUS UTILIZADORES

Para definir o conceito de espaço público urbano exterior, podemos dizer, baseando-nos na óptica de Carlos Caro e Juan Rivas⁵, que este é um espaço delimitado, de uma forma mais ou menos perceptível, normalmente pelo plano do solo; pelo plano da fachada dos edifícios que o rodeiam e dos vazios entre eles, ou simplesmente por espaços vazios; e pelo “plano do céu” que se estende sobre si. Distingue-se dos demais espaços urbanos pelas carga de funções e fins sociais que lhe estão associados, uma vez que representa um lugar de intercâmbio de bens, serviços e de experiências de vida.

O espaço público urbano constitui uma organização estrutural que serve de palco para as actividades sociais e que tem como base factores como a relação entre a forma e a configuração dos edifícios circundantes, a sua uniformidade ou variedade, as suas dimensões absolutas e proporções relativas, a convergência das ruas e a localização dos monumentos, fontes, ou outros elementos bi ou tridimensionais.

“(…) o espaço tem capacidade para estimular tipos particulares de comportamentos”.⁶ Quando estamos num espaço de estada com uma determinada forma, dimensão, estrutura, luz, etc., respondemos ao seu carácter, à sua atmosfera espiritual, relacionando-nos com ele e identificando-o como lugar, ao mesmo tempo que lhe damos vida e contribuimos para a sua identificação perante os outros. Essa identificação ou sintonia com o espaço, esse sentido de localização perante a posição que se ocupa numa rua, numa praça ou num largo é que nos faz identificar um espaço público como sendo exclusivo e distinto de todos os outros.

São as características físicas do espaço exterior público que influenciam a sua leitura, a forma como o sentimos e vivemos. É esta relação entre espaço e seus utilizadores que exploramos ao longo deste capítulo.

⁵ Carlos Martínez CARO; Juan Luis de las RIVAS – *Arquitectura urbana – elementos de teoría y diseño*. 2ª edição. Madrid: Librería Editorial Bellisco, 1990, pp. 30. (tradução nossa)

⁶ Teresa Frederica Tojal de Valsassina HEITOR – *A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Território. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.
A autora refere ser esta a premissa que serviu de base à “teoria da territorialidade” explorada por Chermayeff e Alexander, Newman, Altman e Coleman.

1.1.1. FORMA E ESTRUTURA FORMAL

Quando falamos da forma de um objecto referimo-nos à sua aparência ou configuração exterior, que nos é transmitida pela leitura visual (e/ou por vezes táctil) que temos desse mesmo objecto. Este conceito é transportado para o espaço público urbano por diversos autores (Robert Krier por exemplo), uma vez que o espaço também possui uma forma e uma estrutura formal.

A forma do espaço público urbano pode ser entendida segundo duas perspectivas distintas, embora não dissociáveis. A primeira refere-se à forma definida pela configuração da planta. Esta representa a relação entre as dimensões que definem o plano do solo do espaço. Como se estivéssemos a observar uma fotografia aérea do espaço, onde os elementos envolventes funcionam como marcação dos limites do espaço e onde a bidimensionalidade têm especial ênfase. Por outro lado há que considerar igualmente a estrutura formal. Esta reporta-nos ao volume aparente do espaço, dado pela conjugação dos elementos construídos num todo, formando uma estrutura formal tridimensional.

FORMA DEFINIDA PELA CONFIGURAÇÃO DA PLANTA

No que se refere à forma determinada pela configuração da planta, a praça é a que apresenta maior definição. Robert Krier⁷ estabelece três configurações a partir de três figuras geométricas fundamentais: o quadrado, o círculo e o triângulo; sobre as quais poderão ser aplicados processos de transformação como: dobrar, dividir, somar, penetrar, sobrepor, misturar e distinguir; o que dará origem a todas as tipologias geometricamente regulares e irregulares possíveis para a planta da praça, delimitada por elementos construídos ou não.

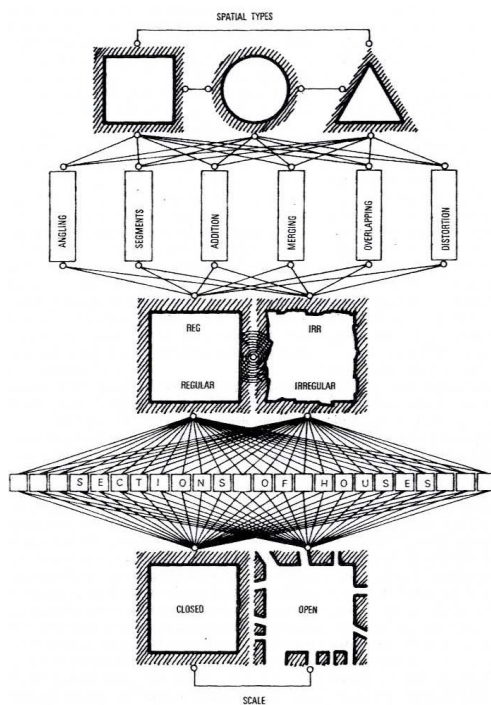


Figura 1: Tipologias das praças urbanas segundo Robert Krier.

⁷ Robert KRIER– *L'espace de la ville*. Belgica: AAM editions, 1975. (tradução nossa)

Pela análise feita por Carlos Caro e Juan Rivas⁸ ao quadro das formas fundamentais de praças, de Gordon Logie, temos as seguintes configurações principais do espaço praça:

- Praça quadrada, que apresenta uma grande equidade, o que tende a criar alguma dificuldade no destaque de elementos.
- Praça rectangular, cujo desenho da planta facilita o realce dos edifícios, sendo mesmo considerada por este autor como a “praça com clímax para um edifício”.⁹
- Praça em forma de “L”, que surge da combinação de dois espaços para conseguir um recinto maior, onde as vistas dos extremos do espaço são ampliadas e cuja intersecção dos braços sugere ser a melhor localização de elementos simbólicos.
- Praça semicircular, que capta as vistas para o centro da aresta recta do semicírculo.
- Praça triangular, que parece ser o resultado da intersecção irregular de ruas.
- Praça circular, a mais encerrada sobre si própria e com um contorno muito explícito, que reforça a sua identidade e estabelece o seu centro com precisão.
- Praça irregular, onde a distribuição dos elementos, regular ou irregularmente, destacam a própria formalidade da praça assim como o seu significado.

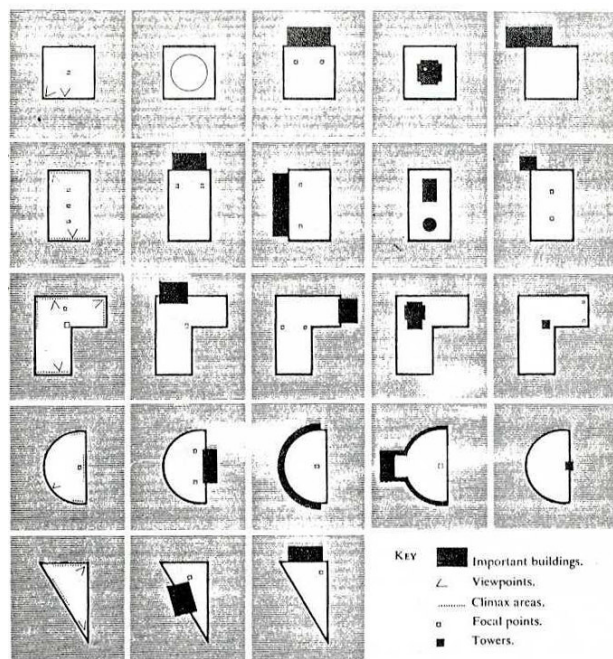


Figura 2: Formas fundamentais das praças segundo Gordon Logie.

As abordagens destes autores resumem com clareza e de forma simplificada, aquela que pode ser a forma da planta do espaço público praça.

⁸ Carlos Martinez CARO; Juan Luis de las RIVAS – *Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño*. 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990, pp. 53-54. (tradução nossa)

⁹ idem

No que diz respeito à rua, a sua forma está normalmente associada a um eixo longitudinal linear, regular ou irregular, côncavo ou convexo e pode assumir pontualmente outras formas, ao longo do seu desenvolvimento, sem deixar de ser um espaço rua.

O largo apresenta uma planificação irregular, normalmente associada à sua criação que nem sempre foi deliberada e os seus limites podem tomar a forma dos outros espaços que com ele confinam.

ESTRUTURA FORMAL

A estrutura formal tridimensional de um espaço é dada pela relação entre o espaço vazio e os elementos construídos que o definem ou caracterizam. A localização dos edifícios e a relação entre eles influencia fortemente a leitura que se tem de cada espaço.

Para que um espaço seja percebido como tal deve haver um certo sentido de contenção espacial, que pode ser mais ou menos evidente e pode ser percebido de uma forma imediata ou à medida que se percorre o espaço.

Ao depararmo-nos com um edifício isolado não conseguimos identificar um espaço, apenas percebemos que estamos perante um objecto no espaço. Se o edifício isolado estiver perto de outros, sem qualquer tipo de relação entre eles, continuamos a não nos sentir na presença de um espaço. Este tipo de configurações forma aquilo que é designado por diversos autores como “espaço negativo”, que é um espaço informe, onde a configuração e os limites não são perceptíveis

Por sua vez, o “espaço positivo” surge pela organização e agrupamento dos diversos elementos construídos em torno de um espaço, apresentando uma forma definida e contida. São estes espaços que possibilitam uma leitura de conjunto, é neles que se consegue identificar uma rua, uma praça ou um largo.

O EFEITO DOS LIMITES – PRAÇA

Às praças está normalmente associado um carácter de encerramento que é dado pelos edifícios, ou outros elementos, que se agrupam em torno de um espaço vazio, normalmente com uma configuração geométrica, como atrás referimos. Aí temos a sensação de que os edifícios circundantes são as paredes do espaço, envolvem o plano do solo da mesma forma que envolvem quem nele se encontra.

Este carácter de encerramento pode ter mais ou menos ênfase em função da configuração do espaço, das aberturas que as fachadas dos edifícios circundantes possuem e do carácter das ruas ou outros espaços que nele confinam. Se as fachadas dos edifícios que envolvem a praça são lidas como uma só, pela forte homogeneidade do conjunto; se as ruas que convergem no espaço fazem parte do plano da fachada, por estarem dissimuladas por entre arcos, pórticos, colonatas, arcarias, etc.; ou se estão estrategicamente colocadas, de forma a serem imperceptíveis, então estamos perante um carácter completamente encerrado do espaço. Neste caso, estar no espaço é quase como estar num compartimento interior de um edifício, em que a sensação de volume e de

acolhimento atinge o seu auge, podendo mesmo tornar-se sufocante estar no seu interior, quando a envolvente tem um carácter tão forte que se projecta sobre o próprio espaço ou quando não há um equilíbrio de proporções. Ao mesmo tempo isola-se a praça do resto dos espaços e vivências da cidade, assim como se perde a capacidade de convidar a “entrar” nela.

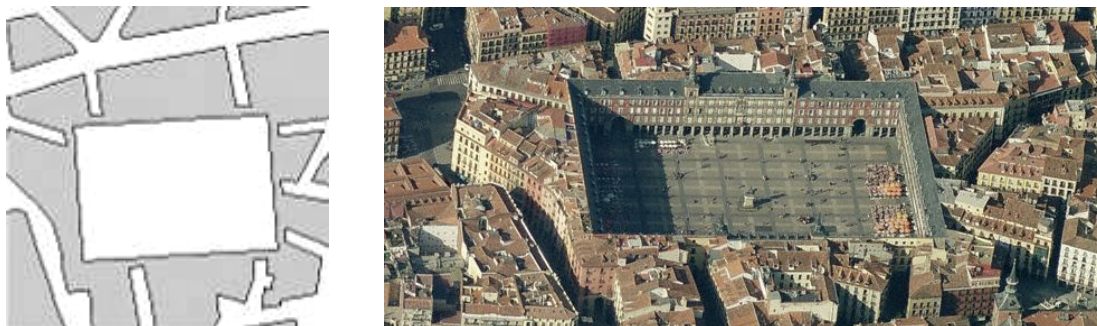


Figura 3 e 4: Praça com forte sentido de contenção – Praça Mayor de Madrid

3: Esquema da planta; 4: Vista aérea

De facto, o posicionamento e configuração das aberturas entre e/ou nos edifícios envolventes, formadas pelas ruas ou outros espaços que confluem na praça, são determinantes para a caracterização do espaço. Camillo Sitte sugeria o “efeito de turbina”¹⁰, em que, se as aberturas estivessem posicionadas sempre na mesma direcção e nunca perpendicularmente à praça, alcançava-se um sentido pleno de encerramento espacial, uma vez que, de qualquer ponto da praça, só seria possível ter uma vista para o exterior e com isso conseguia-se que não houvesse mais do que uma interrupção no seu contorno e unidade.

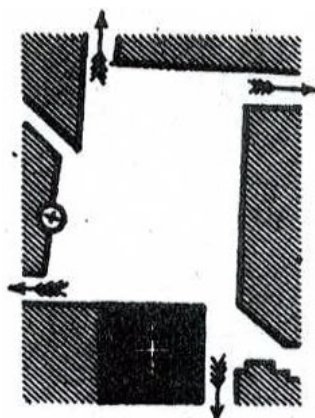


Figura 5: Organização em “turbina” segundo Camillo Sitte.

No entanto “um certo grau de encerramento, em vez de ser total, é necessário”.¹¹ Por isso é importante perceber qual é o efeito que as aberturas provocam no espaço.

¹⁰ Donald WATSON; Alan PLATTUS; Robert SHIBLEY – *Time-saver standards for urban design*. Nova York: McGraw-Hill, pp. 2.1-7. (tradução nossa)

¹¹ Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 141. (tradução nossa)

Carlos Caro e Juan Rivas¹² formularam uma série de exemplos que frequentemente se observam nos acessos e atravessamentos das praças:

- Quando as ruas são perpendiculares às esquinas (figura 6, A), estas parecem separar as fachadas dos edifícios do espaço do pavimento, o qual se transforma numa ilha central. Neste caso a sensação de volume fica desvirtuada pelas aberturas.
- Se as ruas são paralelas e unidireccionais (figura 6, B), as fachadas dos edifícios perpendiculares às ruas aproximam-se, ao mesmo tempo que as fachadas dos edifícios paralelos a estas se prolongam visualmente para o exterior do espaço e as aberturas criadas pelos arruamentos nas fachadas são reduzidas.
- No caso em que as aberturas de cada esquina ficam opostas a uma parede (figura 6, C), podemos ver as fachadas da praça a partir de qualquer rua, o que pode criar um efeito que convida o acesso ao interior do espaço e permite que, ao olhar para cada fachada da praça, se veja apenas uma abertura, aumentando assim a percepção dos limites que definem o espaço.
- Quando as aberturas estão no centro das fachadas (figura 6, D), a sua configuração é determinante para o seu sentido de unidade. Se a abertura fizer parte do plano dos edifícios (como vimos atrás) o efeito de conjunto sai reforçado. Por outro lado, se esta separar completamente os edifícios, então há uma quebra significativa no plano da fachada, que diminui o grau de encerramento, mas ao mesmo tempo enfatiza a relação deste espaço com a envolvente urbana, podendo mesmo tornar-se um ponto focal que desvia o olhar para o exterior, o que pode ter um efeito dinamizador ou dissuadir a permanência no espaço.
- Quando há três aberturas nas “paredes do espaço” (figura 6, E), duas criadas por uma rua que atravessa a periferia do espaço, paralelamente a uma das fachadas e outra situada na fachada oposta, formando uma zona mais recolhida do espaço.

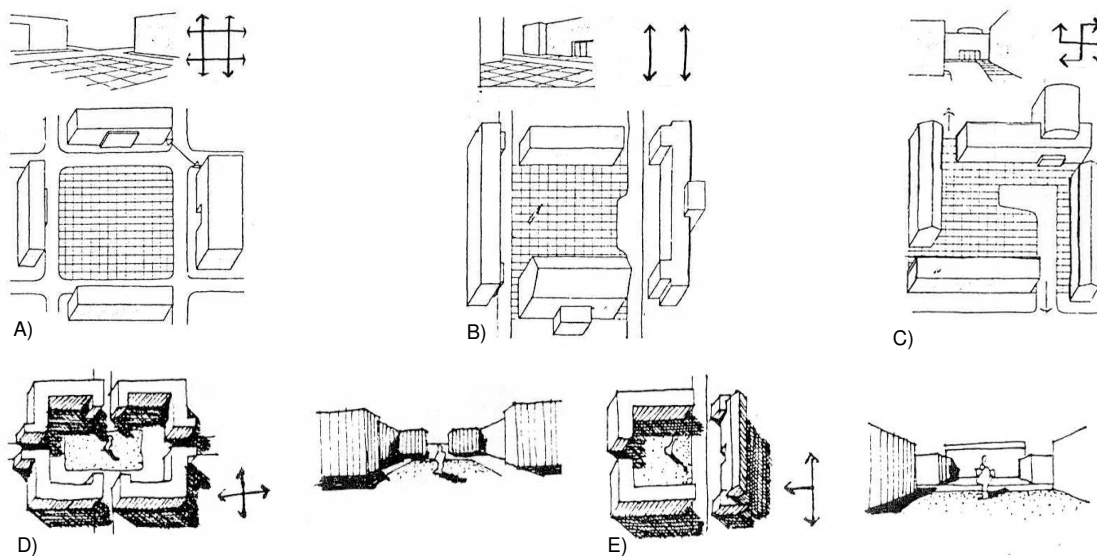


Figura 6: Relação entre praças e ruas segundo Carlos Caro e Juan Rivas.

¹² Carlos Martinez CARO; Juan Luis de las RIVAS – *Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño*. 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990, pp. 49. (tradução nossa)

UNIDADE LINEAR – A RUA

No que se refere à estrutura formal, muitos dos princípios atrás referidos em relação à praça são aplicáveis às ruas e aos largos. São também os edifícios ou elementos edificados que permitem reconhecer a composição tridimensional de uma rua, são eles que a compõem e que definem a sua forma.

Segundo Matthew Carmona *et. al.*, Camillo Sitte, no seu livro *City Planning According to Artistic Principles*, a rua ideal deve formar uma unidade inteiramente fechada.¹³ Esta ideia tem por base a noção de espaço limitado, onde o olhar não se perde no infinito e as actividades e vivências ficam contidas num espaço, o que convida à participação dos que a elas assistem. No entanto, normalmente uma rua não é um espaço completamente encerrado, ela é caracterizada pela demarcação de dois dos seus lados, ao longo do seu comprimento, podendo ser ou não rematada nos seus extremos, por edifícios ou outros elementos e interrompida ou atravessada por outras ruas ou outros espaços urbanos.

A relação entre os dois lados da rua é particularmente importante para a sua composição, para a sua relação com os edifícios, assim como para a sua dinâmica social. A aproximação de dois grupos compactos de edifícios resulta num importante reforço da sua interrelação e tem um impacto importante no próprio espaço ao nível do solo.

Carlos Caro e Juan Rivas¹⁴ apresentam uma série de exemplos que mostram o efeito que os planos laterais podem ter naqueles que usam a rua:

- Quando as paredes têm uma curvatura convexa e simétrica (figura 7, A), podem dar a impressão de que as ruas são infinitas;
- Se a curvatura é côncava e simétrica (figura 7, B), então o comprimento da rua é encurtado pelo seccionamento da perspectiva;
- Quando os edifícios têm um carácter marcadamente horizontal (figura 7, C), pela composição das suas fachadas e pela relação com outros edifícios, então o comprimento da rua é reforçado e a profundidade é visualmente aumentada;
- Se as fachadas dos edifícios são planas (figura 7, G), o efeito gerado é equivalente ao caso anterior.
- Se, pelo contrário, tiverem um carácter marcadamente vertical (figura 7, E), então a profundidade da rua é encurtada;
- Quando fachadas assumem uma maior caracterização plástica (figura 7, H), cria-se um efeito semelhante ao caso anterior.
- Quando os lados da rua são curvados na mesma direcção (figura 7, D), o efeito do comprimento é igualmente encurtado uma vez que a rua se vai “escondendo” atrás da curva e contra curva.

¹³ *cit. in.* Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 141. (tradução nossa)

¹⁴ Carlos Martinez CARO; Juan Luis de las RIVAS – *Arquitectura urbana – elementos de teoría y diseño*. 2ª edição. Madrid: Librería Editorial Bellisco, 1990, pp. 68. (tradução nossa)

- Se existe uma sobreposição de avanços e recuos nos volumes das fachadas (figura 7, F) produz-se uma subdivisão do espaço e um encurtamento óptico da rua que deixa de se ver em todo o seu comprimento.

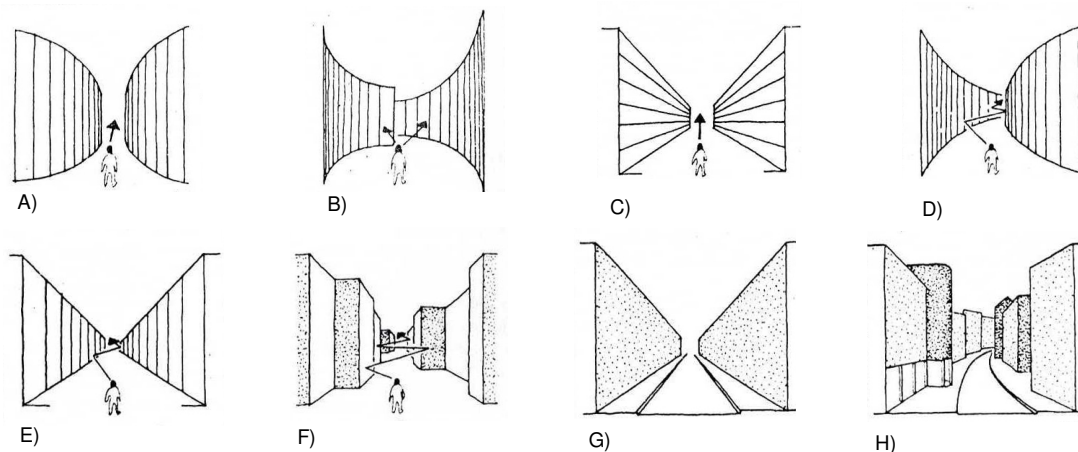


Figura 7: Efeito dos planos laterais segundo Carlos Caro e Juan Rivas.

Uma rua que se prolonga à nossa frente, sempre em linha recta, parece ilimitada e tem um impacto relativamente pequeno, porque o panorama inicial é rapidamente assimilado, não apelando à curiosidade da descoberta. Por outro lado, o excesso de quebras e curvas pode produzir cansaço à medida que estes vão passando. Quando se alternam aberturas e encerramento parece que se cria uma compartimentação visual, dando a impressão de espaços fechados para enquadrar edifícios, limitar as perspectivas e construir um quadro acabado e completo.

A análise da forma da rua pode ser complementada se considerarmos factores como a sua extensão, largura, geometria, grau de contenção, organicidade ou rigidez, ou ainda segundo a escala, a proporção, o contraste, o ritmo e articulação a outras ruas ou praças. Alguns destes factores serão analisadas mais à frente. Mas independente da análise que se faça, a rua tem duas características que, estão directamente relacionadas com a sua forma: a passagem e o lugar.

IRREGULARIDADE E INFORMALIDADE – O LARGO

Quando se analisa a estrutura formal de um largo percebe-se claramente que o espaço tem uma forte ligação com os edifícios que o definem, porque são eles que geraram a sua forma, porque eles condicionam fortemente as suas vivências e porque é por entre eles que o espaço se desenvolve.

Muitos autores englobam os largos nas tipologias de praças amorfas (como Paul Zucker)¹⁵, por terem características espaciais, funcionais e sociais aparentemente semelhantes, apresentando, no entanto, uma forma muito mais irregular e informal que estas. Nós consideramo-lo um espaço

¹⁵ cit. in. Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 144. (tradução nossa)

distinto porque essa informalidade e irregularidade dotam-no de características peculiares e únicas, que o individualizam e caracterizam.

O largo está normalmente associado a um crescimento espontâneo da cidade e muito raramente surge no planeamento desta. Isto faz com que a sua forma seja alterada progressivamente e consoante as necessidades ou vontades de cada época. Nasce assim um espaço particularmente irregular, que se torna menos óbvio para o observador e que incita à descoberta do que não é perceptível à primeira vista. A fragmentação do espaço compõem-no em diferentes “zonas”, o que facilita a presença simultânea de várias actividades e a experiência presta-se a uma certa variação. Se um espaço poder ser facilmente observado na sua totalidade, não convida a uma participação adicional. Quando há mais variedade e complexidade no espaço, este pode ter uma qualidade mais rica, com um número de sub-espacos escondidos ou parcialmente disfarçados que incitam a curiosidade e a vontade de o perceber e experimentar. Assim, a aparente subdivisão dos espaços pode conquistar uma nova dimensão que é dada pela dualidade da leitura do espaço em termos de forma e de uso do solo, acabando por estimular a fixação de actividades distintas.

Como vimos, a estrutura formal dos espaços, apesar de não determinar as estruturas sociais por si só, inibe certas actividades e torna outras possíveis. Além da importância que tem para a prática das actividades, é também importante para a identificação das pessoas com o espaço, uma vez que se não percebermos o espaço em que estamos sentimo-nos relutantes em usá-lo. Antes de nos relacionarmos com um objecto normalmente tentamos percebê-lo. Se não o conseguirmos fazer vamos sempre ter uma certa estranheza em agir nele/com ele. Para além disso, os espaços públicos têm vários usos e os usos mudam com o tempo. É a relação com a forma, entendida como estrutura física, que se mantém.

1.1.2. DIMENSÕES E RELAÇÕES DIMENSIONAIS

As dimensões de um espaço público são importantes para a definição do próprio espaço, uma vez que elas podem influenciar a presença de pessoas, podem condicionar a realização de actividades e podem ser determinantes na relação que se estabelece com os edifícios.

Há várias relações de dimensões que devem ser consideradas quando se estuda um espaço público. A primeira tem a ver com as dimensões da planta (comprimento/largura), uma vez que o impacto de um espaço demasiado grande, demasiado pequeno ou desproporcional, é significativo para as vivências do próprio espaço. Por outro lado há que considerar a relação das dimensões da planta do espaço com a altura dos edifícios, o que influencia não só a forma como os edifícios são vistos mas também a ligação que estes estabelecem com o espaço. Por último, há ainda que ponderar o impacto da altura dos edifícios e das diferenças de nível para as vivências estabelecidas ao nível do solo.

RELAÇÃO ENTRE COMPRIMENTO E LARGURA

No que diz respeito ao rácio entre o comprimento e a largura de um espaço exterior público como a praça ou um largo, é muito difícil estabelecer uma correspondência efectiva, pois o efeito real dependerá, em grande medida, da posição do observador e da sua capacidade em perceber a relação entre estas duas dimensões, que é normalmente imperfeita; e também da configuração do próprio espaço. No entanto, para um espaço relativamente regular, como será tendencialmente uma praça, alguns autores estabelecem um limite máximo a partir do qual a relação se torna desadequada – “quando o comprimento é maior que o triplo da largura o espaço torna-se demasiado largo e desagradável.”¹⁶

Como vimos atrás, as ruas são espaços tendencialmente “dinâmicos” em que o sentido de circulação é superior ao de permanência, por sua vez, as praças e largos são espaços mais estáticos e com um menor sentido de movimento. “Quando o rácio entre a largura e o comprimento em planta é superior a 1:3 começa a sugerir movimento dinâmico e um eixo começa a dominar.”¹⁷ Este rácio limita-se a considerar um espaço regular e com uma forma geometricamente clara, no entanto permite perceber a diferença das dimensões relativas entre uma praça e uma rua.

Também o rácio entre o comprimento e a largura de uma rua é difícil de estabelecer, uma vez que esta dependerá da sua função e de condições difíceis de mesurar, como a percepção humana. No entanto é fácil perceber que as ruas estreitas, ao permitirem maior facilidade no seu atravessamento, favorecem o comércio e as relações humanas, pelo estímulo e atracção que a proximidade visual provoca no indivíduo. No que se refere ao comprimento da rua, segundo

¹⁶ Carlos Martinez CARO; Juan Luis de las RIVAS – *Arquitectura urbana – elementos de teoría y diseño*. 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990, pp. 50. (tradução nossa)

¹⁷ Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 141. (tradução nossa)

Fernando Alves¹⁸, alguns autores consideram o seu limite máximo na ordem 1.600 metros (no caso de uma rua contínua), a partir dos quais se perde-se a noção da escala humana e mesmo com vistas consideravelmente abaixo dos 1.600 metros, o fecho da perspectiva induz alguma dificuldade na leitura dos diferentes componentes.

È importante referir que estas dimensões são dimensões relativas e muito variáveis em função das restantes condições do espaço, nomeadamente da sua relação com os edifícios.

RELAÇÕES ARQUITECTÓNICAS

PROPORÇÃO

A envolvente edificada dos espaços públicos urbanos tem uma importância primordial na sua definição, já que dela depende a configuração volumétrica dos espaços.

Para haver harmonia nas dimensões de um espaço tem que haver um equilíbrio entre a altura dos edifícios e as dimensões da planta do espaço, embora seja difícil estipular com rigor as dimensões que proporcionam esse equilíbrio.

Segundo Donald Watson *et. al.*¹⁹, Camilo Sitte refere a dimensão das praças em relação à altura do edifício principal, considerando que a menor dimensão deve ser igual à altura deste e a maior não deve ser superior ao dobro dessa dimensão. Uma praça demasiado pequena parece ser estrangulada pelos edifícios e uma demasiado grande sobrepõe-se aos edifícios, perdendo o enquadramento que é dado por eles e minimizando-lhes a escala.

Na verdade, existem muitos espaços bem sucedidos que não obedecem a estas restrições normativas, porque o efeito das dimensões dos espaços são relativos a muitos outros factores, mas a harmonia das dimensões é um factor importante para que os utilizadores do espaço não se sintam perdidos ou intimidados nele.

Numa rua pode ser observada a mesma relação de dimensões relativas, mas com proporções diferentes. Se os edifícios forem demasiado altos em relação à largura da rua pode resultar daí um sentimento de opressão, se forem muito baixos pode surgir um forte sentimento de vulnerabilidade e desabrigo. Quanto mais altos forem os edifícios que definem a rua mais larga esta tem que ser, até que em algum momento a largura possa ser tão grande que se perde a verdadeira definição de rua. Nas ruas estreitas, as características verticais tornam-se mais proeminentes, as projecções são intensificadas e os pormenores ao nível do olho tornam-se mais importantes. Nas ruas largas o observador está suficientemente afastado para ver as fachadas que o rodeiam como um todo e a sua relação, ou falta dela, torna-se evidente, enquanto o pavimento e a linha do horizonte se tornar elementos importantes que contribuem para o carácter das ruas.

Carlos Caro e Juan Rivas, no seu livro *Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño*, fazem um importante estudo acerca da proporção dos espaços, com base em correspondências

¹⁸ Fernando Manuel Brandão ALVES – *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 64.

¹⁹ *cit. in.* Donald WATSON; Alan PLATTUS; Robert SHIBLEY – *Time-saver standards for urban design*. Nova York: McGraw-Hill. pp. 2.1-9. (tradução nossa)

matemáticas que relacionam a distância do observador ao edifício com a altura do edifício (D/H). Quando esta relação é maior que 1, isto é, a distância do observador ao edifício é maior que a altura do edifício, a impressão visual que produz a observação dos volumes edificados é que as dimensões parecem maiores do que são na realidade e o edifício passa a ser visto como parte de um conjunto urbano. Pelo contrário, quando esta relação é inferior a 1, *i.e.*, a distância do observador ao edifício é inferior à altura do edifício, a sensação é de que o edifício se aproxima e as suas dimensões aparentam ser menores do que são realmente.

Esta relação é importante porque é independente da forma que têm o espaço, o que faz com que seja adaptável a espaços de forma irregular como os largos e permite fazer comparações entre todo o tipo de espaços. Através desta correspondência podemos perceber o efeito que as dimensões do espaço têm para o observador, uma vez que é ele o verdadeiro utilizador do espaço.

Resta ainda analisar a influência que altura dos edifícios tem para os utilizadores do espaço exterior público pela interferência que provoca no contacto entre as pessoas que utilizam o edifício e as que utilizam o espaço público ao nível do solo.

Jahn Gehl²⁰ estabelece parâmetros genéricos para o isolamento produzido pela altura dos edifícios. Refere que a partir dos terceiro e quarto pisos de um edifício se verifica um primeiro patamar de isolamento, devido à dificuldade que existe em comunicar com as pessoas que se encontram ao nível do solo. A partir do quinto e o sexto pisos o isolamento intensifica-se, uma vez que a partir deste se perde a capacidade de identificar visualmente as pessoas que se encontrem no solo.

ESCALA

Para perceber o efeito que as dimensões têm nas pessoas que usam o espaço é importante clarificar a noção de escala. A “escala não é uma dimensão, mas sim a dimensão que um edifício reivindica, implicitamente, aos nossos olhos.”²¹

Ao medirmos visualmente um elemento, quer edificado quer espacial, tendemos instintivamente a recorrer a outros elementos de dimensão conhecidas que se encontram no mesmo contexto, usando-os como referência para perceber as dimensões deste. As dimensões destes elementos podem ser modificadas intencionalmente, de maneira a que o espaço percebido modifique radicalmente. Através do recurso a módulos é possível que os espaços pareçam maiores ou mais pequenos do que são na realidade, o mesmo pode acontecer com os edifícios ou conjuntos edificados. Por exemplo, um pavimento de um espaço exterior excessivamente grande pode ter uma adição de pormenor e de modulação, de tal maneira que a percepção do conjunto é alterada. Esta noção é importante para perceber que ao analisar as dimensões de um determinado espaço é necessário interpretá-las segundo a óptica do utilizador.

²⁰ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 101. (tradução nossa)

²¹ Gordon CULLEN – *Paisagem urbana*. 1ª edição. Lisboa: Edições 70, 2006, pp. 81. (tradução nossa)

NÍVEIS DE REFERÊNCIA

As diferenças de nível que os espaços públicos urbanos muitas vezes apresentam podem ter uma elevada interferência no relacionamento das pessoas com o espaço. Normalmente estes desníveis são criados para vencer a topografia do terreno, para criar zonas niveladas necessárias ao desenvolvimento de certas actividades, para fazer transições de cotas ou para dar acesso a zonas específicas, etc.

Qualquer local tem o seu nível de referência e de um modo geral, abaixo do nível de referência temos sensações de intimidade, inferioridade, encerramento ou claustrofobia, enquanto que acima desse nível podemos ser tomados de grande euforia, ou por sensações de domínio ou superioridade ou, ainda, sentirmo-nos expostos ou com vertigens, dependendo da configuração dos espaços a cada nível. O acto de descer significa baixar ao encontro daquilo que conhecemos enquanto que o de subir implica ascender ao desconhecido. Estas sensações pressupõem uma relação muito directa entre o observador e o seu meio ambiente. Por isso, subir pode ser um acto ponderado e motivado pela curiosidade de ver ou sentir o espaço a partir de um ponto mais elevado, por sua vez, captar as pessoas para um nível mais baixo é uma tarefa bem mais exigente, uma vez que descer implica uma forte motivação e depende da capacidade que esse espaço tem para despertar a atenção das pessoas e fazê-las sentir que qualquer coisa as espera, que não conseguem vislumbrar a partir do nível de referência em que se encontram.

A dificuldade de relacionamento existente entre níveis diferentes associa-se também às limitações físicas das pessoas. É difícil mover-se ou olhar para cima ou para baixo, bem como conversar em sentido ascendente ou descendente. Não significa que não se consiga fazer, mas tem que haver uma forte motivação para tal.

É verdade que as dimensões dos espaços dão uma forte contribuição para o relacionamento das pessoas com a estrutura física do espaço. Mas é também verdade que é difícil estipular normas para aquelas que devem ou não ser as dimensões adequadas para cada espaço, porque o que pode falhar no que respeita ao sentido de contenção, de volume, ou de forma, é muitas vezes compensado pelo sentido de lugar e não menos pela dinâmica das actividades.

1.1.3. ARQUITECTURA DOS EDIFÍCIOS ENVOLVENTES

A composição da fachada dos edifícios, a maior ou menor uniformidade dos vãos e coberturas, os ritmos verticais e horizontais, a transparência e permeabilidade, ou a opacidade e encerramento, etc., são muitas vezes os meios através dos quais se estabelece uma relação directa entre os edifícios e o espaço público urbano.

São as fachadas que exprimem as características do edifício e que servem de elo de ligação entre o espaço exterior público e o espaço interior dos edifícios. A fachada é o invólucro visível da massa construída e é também o cenário que define o espaço urbano.

A FACHADA – SENTIDOS E INTERACÇÕES

As fachadas têm um impacto diferente no espaço consoante as suas características. No que diz respeito à sua composição, uma fachada muito trabalhada pode transportar ritmo e interagir com o utilizador, por outro lado, uma fachada plana pode criar alguma monotonia e se muito extensa, pode provocar falta de interesse a quem percorre o espaço, embora, possa também permitir centrar as atenções no que se passa no próprio espaço público. Quanto à permeabilidade da fachada, se esta for muito fechada torna-se opressora e reservada, se, pelo contrário, tiver muitas aberturas, então a relação entre interior e exterior fica facilitada e reforçada. É no piso térreo que a permeabilidade tem um impacto mais significativo para a relação interior/exterior uma vez que é a este nível que acontecem a maioria das actividades. Ao nível dos pisos superiores, consegue-se enfatizar o prolongamento do espaço interior para o espaço exterior aberto através do aumento das dimensões dos vãos ou do avanço de varandas ou outros elementos construídos. Isto permite também uma maior articulação, a vários níveis, com o espaço público imediato.

No caso da fachada ter corpos construídos, salientes e reentrantes, em vez de se apreender de uma só vez na sua totalidade, o que aconteceria se as fachadas estivessem perfeitamente alinhadas, o olhar fica embrenhado na complexidade e sinuosidade das fachadas e vai descobrindo o espaço à medida que o percorre. Este efeito pode ser desejável, mas quando a tridimensionalidade dos edifícios se sobrepõem ao volume do vazio o espaço pode perder o sentido de conjunto, poderá perder definição ou mesmo identidade quando os edifícios tomam diferentes formas, estilos e tratamentos.

Conferir um sentido unificador não significa necessariamente obter resultados arquitectónicos monótonos ou sem dinamismo. Frequentemente espaços que acolhem elementos arquitectónicos de carácter distinto, mantêm presente uma forte unidade espacial dada pela perfeita articulação dos materiais comuns, pelo uso e ritmo de alguns elementos, pela incorporação de detalhes similares, pelo controlo de volumes e cérceas e mesmo pela disciplina do contraste.

A capacidade para perceber facilmente os espaços como “figura” depende em muito do grau de relacionamento das fachadas dos edifícios com o espaço público por eles definido promovendo o sentido de contenção, orientação e a definição dos limites do domínio público/privado.

As zonas de transição entre o edifício e o espaço exterior merecem especial atenção porque é através delas que se estabelece a coesão entre o vazio e o edificado, entre o exterior e o interior. Estas podem constituir uma extensão do edifício, produzindo uma gradação daquilo que é a transição do público para o privado, podem captar vivências para o interior dos edifícios e podem mesmo servir de apoio às actividades desenvolvidas no espaço exterior público.

Muitas vezes as zonas de transição materializam-se em arcadas, galerias, recuos no piso térreo, ou em simples acrescentos nas fachadas.

São importantes para os espaços públicos também do ponto de vista funcional pela protecção contra as condições climatéricas adversas. Esta dupla dimensão funcional de estar coberto e de ser um espaços de transição entre interior e exterior, é enriquecida com as possibilidades estéticas que oferecem os contrastes de volumes, de luz e sombra e com a diversidade que apresentam as distintas soluções e os motivos arquitectónicos e ornamentais adoptados na sua construção.

Existe ainda uma outra zona de transição que é feita pelo “encontro com o céu”. Esta transição é conseguida pelo remate e coroação do edifício, pela linha do beiral ou da platibanda, pela relação das cérceas dos diferentes elementos construídos e pela sua volumetria. Ela é importante na medida em que o “plano do céu” faz parte da leitura do espaço e uma adequada materialização das zonas de transição suaviza a ligação com um nível que tem uma escala completamente distinta da do espaço público urbano, mas da qual se pode tirar partido para o bem estar no espaço.

A TERRITORIALIDADE E INFLUÊNCIA ARQUITECTÓNICA

Há ainda um conceito que importa referir no que diz respeito aos edifícios e à influência da sua arquitectura para o espaço exterior público, é o conceito de “territorialidade”. Fernando Alves explora a ideia de que cada edifício possui um território de influência na envolvente espacial imediata, o que interfere no uso do espaço público e na conduta do utilizador.²² Este território de influência pode ser maior ou menor consoante a função do edifício, as suas características arquitectónicas, as suas dimensões ou a sua importância no espaço. Ele pode estar rodeado de outros edifícios que lhe dão sentido como espaço ou pode ser simplesmente um espaço “imaginário” inserido num espaço público urbano. Muitas vezes, quando as características de um edifício são singulares e ele adquire grande importância simbólica e quando o espaço o permite, parecer que o espaço vive em função do edifício, como se fosse o seu marco.

As fachadas dos edifícios são apreciadas como fazendo parte de um conjunto urbano que caracteriza cada espaço e o ajuda a diferenciar-se dos outros. Cada pessoa faz uma interpretação distinta daquilo que observa, como veremos no próximo capítulo, mas existem princípios de organização e estruturação visual que são comuns, os quais permitem interpretar as características arquitectónicas e espaciais de forma bilateral.

²² Fernando Manuel Brandão ALVES – *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 44.

Segundo Matthew Carmona *et. al.*, P. F. Smith²³ argumenta que a nossa capacidade intuitiva para a apreciação estética tem quatro componentes distintos que transcendem o tempo e a cultura: o sentido de rima e de padrão, que pressupõem algumas semelhanças nos elementos; a apreciação de ritmo, produzido pelo agrupamento de elementos para evitar a monotonia e obter o contraste e diversidade; o reconhecimento de equilíbrio, que consiste numa forma de ordem geralmente relacionada com a coerência entre as partes de uma cena visual ou de um ambiente, partes essas que podem também estar relacionadas com organizações mais complexas de cores, texturas e formas; e por último a sensibilidade para as relações harmoniosas, que diz respeito às relações entre as diferentes partes e como elas se encaixam para formar um todo coerente.

Estas noções são importantes essencialmente para perceber o efeito da arquitectura na apreciação do espaço.

As fachadas fornecem o cenário para a vida quotidiana da cidade e promovem a interação entre diferentes partes de um conjunto urbano e entre o ambiente público e privado. A sua concepção e das áreas adjacentes, oferecem também possibilidades para influenciar a concentração das actividades e a intensidade de experiências para aqueles que usam o espaço público. As zonas de transição activas entre o espaço e a fachada e a curta distância entre acessos a diferentes funções, contribuem para a concentração de actividades e acrescentam interesse e vitalidade ao ambiente urbano.

²³ *cit. in.* Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 131. (tradução nossa)

1.2. O COMPORTAMENTO HUMANO NO ESPAÇO URBANO

“A estrutura física e a divisão funcional e social do espaço podem abrir ou eliminar oportunidades para o desenvolvimento de actividades.”²⁴

Como vimos no capítulo anterior, o ambiente físico tem uma influência determinante sobre o comportamento humano e sobre o relacionamento das pessoas com o espaço. No entanto, as pessoas não são elementos passivos, elas influenciam e alteram o ambiente, assim como ele as influencia e modifica, criando um processo bilateral. As características físicas de um espaço não são exclusivas, nem necessariamente a influência dominante no comportamento, as oportunidades ambientais afectam igualmente o comportamento das pessoas. O comportamento humano é, portanto, intrinsecamente “situacional”²⁵, uma vez que se enquadra nos contextos e configurações físicas assim como nos sociais, culturais e perceptuais.

Segundo Matthew Carmona *et. al.*, Relph,²⁶ no seu livro *Place and Placelessness*, refere que a “configuração física”, as “actividades” e os “significados” constituem os três elementos fundamentais da identidade dos lugares. No entanto, o sentido de lugar só é alcançado através da interacção humana com estes elementos.

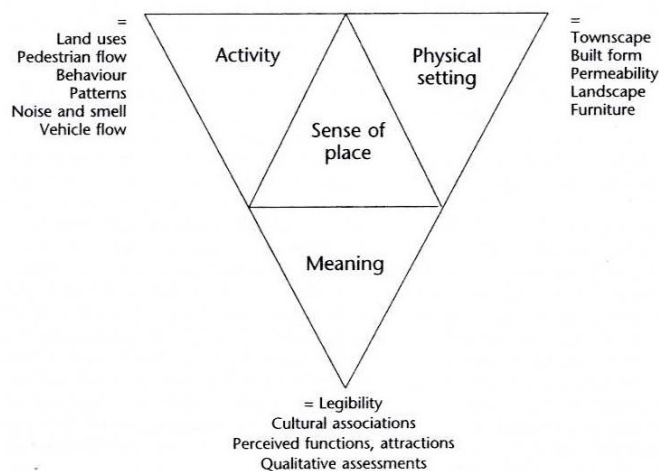


Figura 8: Elementos fundamentais da identidade dos lugares segundo John Punter.

Desta interacção entre homem e ambiente nasce o conceito de “espaço existencial”, por Christian Norberg-Schulz²⁷, apresentado por Carlos Caro *et. al.*. Este espaço existencial constitui-se através da imagem que o homem recebe do espaço que o rodeia, formando para ele um sistema estável

²⁴ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlag, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 55. (tradução nossa)

²⁵ Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 106. (tradução nossa)

²⁶ *cit. in.* Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 98. (tradução nossa)

²⁷ *cit. in.* Carlos Martinez CARO; Juan Luis de las RIVAS – *Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño*. 2ª edição. Madrid: Librería Editorial Bellisco, 1990, pp. 25. (tradução nossa)

de relações tridimensionais entre objectos significativos. É associado a conceitos de relação homem/espaço que se desenvolvem através da dimensão psicológica do homem com o meio ambiente (espaço percebido); das relações conceptuais abstractas (espaço cognoscitivo); das relações afectivas (espaço afectivo); e das necessidades criativas que o homem tem no uso do espaço (espaço expressivo ou artístico).

Por outro lado, as escolhas que as pessoas fazem num determinado contexto também são influenciadas pela sociedade e pela cultura, envolvendo características que são apreendidas. Não podemos compreender o fascínio de um determinado ambiente urbano limitando-nos à análise dos elementos da sua condição física e não tendo em conta a estrutura em que este é percebido. A percepção depende de como está organizada a nossa faculdade de perceber.

A vida da cidade tem vindo a mudar ao longo do tempo, assim como as funções e o significado do espaço público. Tem-se vindo a assistir a profundas alterações nas actividades praticadas no espaço urbano, nomeadamente pela transferência de muitas das funções sociais e cívicas que tradicionalmente ocorriam no domínio público, para o privado. Os encontros directos que frequentemente ocorriam nos espaços da cidade, a presença activa, a participação e a experiência podem agora ser substituídos pelo recurso ao telefone, à televisão e à internet.

Além desta alteração de hábitos sociais deu-se também uma mudança significativa na organização da cidade. Enquanto que a cidade tradicional atraía pessoas e eventos nos espaços urbanos e incentivava o tráfego pedonal e permanência ao ar livre, a nova cidade funcionalista fomenta a segregação de funções reduzindo as possibilidades de contacto mais próximo e diversificado. As grandes distâncias entre as pessoas, os acontecimentos e as funções caracterizam as áreas da nova cidade. Os sistemas de transporte baseados no automóvel contribuíram ainda mais para reduzir a actividades ao ar livre. A cidade onde todos viviam e trabalhavam lado a lado foi substituída por uma cidade em que a segregação de funções reduziu o contacto com a sociedade envolvente e criou ambientes mais pobres e monótonos concentrados em zonas monofuncionais.

Face a todas estas modificações dos modos de habitar a cidade e de se relacionar em sociedade, é surpreendente descobrir espaços que resistem ao tempo e que mantêm o espírito de lugar de encontro e de troca de experiências, implícito na noção de espaço público urbano. Talvez por estarem no tecido urbano da cidade histórica, talvez por permitem que as pessoas sejam envolvidas num funcionamento conjunto e que se estimulem e inspirem umas às outras, criando um espaço público vivo e bem utilizado, em que se proporciona a concentração espacial e temporal de diferentes usos e actividades, correspondendo às novas exigências do dia-a-dia da sociedade.

“(…) os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania.”²⁸

²⁸ Pedro BRANDÃO; Miguel CARRELO; Sofia ÁGUAS – *O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design, 2002, pp. 189.

O espaço e a sociedade estão intimamente relacionados, é difícil conceber espaço sem conteúdo social e de igual modo, conceber sociedade sem uma componente espacial.

“A organização espacial, ainda que sujeita aos efeitos provocados pela localização das actividades e pela densidade populacional, tem um efeito determinante na forma como os indivíduos se movem numa determinada área e conseqüentemente na forma como os mesmos se aproximam ou afastam uns dos outros.”²⁹

Resta-nos referir que, ao longo deste capítulo vamos identificar determinados padrões de comportamentos que as pessoas adoptam no uso do espaço. Esses comportamentos são considerados padrões porque são adoptados pela grande maioria das pessoas ou dos grupos de pessoas, no entanto, esporadicamente podem-se observar comportamentos distintos, que ocorrem com pouca frequência ou que são derivados de uma alteração drástica no espaço social, nomeadamente quando acontecem eventos culturais com características muito específicas.

É necessário clarificar que os conceitos de comportamento e uso do espaço são conceitos análogos e complementares, ainda que com algumas especificidades. Quando nos referimos ao uso do espaço entendemos a forma como as pessoas utilizam o espaço mediante as possibilidades que este oferece. Por outro lado, quando utilizamos o termo comportamento no espaço, entendemos um significado mais amplo. Referimo-nos às atitudes que as pessoas adoptam perante estímulos, externos ou internos, que dizem respeito não só às características próprias do espaço mas também a impulsos individuais (como a cultura, formação pessoal, estado de espírito, etc.) ou provenientes dos outros, ou ainda de factores externos às pessoas e aos lugares (como o clima, o tempo, etc.). Digamos que o uso do espaço depende das características específicas de cada espaço, enquanto que o comportamento é influenciado por estas, mas pode ser idêntico noutros os espaços com características distintas, desde que os estímulos sejam semelhantes. É neste segundo conceito que nos concentramos neste capítulo.

As análises do espaço social, tal como aconteceu com as do espaço físico, são baseadas numa pesquisa teórica, mas sempre confirmadas pela observação dos casos particulares que mais à frente iremos estudar.

²⁹ Fernando Manuel Brandão ALVES – *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 17.

1.2.1. ACÇÃO E INTERACÇÃO SOCIAL NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO

As actividades ao ar livre são condicionadas pela qualidade da concepção geral do espaço onde se desenvolvem, pelo seu dimensionamento, pela sua forma e pormenorização. No entanto, estas condicionantes não são exclusivas, já que as características ambientais, os hábitos culturais, a organização e motivação social e as condutas, constituem também factores decisivos na animação e vitalidade urbana.

MOTIVAÇÕES PARA O USO DO ESPAÇO PÚBLICO

Para perceber o que motiva as pessoas a usarem determinados espaços públicos, para além das características físicas desses mesmos espaços, é necessário perceber os condicionantes humanos individuais e sociais que permitem entender as escolhas e os comportamentos pessoais e de grupo.

Jan Gehl³⁰ refere que as pessoas usam o espaço público por uma “razão plausível e racional”, para realizar uma determinada tarefa ou uma actividade específica, mas simultaneamente como “um pretexto para sair, ou uma ocasião para estar em contacto e estimulação”. Considera que as “necessidades básicas e facilmente definidas servem muitas vezes para explicar e fundamentar a satisfação de ambos os conjuntos de necessidades”, as “necessidades físicas” de sair e desenvolver determinadas actividades e “psicológicas básicas” de estar entre os outros.

Segundo Matthew Carmona, Maslow³¹, no seu livro *Towards a Psychological of Being*, refere a existência de uma “hierarquia das necessidades humanas básicas”, que determina as escolhas feitas que dependem, em parte, da situação de cada indivíduo. São as “necessidades fisiológicas”, de calor e conforto; as “de segurança”, em sentir-se livre de danos; as “de filiação”, através da valorização pelos outros; e as “necessidades de auto actualização”, para a expressão e a realização artística e cultural.

A liberdade de uso e de escolha são igualmente determinantes para a utilização do espaço público. Sentir que é possível usar o espaço em consonância com as nossas próprias capacidades e reservas e com as necessidades de satisfação pessoal, é fundamental, assim como ter a possibilidade de decidir para onde ir e em que lugar estar. Lynch e Car³² defendem que “o prazer de um espaço urbano de uso livre é o espectáculo dos modos peculiares e a possibilidade de um encontro interessante” e isso envolve “a capacidade de realizar as actividades que desejamos, usar um lugar como desejamos, mas com a consciência de que um espaço público é um espaço partilhado.”

³⁰ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 117. (tradução nossa)

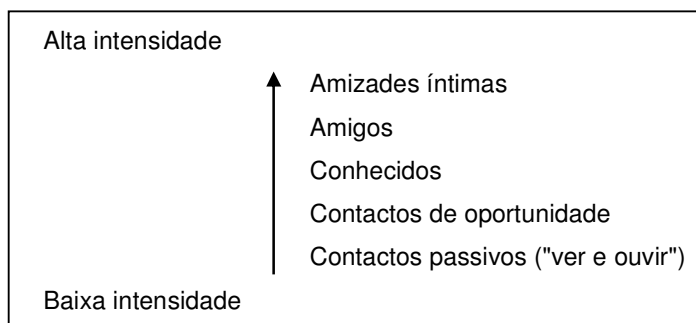
³¹ cit. in. Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 107. (tradução nossa)

³² Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 125. (tradução nossa)

RELAÇÕES HUMANAS

Entre as exigências que são satisfeitas nos espaços exteriores públicos, estão também as necessidades de contacto, de conhecimento e de estimulação. A oportunidade para desenvolver actividades quotidianas nos espaços públicos urbanos permite estar perto de outras pessoas, ver, ouvir e presenciar o funcionamento da sociedade.

Jan Gehl³³ apresenta um esquema que mostra os diferentes graus de intensidade do contacto no espaço público urbano, através do qual conclui que a vida urbana “representa principalmente os contactos de baixa intensidade, localizados na parte inferior da escala”.



Os contactos de baixa intensidade são significativamente relevantes para a vida urbana, uma vez que estes possibilitam que se desenvolvam contactos mais complexos e de maior intensidade. Se este tipo de contactos não estiver presente nos espaços então dificilmente outros estarão.

Estar no mesmo espaço que outras pessoas é suficiente para que a interacção se desenvolva de uma forma espontânea, através de uma breve partilha de ideias com a pessoa que está sentada ao lado, uma conversa com uma criança, uma troca de palavras enquanto se observa o trabalho de alguém, etc., levando o contacto básico a poder evoluir para um nível mais avançado, bastando que os participantes assim o desejem.

A oportunidade de ver e ouvir outras pessoas e receber impulsos delas, pode fornecer ideias e inspiração para a própria acção e pode também constituir um importante factor de atracção para o uso do espaço público.

A presença de pessoas num espaço é suficiente e até determinante, para atrair outras pessoas para esse espaço. Se houver muitas pessoas, ou se alguma coisa estiver a acontecer, mais e mais pessoas tendem a juntar-se e as actividades crescem, tanto em âmbito como em duração. É, de facto, impressionante observar como a presença de pessoas e de actividade humana se torna um dos maiores objectos de atenção e interesse num espaço público. Mesmo as mais simples formas de contacto, ver e ouvir ou estar perto das outras pessoas, são aparentemente mais gratificantes e mais procuradas do que muitas outras atracções oferecidas nos espaços públicos urbanos.

As actividades praticadas nos espaços exteriores públicos constituem uma forte atracção por permitirem ter contacto com outras pessoas em acção. Por exemplo, é frequente, em alguns espaços públicos, vermos músicos e pintores que desenvolvem a sua actividade

³³ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 17. (tradução nossa)

despretensiosamente no espaço. Normalmente estes atraem muitas pessoas, pela sua música ou pelas suas pinturas, talvez, mas acima de tudo por estarem a desenvolver uma actividade. Por sua vez, se a música vier de um altifalante ou se o pintor parar de pintar e simplesmente expuser as suas pinturas, então o número de pessoas que param para ver os quadros ou ouvir a música reduz drasticamente.

A vida nos espaços públicos é um “processo de auto-reforço”³⁴ em que as pessoas e os acontecimentos se influenciam e estimulam mutuamente. Se houver várias actividades a acontecer num mesmo espaço, elas podem estimular-se reciprocamente, uma vez que se os participantes de um acontecimento têm a oportunidade de participar noutra e como vimos, a probabilidade disso acontecer é elevada, dada a forte motivação que as pessoas têm em estar presentes entre os outros e participar nas actividades em que outros participam.

A partir de alguns estudos do espaço público efectuados por diversos autores podemos considerar que, esta tendência das pessoas pode ser encontrada ao verificar que elas escolhem para se sentar os bancos que proporcionam uma boa perspectiva para as actividades que decorrem nos espaços, assim como pela tendência para preferir andar na rua com tráfego automóvel do que numa que não tenha qualquer actividade.

A duração das actividades no espaço público influencia o nível de actividade comparável. Isto porque quanto mais tempo as pessoas passam no espaço mais contactos se criam e mais actividades se geram e mais pessoas são atraídas para o espaço. “Não é o número de pessoas ou eventos, mas sim o tempo que passam ao ar livre que é importante.”³⁵

Esta atracção que as pessoas têm em estar onde as outras pessoas estão só não se verifica na presença de pessoas “indesejáveis”, como mendigos, bêbedos, arruaceiros, etc. Na presença dos “indesejáveis” a maioria das pessoas têm tendência para adoptar comportamentos diferentes do que normalmente teriam e até mesmo criar “barreiras imaginárias” que os separam e distinguem, podendo inclusive deixar de usar os espaços. E se este extremo acontecer, porque as pessoas se sentem desconfortáveis ou inseguras, então o espaço público é empobrecido e perde toda a sua vida.

PADRÕES DE COMPORTAMENTO NO USO DO ESPAÇO

Com base em estudos realizados por alguns autores (como o de Jan Gehl e William Whyte, apresentados nos livros *Life between buildings – using public space* e *The social life of small urban spaces*, respectivamente) que analisaram o comportamento humano no espaço público urbano, verificamos que há “padrões de comportamento” no uso do espaço público. Esta conduta deve-se provavelmente às questões que atrás referimos como as características ambientais, os hábitos culturais, a organização e motivação social, as condutas, etc. Mas “seja qual for o mecanismo,

³⁴ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlag, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 75. (tradução nossa)

³⁵ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlag, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 79. (tradução nossa)

parece haver uma norma que influencia as escolhas das pessoas tanto quanto o espaço físico imediato.”³⁶

Nos espaços exteriores públicos observa-se a vida quotidiana das pessoas na cidade. Podem desenvolver-se neles actividades laborais, lúdicas, culturais, sociais, económicas, políticas, religiosas, etc. Mas o que se constata ao estudar os espaços é que as actividades quotidianas podem variar no tempo e no número de participantes, mas a forma como as pessoas se distribuem pelo espaço pode ser muito coerente. Quando as pessoas chegam a um determinado espaço que está densamente ocupado, elas usam-no como podem e não necessariamente como querem, mas quando esse mesmo espaço está pouco ocupado percebe-se que elas o utilizam de forma semelhante e repetem-no diferentes pessoas em diferentes alturas. Como se “cada lugar tivesse as suas próprias normas”³⁷, que variam em função de diversos elementos como as características físicas do próprio espaço, o microclima, o conforto, a vista ou actividades regulares, etc.

Como constatámos anteriormente, há também um “comportamento padrão”, que é originado pela atracção à proximidade com os outros, defendido por Bill Hillier e Julienne Hanson³⁸. Quando vemos um espaço que vai sendo gradualmente ocupado, percebemos que as pessoas geralmente não se distribuem homogeneamente pela área livre, mesmo que as condições externas sejam as mesmas, elas vão para onde as outras estão. Muitas vezes deixam um pequeno vazio entre elas como se quisessem afirmar uma individualidade ou uma necessidade de privacidade, mas raramente vão para longe das outras pessoas.

São as pessoas que dão vida aos espaços urbanos, sem a sua interacção os espaços seriam vazios de interesse. É nos espaços da cidade que se percebe a plenitude da vida em sociedade e que se desfruta da sua vitalidade.

“Nenhum momento é como o anterior ou o seguinte, quando as pessoas circulam entre as pessoas. O número de novas situações e novos estímulos é ilimitado.”³⁹

³⁶ William H. WHYTE – *The social life of small urban spaces*. 1ª edição. Nova York: Projects for Public Spaces, 2001, pp. 69. (tradução nossa)

³⁷ William H. WHYTE – *The social life of small urban spaces*. 1ª edição. Nova York: Projects for Public Spaces, 2001, pp. 68. (tradução nossa)

³⁸ Bill HILLIER ; Julienne HANSON – *The social logic of space*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp 35. (tradução nossa)

³⁹ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 23. (tradução nossa)

1.2.2. ACTIVIDADES SOCIAIS NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

O dia-a-dia da cidade está intimamente ligado com o espaço público. Nele realizam-se um sem número de actividades que têm por base a interacção das pessoas e destas com o próprio espaço. As actividades desenvolvidas no espaço público têm diferentes características e implicam contactos de maior ou menor grau entre os seus intervenientes e podem sofrer uma influência directa ou indirecta das características físicas do espaço que lhes serve de palco.

CATEGORIAS DE ACTIVIDADES NO ESPAÇO EXTERIOR

Jan Gehl⁴⁰ divide as actividades ao ar livre em três categorias:

- As actividades necessárias representam aquelas que são mais ou menos obrigatórias e nas quais os envolvidos são, em maior ou menor grau, forçados a participar. Neste grupo estão incluídas tarefas diárias como ir para o trabalho, ir às compras, etc. e estão também englobadas a grande maioria das actividades relacionadas com o andar a pé e mover-se de um local para outro.

Ocorrem ao longo de todo o ano, sob quase todas as circunstâncias e são mais ou menos independentes do ambiente exterior. Uma vez que estas actividades são inevitáveis, a sua ocorrência é apenas ligeiramente influenciada pela componente física dos espaços.

- As actividades opcionais são aquelas em que se participa no caso de se desejar fazê-lo e se todas as condições para o fazer estiverem reunidas. Nesta categoria incluem-se actividades recreativas que são particularmente agradáveis de levar a cabo ao ar livre, como ir dar um passeio, sentar-se e apanhar um pouco de sol, fazer desporto no exterior, ir para uma esplanada, etc.

Só quando as condições exteriores são óptimas, quando o clima e ao lugar são convidativos é que estas actividades têm lugar, daí a sua particular dependência das condições físicas exteriores. Se os espaços não tiverem capacidade para atrair pessoas e manter as actividades, então só ocorrem actividades necessárias. Se por outro lado eles tiverem essa capacidade, então as actividades necessárias têm lugar com aproximadamente a mesma frequência, embora tendam a ter uma maior duração, além disso, ocorrem também actividades opcionais, uma vez que o espaço consegue convidar as pessoas a parar, sentar, comer e assim por diante.

- As actividades sociais são todas as actividades que dependem da presença de outras pessoas nos espaços públicos. Neste grupo estão incluídas actividades como cumprimentos e conversas, as crianças a brincar e também contactos passivos, como ver e ouvir outras pessoas.

Poderão também ser denominadas de actividades "resultantes", uma vez que, na maioria dos casos, evoluem a partir de actividades ligadas às outras duas categorias e ligadas às outras

⁴⁰ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 11-14. (tradução nossa)

actividades, porque as pessoas estão no mesmo espaço, encontram-se, passam umas pelas outras, ou estão apenas sob o seu campo de visão.

As características das actividades sociais variam, dependendo do contexto em que ocorrem e acontecem espontaneamente, como uma consequência directa das pessoas estarem e se deslocarem no mesmo espaço. Isto implica que estas actividades são estimuladas sempre que as actividades necessárias e opcionais se realizam nos espaços públicos.

Uma característica comum a todas as actividades opcionais e sociais é que ocorrem somente quando as condições externas para se deslocar e parar são adequadas, quando um número máximo de vantagens e um mínimo de desvantagens são oferecidas física, psicológica e socialmente e, quando é agradável, em todos os aspectos, estar no espaço. Daí a extrema importância que as características físicas e sociais que temos vindo a analisar até aqui.

CAMINHAR NO ESPAÇO

Qualquer uma destas actividades está intimamente ligada com a experiência do caminhar. Não que esta seja a única forma de ter contacto com as outras pessoas, mas é seguramente uma das mais significativas. Segundo Matthew Carmona *et. al.*, Bill Hillier⁴¹, no seu livro *Cities as movement systems*, define o movimento pedonal como "subproduto" das actividades e potencial para o desenvolvimento de outras actividades além das básicas de viajar da origem ao destino.

Andar a pé é, antes de mais, um meio de transporte, uma forma de nos deslocarmos de um sítio para outro, mas, acima de tudo, andar a pé possibilita que estejamos presentes no espaço público, entre os outros.

No entanto, caminhar é uma acção bem mais exigente com o espaço físico e social do que poderá parecer.

Segundo Jan Gehl⁴², o que se refere às características físicas, as pessoas são sensíveis às condições do pavimento e da superfície, evitando superfícies irregulares, ou demasiado polidas, inclinações no terreno e desníveis, o que muitas vezes faz com que o pavimento se torne um obstáculo no usufruto do espaço.

Quanto aos requisitos sociais e individuais, as pessoas sentem necessidade de andar de forma razoavelmente livre sem serem perturbadas, empurradas e sem terem de manobrar demasiado. Andar requer espaço, espaço esse que varia de pessoa para pessoa, de situação para situação e com a tolerância face às interferências encontradas durante o acto de caminhar.

Ao observar o comportamento das pessoas em movimento no espaço público percebemos que elas têm dificuldade em aceitar grandes desvios das direcções principais e se o local de destino estiver visível, então essa tolerância aos desvios diminui ainda mais e elas tendem a orientar-se directamente na sua direcção. Mesmo quando se deparam com obstáculos ou zonas de tráfego automóvel, a tendência é para tomarem "atalhos", isto é, seguem o caminho mais curto em vez do mais seguro, só barreiras muito extensas ou trânsito muito intenso as levam a ter um

⁴¹ *cit. in.* Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 170. (tradução nossa)

⁴² Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 35. (tradução nossa)

comportamento diferente. Quando têm que atravessar grandes espaços, as pessoas geralmente fazem-no ao longo dos limites do espaço, em vez de atravessarem uma ampla superfície ou andarem no meio dele, apesar de muitas vezes continuar a prevalecer o “princípio do percurso directo”. Circular pelos limites dos espaços permite não só perceber o espaço na sua globalidade, como também ter um contacto mais directo com os edifícios e estar mais resguardado, protegido. Tal como os desvios, os desníveis também representam um problema para os peões. Os grandes movimentos ascendentes ou descendentes exigem um esforço adicional e uma interrupção no ritmo da caminhada.

CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL

As pessoas nem sempre se deslocam a pé nos espaços, muitas vezes elas fazem-no em automóveis ou transportes colectivos e isso tem uma grande influência nas actividades e no comportamento das pessoas no espaço.

O movimento pedonal fornece a oportunidade para o contacto e interacção, na qual o indivíduo se envolve. Em contrapartida, o movimento baseado no automóvel é circulação pura e diminui as oportunidades para a maioria das formas de interacção social. Além disto, com a crescente utilização dos meios de transporte motorizados, o espaço público está cada vez mais compartimentado em espaços de circulação de veículos e de circulação pedonal. Ao mesmo tempo, o espaço público tem sido colonizado pelo transporte motorizado e os aspectos sociais do espaço exterior têm vindo a ser suprimidos em favor da circulação viária.

A circulação automóvel em espaços públicos urbanos geralmente diminui a fluidez do movimento pedonal, devido à presença de elementos, acessórios ou barreiras relacionados com a tradicional configuração dos sistemas de circulação. No entanto uma separação total de veículos e peões pode ser prejudicial para o desenvolvimento da vida activa dos espaços exteriores, uma vez que, “muitos espaços perderiam a vida sem os automóveis”.⁴³

Muito se tem discutido acerca da incorporação dos meios de circulação automóvel nos centros das cidades. É verdade que os centros históricos não têm geralmente capacidade para suportar o movimento pedonal e viário em simultâneo e face à crescente pressão do uso do veículo privado as zonas de percurso pedonal têm sido sacrificadas. Mas também é verdade que os espaços devem ter capacidade de se adaptar adequadamente às novas exigências da vida urbana.

Muitos centros urbanos dominados pelo automóvel têm sido transformados em sistemas de ruas pedonais. A vida nos espaços públicos tem aumentado consideravelmente e uma ampla vida social e recreativa da cidade tem vindo a desenvolver-se, bem como a melhoria das condições físicas e ambientais dos espaços. No entanto, esta solução pode não ser sempre a mais adequada uma vez que a segregação de tipos de tráfego pode levar a uma diminuição da vida activa dos espaços, dado que o tráfego de diferentes actividades se apoia e estimula mutuamente; e pode levar à criação de zonas de tráfego muito intenso e ambiente muito débil.

⁴³ Donald WATSON; Alan PLATTUS; Robert SHIBLEY – *Time-saver standards for urban design*. Nova York: McGraw-Hill. pp. 4.3-14. (tradução nossa)

É possível que o tráfego viário coexista com o pedonal, se for tráfego de velocidade reduzida e com recurso a um conveniente tratamento espacial e sobretudo da superfície pavimentada. Pode até ter vantagens face à segregação de tipos de tráfego. No entanto, as zonas completamente livres de automóveis têm um maior grau de segurança ao tráfego e melhores condições para as actividades ao ar livre e a circulação pedonal.

Andar a pé no espaço exterior público leva ao desenvolvimento de outras actividades que implicam permanência no espaço, com duração e características variáveis.

PARAR NO ESPAÇO

Andar a pé ou estar sentado são actividades mais exigentes com o ambiente físico do que as actividades de carácter estacionário. Isto porque grande parte das actividades estacionárias são de curta duração e de natureza funcional, como parar num sinal vermelho antes de atravessar uma passadeira, fazer uma curta pausa para ver um anúncio, parar para compor o sapato, etc. Por isso, as pessoas param onde têm que parar e sempre que é necessário, no passeio, na entrada de uma loja, à beira da estrada, etc.

Parar para falar com alguém pertence ao grupo das acções mais ou menos necessárias, uma vez que o “senso comum” determina que quando pessoas conhecidas se encontram pelo menos devem cumprimentar-se. Normalmente estes encontros desenvolvem conversas que acontecem no momento em que as pessoas se encontram e no lugar onde se encontram, não tendo grandes exigências face às características físicas do espaço. Este tipo de conversa têm uma duração muito variável e como os participantes não sabem de antemão a sua duração raramente se deslocam para locais onde conversar poderia ser mais confortável. Por isso, podemos ver pessoas a conversar em qualquer ponto dos espaços públicos, muitas vezes em locais bem inesperados. Um lugar onde estas conversas acontecem com frequência é nas mais movimentadas zonas de fluxo pedestre. É compreensível que as conversas tenham origem nas zonas de fluxo pedestre, uma vez que a probabilidade de pessoas conhecidas se encontrarem nessa zona é maior, o que é mais difícil de perceber é a tendência das pessoas para permanecer nessas zonas, ou muitas vezes deslocar-se para elas, obstruindo o trânsito pedonal e sendo perturbadas por ele. Talvez tenha a ver com a já referida atracção pela proximidade a outras pessoas.

Segundo Jan Gehl,⁴⁴ as conversas entre pessoas podem surgir de outras formas:

- Pode ser relativamente espontâneas, quando pessoas que não se conhecem começam a falar, quando presenciam um evento comum ou têm um qualquer interesse conjunto. Este tipo de contacto também não requer grandes exigências para o espaço físico uma vez que basta que as pessoas tenham um interesse ou objectivo comum par se desenvolver.
- Podem ser conversas entre amigos ou familiares, que têm lugar enquanto se caminha, quando se para por qualquer motivo, que pode ser ou não exterior à conversa, ou quando se está sentado. Não há nenhum lugar especial ou exigências relativas à situação, para além da exigência de um nível de ruído suficientemente baixo.

⁴⁴ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 170. (tradução nossa)

Há, ainda, outro tipo de actividades estacionárias, caracterizadas por terem geralmente uma maior duração e às quais se aplicam pressupostos diferentes. Estas actividades acontecem quando uma pessoa pára para esperar por alguma coisa ou por alguém, para apreciar o espaço, ou para ver o que se está a passar, etc. Nestes casos a importância do lugar onde a actividade se desenvolve começa a ser mais significativa, uma vez que aqui a pessoa procura o melhor sítio do espaço para permanecer.

Os lugares habitualmente escolhidos para paragens de longa duração estão frequentemente localizados junto aos limites dos espaços, juntos às fachadas dos edifícios ou em zonas de transição de espaços, onde se pode visualizar mais do que um espaço, em esquinas de edifícios por exemplo. Esta escolha de lugares de permanência deve-se, possivelmente, ao facto de aí se conseguir ter uma maior percepção do espaço e do que nele acontece, um maior controlo sobre o espaço e ao mesmo tempo consegue-se manter uma certa “distância” daquilo que não se consegue controlar e “o território pessoal é reduzido a um semicírculo à nossa frente”⁴⁵. No centro de um espaço temos que nos mover, para ter uma percepção completa dele e do que nele acontece e ao mesmo tempo estamos mais expostos a acontecimentos inesperados, que podem ocorrer mesmo nas nossas costas sem que nos apercebamos. Também é frequente que os locais seleccionados para paragem sejam junto a objectos fixos no espaço, como candeeiros, estátuas, esculturas, árvores, etc. Esta escolha deve-se provavelmente à possibilidade que se têm de ver as pessoas que se aproximam ao mesmo tempo que se está protegido pelo objecto, ou mesmo parcialmente escondido.

SENTAR NO ESPAÇO

O acto de se sentar é mais exigente que qualquer actividade estacionária, mais do que andar a pé ou conversar. Esta é uma actividade opcional que acontece apenas quando as condições externas são favoráveis e a localização dos lugares para sentar são escolhidos mais atentamente do que são os locais para permanecer em pé.

Da mesma forma que existe um comportamento padrão na escolha de lugares para parar, também existe na escolha de lugares para sentar. Nesta escolha há também uma predilecção pelos lugares perto das fachadas dos edifícios ou nos limites dos espaços, mesmo que não edificadas, ou ainda em assentos com costas protegidas por outros elementos. Como já referimos, os lugares que permitem observar melhor o que se passa no espaço são também dos mais escolhidos.

As exigências impostas na escolha de um lugar para sentar variam em função dos diferentes grupos de pessoas. “As crianças e os jovens colocam normalmente poucas reivindicações sobre o tipo de banco e em muitas situações, aceitam sentar-se em quase qualquer lugar: no chão, na rua, nas escadas, na borda de fontes e sobre os vasos”²⁹. Estes grupos sentam-se em qualquer lugar que reúna um mínimo de condições para que isso seja possível. Na maioria das vezes poder fazer uma apreciação geral do espaço ou estar próximo de grupos ou pontos de interesse é mais importante do que o conforto do assento.

⁴⁵ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 151. (tradução nossa)

Os elementos polivalentes presentes nos espaços públicos são muito escolhidos para sentar, exactamente por reunirem uma série de vantagens face aos elementos que têm uma única função. Um exemplo disso são as escadarias que, além de cumprirem a sua função de transição de cotas, normalmente permitem ter uma boa visibilidade sobre o espaço e muitas vezes sobre diversos ângulos e perspectivas, além do mais, permitem uma infinidade de escolhas no que se refere ao acto de sentar.

“A possibilidade de escolha é tão importante como o exercício da mesma.”⁴⁶ Saber que se quisermos podemos mudar livremente de posição, de lugar, ou podemos simplesmente sair, faz-nos sentir mais vontade de ficar.

No espaço público, a importância de um conforto social na prática das actividades é tão grande quanto o conforto físico do espaço, muitas vezes até maior.

Observar o comportamento das pessoas no espaço, a forma como elas interagem umas com as outras, a forma como reagem aos elementos do espaço, é observar um elemento construído e estático a ganhar vida, uma vida tão própria e singular que nos desperta para a sua existência.

⁴⁶ William H. WHYTE – The social life of small urban spaces. 1ª edição. Nova York: Projects for Public Spaces, 2001, pp. 34. (tradução nossa)

1.2.3. OS SENTIDOS E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

Analisar o funcionamento dos sentidos humanos na relação com o espaço exterior público é fundamental para poder interpretar as formas de comunicação e a percepção humana das condições espaciais.

SISTEMAS SENSORIAIS

Como vimos até aqui, nós afectamos o ambiente que nos rodeia e somos afectados por ele. Esta interacção só é possível através da combinação dos sentidos humanos, que influenciam a imagem que temos do espaço.

A percepção é o meio através do qual o espaço e os seus utilizadores comunicam connosco. Envolve a recolha, organização e atribuição de sentido às informações que o espaço nos transmite através dos nossos sistemas sensoriais, que reagem a estímulos ambientais.

Os quatro sentidos mais valiosos na percepção do espaço são: a visão, a audição, o olfacto e o tacto:

- A visão é o sentido dominante, é através dela que obtemos uma grande parte da noção que temos do espaço e frequentemente ela fornece-nos mais informações do que os outros sentidos combinados. É através dela que percebemos as formas, as cores, os movimentos, os pormenores, as texturas, a luz, etc.
- A audição, só por si, é pobre na recolha da informação transmitida pela componente física do espaço, mas rica na comunicada pela componente social. Os sons chegam até nós sem que nós os procuremos, sem que tenhamos que nos focar neles, podendo vir de todo o espaço circundante.
- O olfacto é um sentido difícil de controlar. Os odores podem vir de qualquer lugar quando menos esperamos e podemos até nem saber a que estão associados. Por isso o sistema olfactivo pertence à experiência do espaço, sendo muitas vezes determinante para a ligação emocional que criamos com os espaços.
- O tacto está associado aos actos de percorrer o espaço, de sentar ou de tactear, através do contacto directo ou indirecto com as superfícies dos elementos materiais dos espaços. É talvez o sentido menos significativo na percepção do espaço, mas ainda assim importante.

COMPONENTE INDIVIDUAL DA PERCEPÇÃO

Estes estímulos sensoriais não são independentes, são geralmente entendidos e apreciados como um todo interligado, o que nos permite fazer uma apreciação global, ou específica, dos elementos que constituem os espaços.

Mais do que receber os estímulos dos sentidos, o processo perceptivo consiste em atribuir significado e valor a esses estímulos. Segundo Matthew Carmona *et. al.*, Ittelson⁴⁷, no seu livro *Environmental perception and urban experience – Environment and Behaviour*, identifica quatro

⁴⁷ *cit. in.* Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 88. (tradução nossa)

dimensões da percepção, que funcionam simultaneamente: a dimensão cognitiva, que envolve a organização e manutenção da informação recebida; a dimensão afectiva, que tem a ver com os sentimentos e emoções que desenvolvemos na relação com o espaço; a dimensão interpretativa, que abrange a atribuição de significado ou a associação com outras experiências; e a dimensão avaliativa, que engloba valores de preferência e de qualificação.

A percepção do espaço varia de pessoa para pessoa, uma vez que está relacionada com a forma que cada pessoa tem de “ver o mundo”. Esta resulta de um processo social e culturalmente apreendido que se altera com o tempo e com o desenvolvimento individual. “Enquanto as sensações podem ser semelhantes para todos, a forma como os indivíduos filtram, reagem, organizam e valorizam essas sensações difere.”⁴⁸

Esta componente individualista da relação entre as pessoas e o espaço leva muitas vezes ao desenvolvimento de um sentimento de afectividade com o local. Este sentimento pode ser desenvolvido através da condição física do espaço, criando uma sensação de conforto, de protecção, ou de bem-estar; através da presença de elementos de recepção e difusão no meio social, ou cultural; através do valor histórico e simbólico, individual ou colectivo. Este processo interactivo entre o indivíduo e o espaço pode influenciar a atitude do indivíduo perante o espaço, bem como a sua utilização.

ESCALA FUNCIONAL DOS SISTEMAS SENSORIAIS

Não obstante a influência da componente individual da percepção, o estudo dos sentidos usados na apreensão do espaço público urbano permite-nos perceber a influência destes para a interacção espacial e social.

Cada um dos sistemas sensoriais actua de forma diferente, consoante a distância que os separa dos objectos. Segundo Jan Gehl, Edward T. Hall⁴⁹, no seu livro *The Hidden Dimension*, define uma escala funcional dos aparelhos sensoriais, que se refere ao contacto entre pessoas:

- As variações de odores só são perceptíveis a distâncias muito reduzidas e segundo um intervalo bastante limitado. Normalmente, só em distâncias inferiores a 1 metro é possível perceber os odores relativamente fracos que emanam das pessoas. O cheiro do perfume e outros relativamente mais fortes são detectados entre os 2 a 3 metros.
- A audição tem uma escala funcional mais abrangente. Até 7 metros o ouvido capta praticamente todos os sons, sendo até possível manter uma conversa com pouca dificuldade. Até cerca dos 35 metros, é possível ouvirmos as outras pessoas mas dificilmente conseguimos manter uma conversa. Acima desta distância, a capacidade auditiva é bastante reduzida, sendo difícil ouvir as outras pessoas, a não ser que elas estejam a gritar. No caso de haver interferências sonoras externas estas distâncias reduzem significativamente.
- A visão tem uma escala funcional bastante mais abrangente. Podemos ver os outros e perceber que são pessoas a uma distância de 0,5 a 1 quilómetro, dependendo de factores

⁴⁸ Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – *Public places urban – spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003, pp. 88. (tradução nossa)

⁴⁹ cit. in. Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 66. (tradução nossa)

externos como o fundo, a iluminação, e particularmente, o movimento de quem está a ser observado. A cerca dos 100 metros aumenta a clareza com que percebemos que estamos a ver pessoas. Quando a distância é reduzida para o intervalo entre 70 e 100 metros, começa a ser possível determinar com razoável clareza o sexo da pessoa, a idade aproximada e o que está a fazer. Só a uma distância de aproximadamente 30 metros conseguimos perceber as características faciais, o penteado e a idade e só quando a distância é reduzida para 20 a 25 metros, é que se conseguem perceber as expressões faciais e os gestos.

Jan Gehl⁵⁰ acrescenta que as possibilidades de ver são também uma questão de campo de visão. Sendo o movimento humano limitado pela sua natureza predominantemente horizontal e os sentidos essencialmente orientados para a frente, o campo de visão horizontal é consideravelmente mais vasto do que o vertical. Esta noção reforça a ideia de que a percepção do espaço e das actividades se dá essencialmente no nível térreo, sendo a este nível que o carácter dos edifícios e do espaço são mais relevantes.

Esta relação de distâncias de actuação dos sentidos é importante para perceber as diversas oportunidades de contacto entre as pessoas num espaço público, o que está directamente relacionado com as dimensões e desníveis do próprio espaço.

A distância é usada também para regular a intimidade e a intensidade do contacto em diversas situações sociais. Frequentemente se assiste a pequenos movimentos que fazem aumentar a distância entre os participantes de uma actividade para dar a entender que se pretende deixar de participar nela, numa conversa por exemplo, assim como vemos as pessoas aproximarem-se quando a intenção é a de participarem na actividade.

“Os contactos emocionalmente intensos têm lugar numa faixa muito estreita, de 0 a 0,5 metros, onde todos os sentidos podem trabalhar em conjunto e quando todas as nuances e pormenores podem ser percebidos claramente, enquanto que os contactos menos intensos se realizam em distâncias maiores, de 0,5 a 7 metros.”³⁴

Segundo Jan Gehl, com base neste princípio de que existem distâncias habituais para diferentes formas de comunicação Edward T. Hall⁵¹ define uma série de distâncias sociais:

- A distância íntima (0 a 0,45 centímetros), que é a distância em que se expressam sentimentos intensos como ternura, carinho, amor e também indignação e nervosismo.
- A distância pessoal (0,45 a 1,30 metros), na qual se desenvolvem as conversas entre amigos íntimos e familiares.
- A distância social (1,3 a 3,75 metros), normal para conversas entre amigos, conhecidos, vizinhos e assim por diante.
- A distância pública (superior a 3,75 metros), que é a distância mais utilizada em situações formais, quando se quer ouvir ou ver um evento, mas não se pretende ficar envolvido.

Quando estas distâncias são quebradas pode gerar-se um desconforto entre os intervenientes e

⁵⁰ Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 165-69. (tradução nossa)

⁵¹ *cit. in.* Jan GEHL – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001, pp. 71. (tradução nossa)

determinados contactos podem ser difíceis de manter. Por exemplo, em locais muito ruidosos, as distâncias para desenvolver algumas actividades, como conversar, têm que ser significativamente reduzidas. Quando as distâncias sociais são quebradas, por exemplo quando um desconhecido invade a distância pessoal, o limite de tolerância para o contacto torna-se muito reduzido e pode tornar-se muito embaraçoso continuar a manter o contacto ou pode simplesmente quebrar-se.

O espaço percebido pela visão é também baseado numa experiência cinestésica, proporcionada pelo movimento através do espaço. Os ambientes são experimentados como dinâmicos, emergentes, como sequências temporais.

Se um espaço é diversificado e dinâmico a interacção entre o homem e o espaço é mais intensa e mais significativa. A capacidade espacial de fomentar o contacto e de aumentar o tempo de permanência dos utilizadores é aumentada, uma vez que a orientação visual feita através do espaço pode provocar encontros e gerar interesses comuns.

As impressões das pessoas sobre um edifício ou sobre um espaço são, naturalmente, mais do que visuais, mais do que imediatas. O espaço exterior urbano comunica com os seus utilizadores através dos sentidos humanos, transmite-lhe a sua essência e põe-nos em contacto com o ambiente e as pessoas que o rodeiam.

CAPÍTULO 2. ESTUDO DE CASOS

2.1. INTRODUÇÃO

2.2. A RUA

2.2.1. – RUA GARRETT

2.2.2. – RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO

2.2.3. – RUA DE SANTA JUSTA

2.3. A PRAÇA

2.3.1. – PRAÇA DA FIGUEIRA

2.3.2. – PRAÇA LUÍS DE CAMÕES

2.3.3. – LARGO DO CARMO

2.4. O LARGO

2.4.1. – LARGO DO CHIADO

2.4.2. – LARGO DE SÃO DOMINGOS

2.4.3. – LARGO DAS PORTAS DO SOL

2.5. ANÁLISE COMPARATIVA

2.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo estudamos três categorias de espaço exterior público no contexto urbano da cidade de Lisboa: a rua, a praça e o largo. Esta escolha não significa que apenas existam estas categorias de espaço público urbano, mas estas estão seguramente entre as mais representativas da cidade de Lisboa.

Como já referimos, para cada categoria de espaço público seleccionámos nove casos práticos que reunissem características inerentes a cada uma delas. São eles: as ruas Garrett, Portas de Santo Antão e Santa Justa; as praças da Figueira, Luís de Camões e do Carmo; e os largos do Chiado, São Domingos e Portas do Sol.

Os espaços públicos estudados situam-se na zona histórica da cidade de Lisboa, não por esta localização ter constituído um pré-requisito, mas sim porque é nesta zona da cidade que se encontram alguns dos mais vividos espaços públicos urbanos. A concentração de usos, a sua configuração e diversidade, o seu enquadramento histórico e cultural e a relação com toda a cidade, tornam estes espaços verdadeiros impulsionadores das vivências urbanas.

Cada um dos espaços estudados tem uma relação distinta com os seus utilizadores e proporciona diferentes formas de socialização, as quais analisámos seguindo uma metodologia semelhante para todos os casos de estudo. Fizemos diversas visitas aos locais, observámos o comportamento das pessoas e examinámos a influência das características físicas de cada espaço. Posteriormente fizemos diagramas de forma a perceber a relevância de cada componente estudada para a vivência dos espaços públicos.

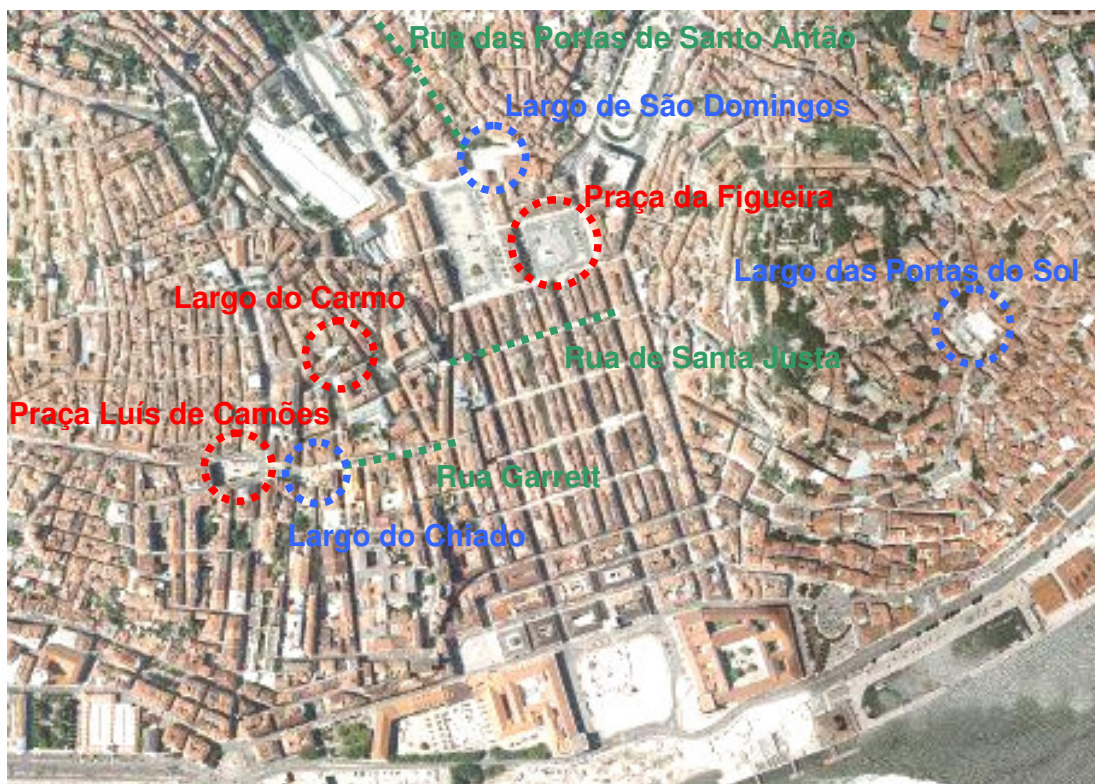


Figura 9: Planta de localização dos casos de estudo.

2.2. A RUA

2.2.1. RUA GARRETT



Figura 10 e 11: Fotografia aérea da Rua Garrett

10: Planta; 11: Perspectiva (vista Nascente)

ENQUADRAMENTO

A Rua Garrett é uma das principais artérias do Chiado, situada entre os Armazéns do Chiado e o Largo do Chiado. Constitui um importante eixo comercial e cultural da cidade, não só pelo seu legado histórico como também pela proximidade de diversos edifícios artísticos e culturalmente relevantes.

Os Armazéns do Chiado constituem um importante núcleo comercial que confina num dos extremos da Rua Garrett, complementado pelas diversas lojas que se localizam ao longo de toda a rua, enfatizando o seu carácter comercial. A proximidade de edifícios como o Teatro Nacional de São Carlos, o Teatro Mário Viegas, o Museu Nacional de Arte Contemporânea, o café A Brasileira, as históricas livrarias e lojas, a Basílica de Nossa Senhora dos Mártires e tantos outros, constitui por si só um importante estímulo à dinâmica desta rua e à sua diversidade cultural, artística, económica, e consequentemente, social.

De facto, uma forte sensação que temos ao “entrar” nesta rua é que ela não constitui apenas um local de passagem, de ligação, como habitualmente se associa ao conceito de rua. É também um local de encontro, de paragem, de apreciação. As pessoas param diversas vezes ao longo da rua para ver as montras das lojas, entram e saem dos cafés, encontram conhecidos com quem falam em qualquer lugar, param para ouvir um músico que toca violino na rua, para ver as flores que dão cor ao passeio e muito mais (Figura 12).



Figura 12: Pessoas na Rua Garrett durante o dia



Figura 13: Pessoas na Rua Garrett durante a noite



Figura 14: Planta da Rua Garrett (anexo A01)



Figura 15: Diagrama de cheio/vazio (anexo A01)

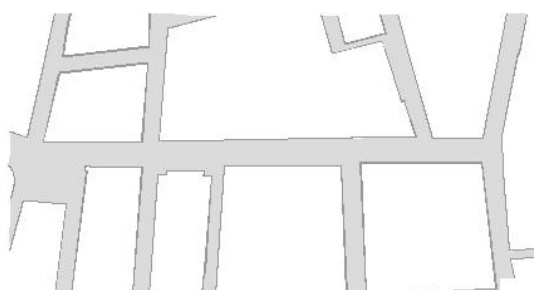


Figura 16: Diagrama de cheio/vazio invertido (anexo A01)

A diversidade da Rua Garrett é conseguida não só pela variedade dos seus usos, mas também pelas suas características físicas que possibilitam e estimulam essa componente.

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

A Rua Garrett apresenta uma forma significativamente regular que se desenvolve segundo uma linha recta com um comprimento de aproximadamente 186m. Mantém uma secção relativamente constante ao longo de todo o seu traçado, com cerca de 13m, contendo apenas um alargamento em frente à Basílica de Nossa Sra. dos Mártires, onde a secção aumenta para os 15m (anexo A04). Este alargamento é bastante importante para a vivência da rua uma vez que permite que, à medida que se percorre a rua, se tenha uma percepção diferente do seu desenvolvimento, constituindo um ponto de deflexão que alivia o olhar e cria diversidade, ao mesmo tempo que cria a sensação de que a rua é mais curta do que é na realidade. Por sua vez, permite também uma maior concentração de pessoas, que acontece não só quando a Basílica está em funcionamento, pela aglomeração de turistas e fiéis, mas também ao longo do dia, em que as pessoas se sentam nas escadas que dão acesso à Basílica, se encostam nos seus muros ou se refugiam nas suas esquinas (Figuras 17 e 18).



Figura 17: Alargamento da Rua Garrett



Figura 18: Pessoas em frente à Basílica de N. Sra. dos Mártires

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS OUTRAS RUAS / CIRCULAÇÃO

A Rua Garrett serve de ponto de chegada e de partida a outras ruas que apresentam uma secção mais reduzida, entre 7 a 11m, sendo que duas delas a atravessam nos seus topos (anexo A04). A presença das aberturas das ruas que culminam na Rua Garrett não tem grande impacto para a sua leitura de conjunto nem para a quebra da sua linearidade, uma vez que a dimensão destas aberturas não é significativa face às dimensões da Rua Garrett e dos edifícios que a constituem. Além disso o tráfego é reduzido e de um só sentido, pelo que a prioridade no seu atravessamento é quase sempre dos peões (que são em muito maior número), não constituindo assim grande quebra no movimento das pessoas que percorrem a Rua Garrett (Figura 19). Por sua vez, o tráfego automóvel na Rua Garrett é um pouco mais intenso, uma vez que esta rua constitui um eixo viário fundamental na distribuição do tráfego desta zona. Apesar do tráfego não ser condicionado, é de um só sentido e a velocidade a que os veículos circulam é reduzida, devido ao declive acentuado e ao material do pavimento da via, o que faz com que as pessoas por vezes utilizem o espaço destinado aos veículos com uma certa descontração. Outra explicação para este comportamento é a elevada concentração de pessoas nos passeios, onde muitas vezes param para ver montras ou para conversar, apesar destes serem largos, parecem não ser suficientemente largos.



Figura 19: Diagrama de circulação da Rua Garrett (anexo A13)

Os topos da Rua Garrett têm características distintas entre si e conferem-lhe um carácter peculiar. Ambos são rematados, um por um edifício que “fecha” a rua e lhe estabelece um limite claro – os Armazéns do Chiado; outro por um espaço vazio que a “projecta” para o desconhecido – o Largo do Chiado. Estes remates da rua, aliados à sua topografia (7% de inclinação), transformam os topos em verdadeiros pontos focais que se impõem ao longo de toda a rua (Figura 20 e 21).



Figura 20: Vista para os Armazéns do Chiado



Figura 21: Vista para o Largo do Chiado

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Os edifícios que delimitam a Rua Garrett têm uma altura de cerca de 15 a 18m e as suas fachadas apresentam uma clareza e regularidade intrínseca que completam todo o conjunto. O dinamismo das fachadas é dado pelo jogo de vãos e de materiais. O piso térreo assume uma definição distinta dos restantes pisos uma vez que a forte presença do comércio abre grandes vãos na fachada e apresenta pormenores arquitectónicos mais detalhados.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Os principais pontos de concentração de pessoas são, como vimos, junto às fachadas dos edifícios, onde olham as montras e têm acesso às lojas; nos topos da rua, onde acedem aos Armazéns do Chiado e ao Largo de São Domingos; e no alargamento da Basílica de Nossa Sra. dos Mártires, que constitui um local de encontro e repouso (Figura 22).



Figura 22: Diagrama de fluxos pedonais da Rua Garrett (anexo A22)

2.2.2. RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO



Figura 23 e 24: Fotografia aérea da Rua das Portas de Santo Antão

23: Planta; 24: Perspectiva (vista Norte)

ENQUADRAMENTO

A Rua das Portas de Santo Antão localiza-se na Baixa de Lisboa, entre o Largo de São Domingos e o Largo da Anunciada. Constitui um importante eixo de restauração da Baixa Lisboaeta.

As esplanadas dos restaurantes que aparecem ao longo de toda a rua são uma marca muito forte da sua personalidade, caracterizam-na e tornam-na única. Igualmente importantes para a vida desta rua são o Ateneu Comercial, o Coliseu dos Recreios, o Teatro Politeama, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Ginjinha Sem Rival e outros, que enfatizam a sua componente artística, cultural e lúdica e que lhe atribuem um dinamismo particular.

A Rua das Portas de Santo Antão, tal como a da Rua Garrett que vimos atrás, não constitui apenas um local de passagem, de ligação entre origem e destino, é também um local de permanência, neste caso com características muito distintas do anterior e cheio de vida tanto de dia como de noite. O que mais contribui para esta particularidade da rua são as suas esplanadas, com as quais nos deparamos constantemente ao percorre-la (Figuras 25 e 26). Elas seguem-se umas às outras, escondendo as fachadas dos edifícios, estando constantemente ocupadas e para completar esta envolvência, ao passarmos na rua somos abordados por funcionários dos cafés e restaurantes que nos convidam insistentemente para utilizarmos os estabelecimentos. É impossível passar indiferente a todo este espírito.



Figura 25 e 26: As esplanadas a Rua das Portas de Santo Antão



Figura 27: Planta da Rua das Portas de Santo Antão (anexo A01)



Figura 28: Diagrama de cheio/vazio (anexo A01)

Figura 29: Diagrama de cheio/vazio invertido (anexo A01)

As características físicas da Rua das Portas de Santo Antão têm uma contribuição significativa na criação deste cenário que acolhe as vivências urbanas.

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

Apesar de apresentar uma estrutura linear, característica de uma rua, o seu traçado é relativamente irregular, o que faz com que em nenhum dos extremos da rua conseguimos ver o seu fim. O comprimento é de aproximadamente 250m e a largura varia muito ao longo do seu trajecto, entre 9 a 19m (anexo A05). Esta variação, aliada às pequenas mudanças de direcção, faz com que, a cada passo, se tenha uma percepção diferente da rua e do que nela acontece. Permite que se vá descobrindo aos poucos a sua estrutura e que se encontrem surpresas que nos envolvem no ambiente da rua, mesmo que a nossa intenção fosse só atravessá-la.

Quando chegamos a meio da rua deparamo-nos com um alargamento que resulta do culminar de várias ruas mais estreitas. Descobrimos aqui um ponto absolutamente fundamental para as vivências desta rua (Figuras 30 e 31).

O seu posicionamento, a sua forma irregular, as variações de alturas, cores e configurações dos edifícios unem-se para criam um ambiente particularmente propício ao desenvolvimento dos mais diversos tipos de actividades. É neste local que se concentram grande parte dos vendedores ambulantes, dos pintores e músicos que praticam as suas actividades na rua. Aqui o apelo dos funcionários dos cafés e restaurantes é mais intenso mas ao mesmo tempo mais descontraído, as pessoas não conseguem escapar com tanta facilidade uma vez que o espaço para abordagem, dominado pela restauração é maior. Criam-se oportunidades de conversa com mais facilidade e o nosso olhar fica mais disperso na dinâmica dos comportamentos humanos e na diversidade do próprio espaço. Mais uma vez a rua parece ficar mais curta.



Figura 30 e 31: Alargamento da Rua das Portas de Santo Antão

30: Vista Sul; 31: Vista Norte

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS OUTRAS RUAS / CIRCULAÇÃO

A Rua das Portas de Santo Antão é uma rua pedonal, tal como as ruas que nela confluem, onde os veículos automóveis só circulam para dar apoio aos estabelecimentos que aí se localizam (Figura 32). Isto traz uma grande vantagem para a vivência da rua uma vez que todo o espaço pertence ao peão. As actividades desenvolvem-se com mais facilidade e o espaço pode ser usado na sua totalidade e com mais descontração, sem preocupações com a segurança face aos veículos, nomeadamente as barreiras, subdivisões do espaço ou ruído perturbador.

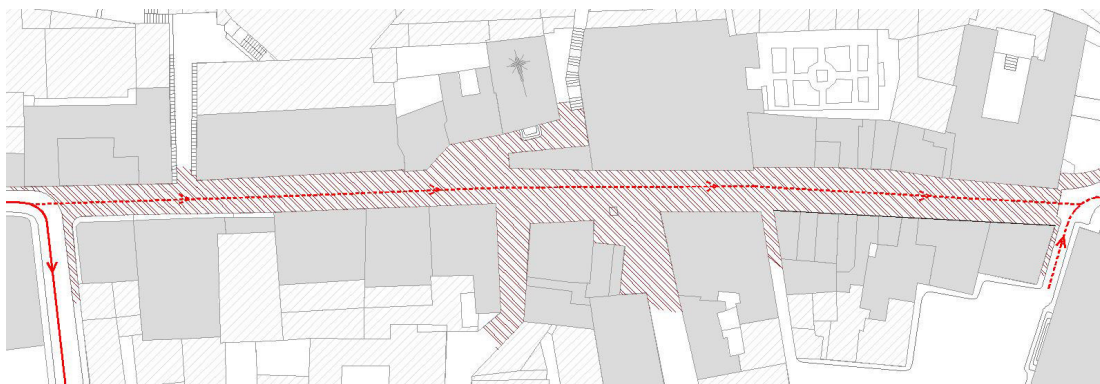


Figura 32: Diagrama de circulação da Rua das Portas de Santo Antão (anexo A14)

As ruas que culminam na Rua das Portas de Santo Antão têm duas dimensões distintas: umas são muito estreitas, com cerca de 3 a 6m de largura; e outras são tão ou mais largas que a própria Rua das Portas de Santo Antão, com cerca de 8 a 20m de largura (anexo A05). As primeiras são tão estreitas face às dimensões da Rua das Portas de Santo Antão que quase não se dá por elas. As outras, que configuram o alargamento de que já falámos, estreitam à medida que se afastam da Rua das Portas de Santo Antão, o que faz com que estas sejam lidas como fazendo parte dela, uma vez que não se percebe onde começa uma e acaba a outra, criando assim uma variação na forma da própria rua.

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Os edifícios que delimitam a Rua das Portas de Santo Antão têm uma grande variação de alturas, que vai desde os 9m aos 18m. As suas fachadas apresentam igualmente uma grande variação, que é dada pela diferença de pés direitos dos pisos, pela diversidade de cores e de materiais, pela diferença de vãos e varandas e pela individualidade da arquitectura de alguns edifícios. Contudo, esta grande variedade forma um conjunto dinâmico que é completado pelas flores nos peitoris das janelas, pelos estendais de roupa nos diferentes pisos e pelos toldos e guarda-sóis dos restaurantes, que se juntam para formar um todo singular e pitoresco, que constitui um cenário perfeito para as vivências desta rua (Figuras 33 e 34).

Há ainda que referir a particularidade que o piso térreo aqui apresenta, que na maioria dos casos é imperceptível porque está escondido pelas esplanadas, que elas sim passam a ser as zonas de transição entre o exterior e interior. Elas projectam o edifício para a rua e muitas vezes chegam mesmo a ocupar o espaço vazio deixado pelos edifícios alinhando-se a partir deles, criando uma continuidade no traçado da rua, que as pessoas seguem sem hesitação.



Figura 33 e 34: As fachadas da Rua das Portas de Santo Antão

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

As principais zonas de concentração de pessoas nesta rua são junto dos edifícios do Coliseu dos Recreios e do Teatro Politeama, concentrado essencialmente nas horas de espectáculos; junto às esplanadas, que servem também de apoio à permanência; na zona central da rua; e no exterior da Ginjinha Sem Rival, onde bebem a tradicional ginjinha e se geram muitas conversas e encontros, como se a própria rua fosse um prolongamento do estabelecimento (Figura 35).



Figura 35: Diagrama de fluxos pedonais da Rua das Portas de Santo Antão (anexo A23)

2.2.3. RUA DE SANTA JUSTA



Figura 36 e 37: Fotografia aérea da Rua de Santa Justa

36: Planta; 37: Perspectiva (vista Norte)

ENQUADRAMENTO

A Rua de Santa Justa localiza-se na Baixa Pombalina, entre a Rua do Carmo e a Rua dos Fanqueiros. Estabelece um dos eixos transversais da malha regular do plano de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, mandado construir pelo Marquês de Pombal aquando da reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755. Facto determinante para perceber a sua forma e estrutura.

A par do seu carácter essencialmente comercial está a importância que possui na ligação de outras ruas e de duas zonas da cidade, a Colina do Castelo e do Chiado, tendo um carácter de permanência menos enfatizado que nos dois casos estudados anteriormente.

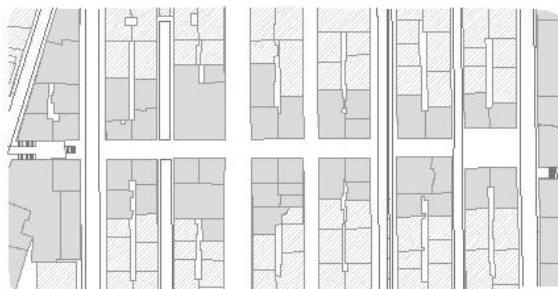


Figura 38: Planta da Rua de Santa Justa (anexo A01)

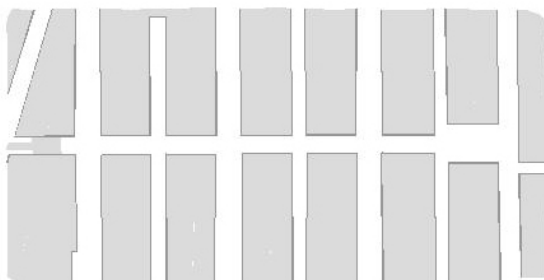


Figura 39: Diagrama de cheio/vazio (anexo A01)

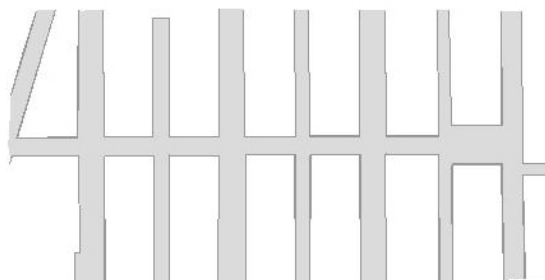


Figura 40: Diagrama de cheio/vazio invertido (anexo A01)

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

A Rua de Santa Justa caracteriza-se pela sua forma regular e geometrizada que se desenvolve ao longo de uma linha recta com um comprimento de cerca de 235m. A sua largura é também constante ao longo de todo o seu traçado, com cerca de 9,5m (anexo A06). Há apenas uma

excepção num dos topos em que se cria um alargamento que abre simetricamente para os dois lados da rua. No entanto e ao contrário do que acontecia do caso da Rua Garrett e da Rua das Portas de Santo Antão, este espaço é talvez o que tem menos ocupação em toda a rua. Isto pode dever-se à sua forma acentuadamente regular e geometrizada, que se materializa num rectângulo de aproximadamente 19m de largura por 29m de comprimento (anexo A06). A falta de vivências pode ainda dever-se à separação do resto da rua, provocada por duas vias de tráfego automóvel, ou por se localizar num dos topos da rua, oposto à zona que concentra mais actividade na envolvente da rua. Aqui não há escadas para as pessoas se sentarem, não há recantos para se encostarem, não há outras pessoas para observar, não há actividades para participar. Os únicos elementos que apoiam a permanência das pessoas são as árvores que se alinham pelas fachadas, não tendo, no entanto, uma importância significativa na manutenção de actividades (Figura 41).

O traçado recto da Rua de Santa Justa, aliado à sua topografia, permite ter uma percepção global do seu desenvolvimento a partir dos seus topos, que constituem pontos mais elevados. Aí localizam-se também dois importantes elementos: o Elevador de Santa Justa e o edifício da Polux; que encerram a rua e lhe conferem características distintas (Figuras 41 e 42).

O Elevador de Santa Justa é talvez o elemento mais marcante desta rua, pela sua arquitectura e funcionalidade, é um ponto focal visível a partir de toda a rua. É um monumento histórico de elevado valor artístico que liga a Rua de Santa Justa ao Largo do Carmo e através da sua base conseguimos aceder também à Rua do Carmo. No outro topo o edifício da Polux estabelece um limite claro e imponente à rua (Figura 41 e 42).



Figura 41: Vista para o Elevador de Santa Justa



Figura 42: Vista para o edifício da Polux

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS OUTRAS RUAS / CIRCULAÇÃO

A Rua de Santa Justa é uma rua pedonal, atravessada por outras ruas que constituem eixos fundamentais que ligam as Praças D. Pedro IV e Praça da Figueira à Praça do Comércio (Figura 43). Estas ruas quebram a Rua de Santa Justa num ritmo regular de aproximadamente 25 em 25 metros. A largura das aberturas provocadas por estes atravessamentos é variável entre 7 a 14m (anexo A06). As separações das fachadas que estes atravessamentos provocam, atribuem uma leitura interrompida da rua, sem no entanto se perder o seu sentido global.

Algumas destas ruas são pedonais, como a Rua Augusta, mas outras são eixos viários com elevado caudal de tráfego, o que provoca quebras significativas na fluência do movimento ao nível



do solo (Figura 43).

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Os edifícios que delineiam a Rua de Santa Justa têm entre 15 a 18m de altura e as suas fachadas apresentam um regularidade e sobriedade que completam o carácter sóbrio e claro que caracteriza toda a rua. Como acontece em toda Baixa Pombalina, as fachadas alinham-se umas com as outras, o jogo de vãos e as suas dimensões repetem-se, os materiais e cores são semelhantes. É impressionante a sobriedade e simplicidade desta rua e a forma como as pessoas usam o seu espaço **Figura 43:** Diagrama de circulação da Rua de Santa Justa (anexo A15)

O piso térreo, à semelhança da Rua Garrett, é maioritariamente comercial, mas as zonas de transição entre o pavimento e o edifício assumem aqui um carácter bem distinto. Curiosamente as pessoas vivem mais o centro do espaço do que o espaço junto às fachadas. Não há nichos, recantos nem avanços ou recuos nas fachadas nos quais as pessoas normalmente se instalam, mas há elementos no centro da rua que permitem acolher as pessoas e algumas actividades.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

É entre cada atravessamento de ruas que se concentram o maior número de actividades, numa espécie de “bolsas” onde existem bancos que as pessoas usam para descansar, num intervalo entre ruas muito movimentadas; quiosques onde as pessoas se aglomeram e comentam as notícias do dia; esplanadas envoltas por um ambiente descontraído, fora da azáfama da Rua Augusta; bancas de flores e vendedores ambulantes que tanto apreço têm pelos principais fluxos pedonais e que as pessoas contornam delineando um movimento ondulante ao longo da rua, onde se podem mover livremente (Figura 44).



Figura 44: Diagrama de fluxos pedonais da Rua de Santa Justa (anexo A24)

2.3. A PRAÇA

2.3.1. PRAÇA DA FIGUEIRA



Figura 45 e 46: Fotografia aérea da Praça da Figueira
45: Planta; 46: Perspectiva (vista Norte)

ENQUADRAMENTO

A Praça da Figueira localiza-se na Baixa de Lisboa, junto à Praça D. Pedro IV. Constitui um importante ponto de ligação a outros espaços desta zona da cidade, como é o caso do Martim Moniz, do Largo de São Domingos, do Rossio e da Praça do Comércio. Esta centralidade determina a sua importância no contexto urbano e denota também algumas das suas funções. É essencialmente ocupada por comércio, restauração e hotelaria e serve de apoio a diversos transportes públicos.

A Praça da Figueira situa-se num vale, a partir da qual se podem observar alguns dos pontos mais elevados da cidade, como é o caso da colina do Castelo, a Nascente e das colinas das Chagas e de São Roque, a Poente. A possibilidade de ver o Castelo de São Jorge e o Convento do Carmo a partir da praça, sobre as suas fachadas e em contraste com a sua simplicidade, confere-lhe um espírito próprio e complementam o seu volume espacial (Figuras 47 e 48).

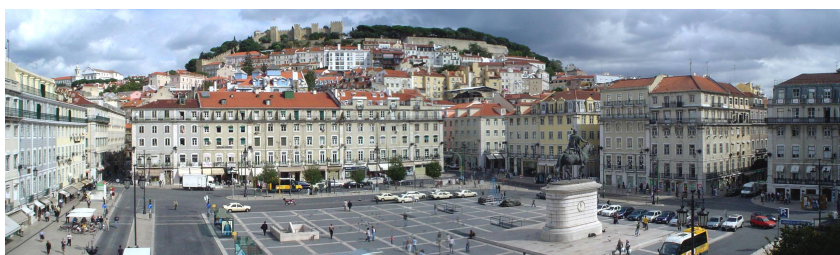


Figura 47: Vista para a Colina do Castelo

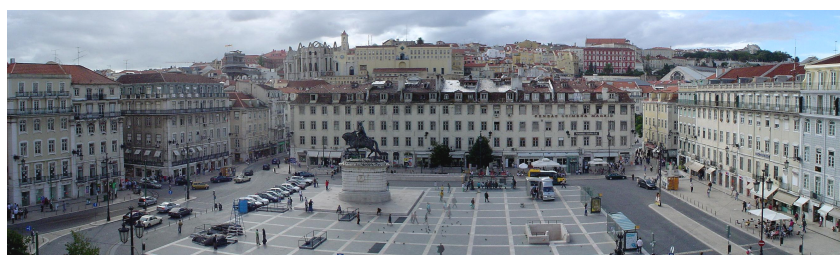


Figura 48: Vista para as Colinas das Chagas e de São Roque

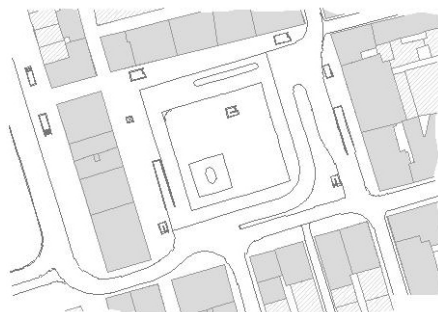


Figura 49: Planta da Praça da Figueira (anexo A02)

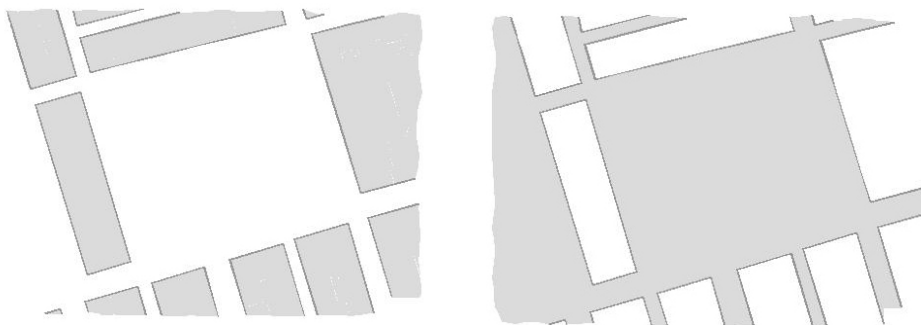


Figura 50: Diagrama de cheio/vazio (anexo A02) Figura 51: Diagrama de cheio/vazio invertido (anexo A02)

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

A simplicidade formal e clareza espacial são duas das suas principais características. Ao “entrarmos” na Praça da Figueira conseguimos ter uma consciência global do espaço, identificamos os seus limites e a sua configuração. Para isso contribui fortemente a sua estrutura formal, que resulta da complementaridade entre a planta, aparentemente quadrada com aproximadamente 115 por 105m; e os edifícios, com uma altura relativamente constante nos 15m, atingindo pontualmente os 18m (anexo A07).

A dimensão horizontal da praça é cinco vezes superior à dimensão vertical, o que seria considerado demasiado grande para uma praça, segundo o que vimos atrás referido por Camillo Sitte (página 21). No entanto, há que considerar que as dimensões que Sitte estabelecia eram em relação a um edifício principal, normalmente mais elevado e imponente que os restantes, o que na Praça da Figueira não existe e há que ponderar também que a ascensão das colinas, que parecem prolongar a altura das fachadas, ajudam a aumentar o acolhimento do espaço e a diminuir a sensação de isolamento no seu interior (Figura 52).

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Há uma pequena variação no desenho das fachadas dos edifícios que delimitam a praça, nomeadamente ao nível do piso térreo, pela variação da dimensão dos vãos; no último piso, que assume soluções arquitectónicas distintas; e nos materiais de revestimento da fachada. No entanto, há uma forte definição de conjunto, que é dada pela homogeneidade global das fachadas, pelo desenho dos vãos, das cores e das soluções arquitectónicas (Figuras 47 e 48).

As fachadas dos edifícios que delimitam a Praça da Figueira não foram pensadas como elementos delimitadores da praça mas sim como fachadas dos edifícios independentes. No entanto, como ela segue os princípios da arquitectura característica da Baixa Pombalina, quando nos encontramos no espaço da praça, sentimos que as fachadas dos edifícios que a delimitam são as fachadas da praça, devido à afinidade que há entre elas. A percepção do conjunto fica completa.

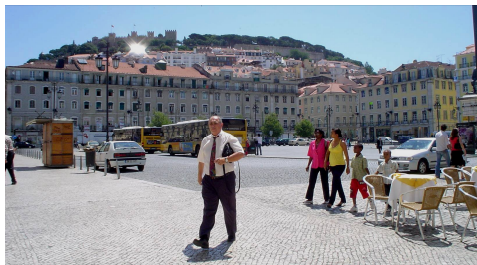


Figura 52: A Colina do Castelo parece prolongar a altura das fachadas da praça

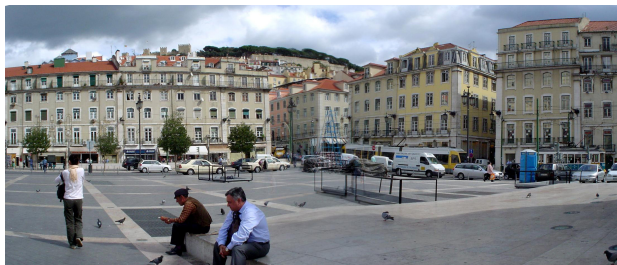


Figura 53: Vista para as fachadas a Nascente e Sul

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS RUAS / CIRCULAÇÃO

O sentido de encerramento de uma praça é determinado pela configuração das aberturas das ruas que lhe dão acesso. Na Praça da Figueira estas aberturas têm uma largura variável entre 6 a 11m e localizam-se em todas as suas esquinas e ao longo da fachada Sul (anexo A07). Desenvolvem-se perpendicularmente ao espaço da praça separando os edifícios e desmaterializando as suas esquinas, desvirtuando assim a sensação de volume (Figura 53). Para além disto, as ruas prolongam-se para o interior da praça, isolando o espaço central dos edifícios que o rodeiam.

As ruas que atravessam a Praça da Figueira no sentido Norte/Sul e Nascente/Poente, paralelamente aos edifícios que a delimitam, têm um elevado caudal de tráfego, o que impossibilita que o movimento pedonal flua livremente no espaço e isola os edifícios do resto da praça. As ruas que a atravessam no sentido Sul/Norte e Poente/Nascente têm tráfego condicionado, essencialmente dedicado ao transporte público, não deixando no entanto de constituir uma barreira ao livre uso da praça uma vez que, o largo perfil da via, a diferença de pavimento e as barreiras ao atravessamento condicionam o acesso ao espaço central da praça. As ruas circundam a praça pelo seu interior criando uma clara distinção entre espaços – o espaço de fronteira, junto aos edifícios e o espaço central, isolado no centro da praça (Figura 54).



Figura 54: Diagrama de circulação da Praça da Figueira (anexo A16)

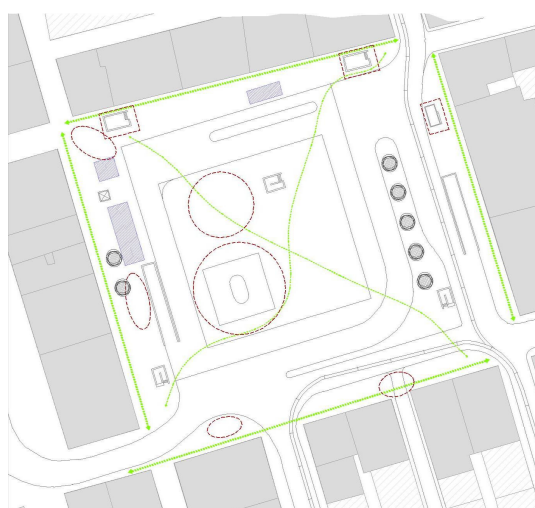


Figura 55: Diagrama de fluxos pedonais da Praça da Figueira (anexo A25)

O espaço central torna-se pouco convidativo ao uso uma vez que possui poucos elementos que atraem as pessoas e as incentivam a deslocar-se até si. Não há curiosidade na sua descoberta, uma vez que em qualquer ponto da praça conseguimos perceber as características globais desse espaço. Só aqueles que vêm alguma vantagem no uso de um espaço amplo e vazio se deslocam até à “ilha” central da praça, como os praticantes de skate, as crianças que brincam e correm sem restrições, os que vêm a base da estátua de D. João I como um bom lugar para parar ou sentar, os pedestres que atravessam a praça diagonalmente, ou as pessoas que esperam nas paragens dos autocarros aí localizadas (Figuras 56). A grande maioria das actividades desenvolvem-se na periferia do espaço, onde a circulação é livre, onde se localizam os acessos aos edifícios e se cruzam as ruas, onde as pessoas se encontram e param a conversar, de onde observam a praça e a envolvente urbana e onde se podem usar as esplanadas (Figura 57).

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Podem ainda referir-se outras particularidades no uso deste espaço. Além da preferência da base da estátua como escolha consciente para parar, conversar, descansar, ler, etc., as pessoas também usam os muros das entradas do metro e do estacionamento subterrâneo para se sentarem ou simplesmente se encostarem, uma vez que estes estão localizados na proximidade do fluxo pedonal, onde se pode parar por breves instantes para recuperar o fôlego, onde se pode esperar por alguém ou onde se pode observar os movimentos das pessoas e as actividades a decorrer no espaço. O atravessamento nas diagonais do espaço é também uma particularidade significativa, uma vez que, nem a imensa largura das vias de tráfego, nem o elevado número e velocidade de veículos em circulação, faz as pessoas desviarem o seu trajecto quando o objectivo está à vista (Figuras 55).



Figura 56: Uso do espaço central da praça



Figura 57: Uso do espaço marginal da praça

2.3.2. PRAÇA LUÍS DE CAMÕES



Figura 58 e 59: Fotografia aérea da Praça Luís de Camões

58: Planta; 59: Perspectiva (vista Norte)

ENQUADRAMENTO

A Praça Luís de Camões localiza-se na zona Sul do Bairro Alto, junto ao Largo do Chiado. Está rodeada por edifícios comerciais, de serviço, habitacionais, hoteleiros e de restauração.

A proximidade com o boémio Bairro Alto e com o coração do Chiado são fundamentais para o espírito desta praça, que constitui o principal ponto de encontro daqueles que querem usufruir da diversidade cultural, lúdica e artística que esta zona da cidade oferece.

Uma das imagens que mais marca aqueles que, de uma forma ou de outra, fazem parte da vida desta praça é o contraste que há entre as suas vivências nocturnas e diurnas. As pessoas transformam o espaço como se dele fizessem parte; são pessoas diferentes, de dia aparecem principalmente os residentes e as crianças e os que trabalham nesta zona, de noite os boémios; as actividades são diferentes; e é difícil dizer se esta praça tem mais vida de dia ou de noite (Figuras 60 e 61).



Figura 60: A vida diurna da Praça Luís de Camões



Figura 61: A vida nocturna da Praça Luís de Camões

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

A Praça Luís de Camões apresenta um claro contraste formal entre o desenho da planta e o volume espacial resultante do espaço livre deixado pelos edifícios que a delimitam. Enquanto o

espaço entre edifícios resulta numa figura geométrica regular, trapezoidal, o desenho do principal espaço que alberga as vivências da praça tem uma forma aproximadamente elipsoidal (Figura 62). Esta característica física é determinante para o desenvolvimento das actividades que coexistem neste espaço.

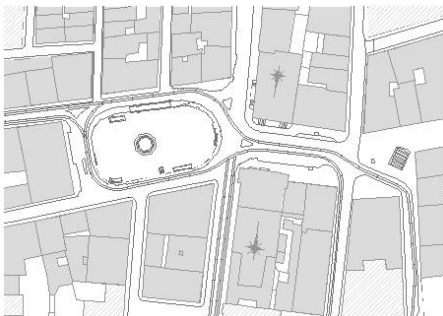


Figura 62: Planta da Praça Luís de Camões (anexo A02)

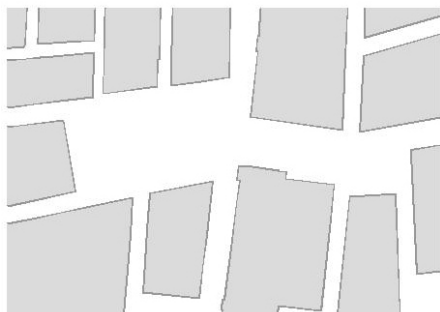


Figura 63: Diagrama de cheio/vazio (anexo A02)

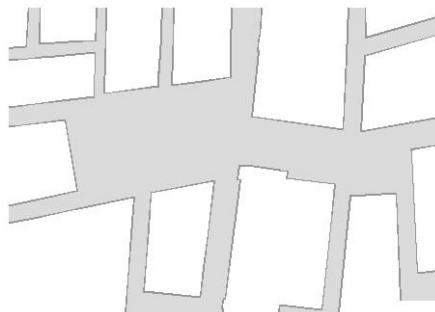


Figura 64: Diagrama de cheio/vazio invertido (anexo A02)

O espaço livre entre edifícios tem um comprimento de aproximadamente 90m e uma largura variável entre os 50 e os 60m, sendo a altura dos edifícios relativamente constante nos 18m (anexo A08). A relação entre o comprimento e a largura deste espaço está bem proporcionada, considerando as menções de alguns autores que vimos ao longo deste trabalho. Nesta praça conseguimos perceber o espaço como um todo e ter contacto com o que está a acontecer em qualquer ponto do espaço (graças ao domínio visual provocado pelo desnível do pavimento), estando por isso facilitada a participação nas actividades que se encontrem a decorrer e aumentadas as possibilidades de contacto entre as pessoas (Figura 65).

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Os edifícios que definem a Praça Luís de Camões seguem as características da arquitectura pombalina, ainda que com algumas variações nas cores e materiais das fachadas, nos remates da cobertura e nas soluções encontradas para vencer a topografia que criam variações ao nível do piso térreo. Estas pequenas variações, aliadas às dimensões e configuração do espaço e dos edifícios, criam ritmo e cor animando todo o cenário da praça.

Numa das fronteiras do espaço, a Nascente, estão implantadas a Igreja de N. Sra. do Loreto e a Igreja de N. Sra. da Encarnação, frente a frente, criando um ponto de estrangulamento no espaço

(Figura 66). Estes dois edifícios formam um importante ponto de ligação com o Largo do Chiado e criam aquilo que parece assemelhar-se a uma entrada da praça, a partir da qual todo o espaço se “encerra”, culminando num edifício central. Este ponto focal é reforçado pela inclinação do terreno, que se eleva a partir daqui com uma inclinação de 6,5%, criando a sensação de que o espaço se debruça para este acesso; pela largura da rua, bastante superior às outras; e até pela própria orientação da praça, cuja maior dimensão é perpendicular a estes dois edifícios, dando a ideia de continuidade.



Figura 65: Vista global da Praça Luís de Camões (Poente)



Figura 66: Vista para a Igreja do Loreto e da Encarnação

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS RUAS / CIRCULAÇÃO

A largura das ruas que formam as aberturas da Praça Luís de Camões são bastante variáveis, sendo a mais larga a que é formada pelas duas igrejas, que acabámos de referir, com 25m e a mais estreita com 5m (anexo A08). Estas aberturas existem entre quase todos os edifícios uma vez que aqui terminam uma série de quarteirões que se desenvolvem perpendicularmente à praça. São em número equivalente aos edifícios, o que faz com que haja uma periodicidade que contribui para o ritmo do conjunto.

À semelhança do que acontece na Praça da Figueira, também aqui se cria uma “ilha central” rodeada por vias de tráfego automóvel, contudo, esta assume características sobejamente distintas (Figura 67).

As velocidades praticadas e o número de veículos em circulação são relativamente elevados, uma vez que a localização da Praça Luís de Camões constitui um importante ponto de distribuição para diferentes zonas da cidade. A Nascente localiza-se ainda uma importante via de tráfego que estabelece a ligação Norte/Sul da cidade. Esta via atravessa a praça junto a um dos seus limites, provocando uma quebra na continuidade do espaço e na sua relação com o espaço envolvente. A acrescentar a esta conjuntura temos o muro que eleva o espaço central da praça em cerca de dois metros, a Sul. Este muro foi a solução adoptada para resolver a elevada inclinação do terreno, que por um lado possibilita as vivências no espaço central da praça, mas por outro desliga-o completamente do espaço junto aos edifícios, que se encontra num nível inferior. Isto impossibilita qualquer contacto humano entre estes dois níveis distintos, uma vez que só as pessoas que se aproximam do gradeamento do espaço central conseguem ver e ser vistas por quem está no passeio junto aos edifícios.

No entanto, o espaço central desta praça é bastante utilizado. Não só porque a reduzida largura das vias possibilita o atravessamento e o contacto entre o espaço central e o espaço junto aos edifícios, mas também porque a elevada quantidade de pessoas, que todos os dias usam este espaço, não consegue ser suportada pelos estreitos passeios junto aos edifícios, o que leva muitas pessoas a usarem o espaço central como local de passagem. Além disso, os bancos, as árvores e a escadaria da base da estátua de Luís Vaz de Camões constituem importantes estímulos à permanência no espaço central e funcionam como convites para as pessoas de deslocarem até lá (Figura 68).

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Os passeios na periferia do espaço constituem um importante ponto de concentração de pessoas, que os usam por fazerem a ligação mais directa entre ruas e darem acesso às lojas e aos edifícios. São normalmente usados para simples passagem uma vez que a sua reduzida dimensão e o elevado volume de peões dificulta a paragem, no entanto isto não evita que mesmo assim as pessoas parem para conversar sem se desviar do curso pedonal. As margens do espaço central constituem outro ponto fundamental para a aglomeração de pessoas e para o desenvolvimento de actividades, por terem bancos e árvores que possibilitam um maior conforto na permanência e pela possibilidade de ver as actividades que ocorrem no espaço, ao mesmo tempo que se está protegido pelos muros do acesso ao estacionamento subterrâneo, pelo gradeamento e por outros elementos. Por fim, a estátua que se encontra no centro do espaço constitui um dos maiores estímulos à concentração de pessoas e desenvolvimento de actividades, por ser um ponto de referência, pela boa visibilidade sobre a envolvente, por servir de assento e por dar alguma protecção. É esta que justifica a forte ocupação do centro do espaço, muitas vezes superior ao da periferia (Figura 68).

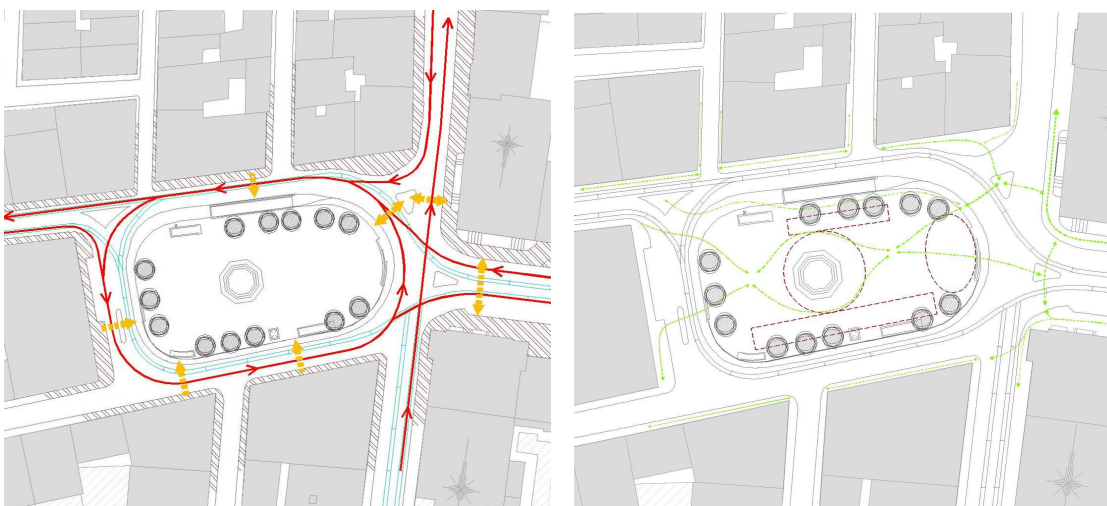


Figura 67: Diagrama de circulação da Praça Luís de Camões (anexo A17) **Figura 68:** Diagrama de fluxos pedonais da Praça Luís de Camões (anexo A26)

2.3.3. LARGO DO CARMO



Figura 69 e 70: Fotografia aérea do Largo do Carmo
69: Planta; 70: Perspectiva (vista Norte)

ENQUADRAMENTO

O Largo do Carmo localiza-se no Chiado. Nele situa-se uma das principais marcas deixadas pelo terramoto de 1755 ainda visíveis, que dá nome à praça – é o Convento do Carmo. Paredes meia com o Convento do Carmo encontra-se o Quartel General da Guarda Nacional Republicana e no lado oposto, o antigo Palácio de Valadares. Este fantástico conjunto arquitectónico compõe a “fachada Nascente” do Largo do Carmo, a mais majestosa do conjunto, onde se situa também o acesso ao pátio onde desemboca a ponte metálica do elevador de Santa Justa, que liga à Rua de Santa Justa, atrás analisada. Os restantes edifícios da praça albergam maioritariamente habitações, nos pisos elevados, comércio e restauração, no piso térreo.

Apesar de ser denominado de Largo do Carmo, as suas características físicas em tudo se assemelham às de uma praça, descritas ao longo deste trabalho, motivo pelo qual inserimos este espaço no grupo das praças, seguindo o agrupamento metodológico de categorias de espaço público urbano aqui estruturado.

Outra importante particularidade deste espaço é a integração da vegetação. As árvores implantadas paralelamente ao perímetro da praça têm uma importante influência nas suas vivências e na própria identidade do espaço. Elas não só providenciam sombra e abrigam as esplanadas dos cafés que se estabelecem na praça como também aumentam o seu sentido de acolhimento, como se criassem um “tecto” verde sobre as principais zonas de estar da praça (Figuras 71 e 72).

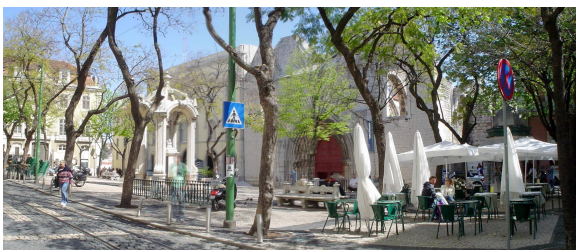


Figura 71: Vista Norte do Largo do Carmo



Figura 72: Vista Sul do Largo do Carmo

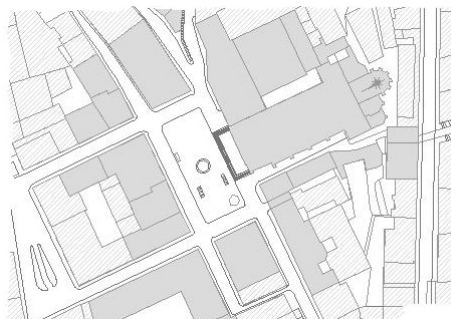


Figura 73: Planta do Largo do Carmo (anexo A02)



Figura 74: Diagrama de cheio/vazio (anexo A02) Figura 75: Diagrama de cheio/vazio invertido (anexo A02)

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

O Largo do Carmo apresenta uma estrutura formal regular e geometrizada, cuja planta se define por um rectângulo. Com 68m de comprimento e cerca de 38m de largura, é a mais pequena das três praças em estudo, o que se coaduna com a altura dos edifícios, que varia entre os 8 e os 15m (anexo A09).

As suas reduzidas dimensões fazem com que a praça viva como um todo, qualquer acontecimento em qualquer ponto da praça tem influência sobre todo o espaço. Isto faz com que o contacto entre pessoas e actividades se desenvolva com grande naturalidade e se estimule mutuamente com facilidade. Um músico com uma guitarra, a tocar e a cantar em frente à esplanada, interfere com todo o ambiente da praça e altera toda a sua vivência e em pouco tempo consegue captar a atenção de quem está sentado na esplanada ou nos bancos, de quem passa pelo centro da praça ou mesmo pela sua periferia. Ao “entrar” no espaço, somos capazes de observar a sua globalidade, retendo o olhar nas suas particularidades e percebendo sempre a relação com o todo e com as suas proporções.

O comprimento da praça é quase o dobro da largura, o que denota uma harmonia de dimensões. A proporcionalidade geométrica da praça não está só presente nas suas dimensões globais, mas também noutros pormenores que complementam a sua harmonia. É o caso da localização do Chafariz do Carmo, no centro geométrico do espaço, que desperta as atenções de quem passa; ou da localização da fachada principal do Convento do Carmo, a meio da “fachada Nascente” da praça, com uma largura sensivelmente equivalente a um terço do comprimento da praça (anexo A09).

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

As fachadas dos edifícios que definem o Largo do Carmo apresentam um traçado pombalino, pautado pela regularidade formal, homogeneidade de tonalidades e materiais e pela reduzida pormenorização. A excepção a este desenho de fachada encontra-se, mais uma vez, na “fachada Nascente” do espaço, onde se localiza o Convento do Carmo, edifício mais notável da praça, com traçado gótico e construído em pedra e o Quartel General da GNR, com variação na configuração dos vãos e nos remates das fachadas. A cor avermelhada da fachada do Palácio Valadares e do edifício contíguo também têm um forte destaque no conjunto das fachadas.

A “fachada Nascente” torna-se, assim, a “fachada principal” do espaço, para a qual todo o espaço se vira e, a simplicidade das restantes fachadas, delega o protagonismo das vivências no espaço propriamente dito. Cria-se um conjunto espacial unísono e dialéctico, que vive em conjunto e se estimula mutuamente, particularmente estimulado pela singularidade do edifício do Convento do Carmo.

A largura das ruas que formam as aberturas do Largo do Carmo apresenta pouca variação, rondando os 9m (anexo A09). Esta dimensão, face às reduzidas dimensões da praça, torna-se significativa e tem grande influência sobre o sentido de encerramento do conjunto. Nos limites Norte e Sul a largura dos vazios das ruas chega é equivalente à largura do quarteirão, o que tem um grande impacto sobre a leitura da fachada. Além disso, a configuração e o posicionamento das aberturas, nos vértices do espaço, seccionam as esquinas da praça e prolongam visualmente os edifícios para fora do espaço, afectando o seu sentido de contenção.

As ruas prolongam-se para o interior do Largo do Carmo criando um espaço central isolado dos edifícios que o rodeiam, à excepção da “fachada Nascente” do espaço, à frente da qual não existe circulação de veículos (Figura 78).

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS RUAS / CIRCULAÇÃO

O número e a velocidade dos veículos que atravessam o Largo do Carmo são reduzidos, o que faz com que a perturbação no movimento pedonal não seja significativa. As pessoas circulam livremente no espaço, mesmo no pavimento destinado aos veículos. No entanto, os automóveis estacionados paralelamente aos edifícios, a diferença de pavimentação e os obstáculos que separam a zona pedonal da zona de veículos acabam por criar um entrave à fluidez e liberdade de movimento, delegando mais uma vez as vivências no espaço central da praça (Figura 76).

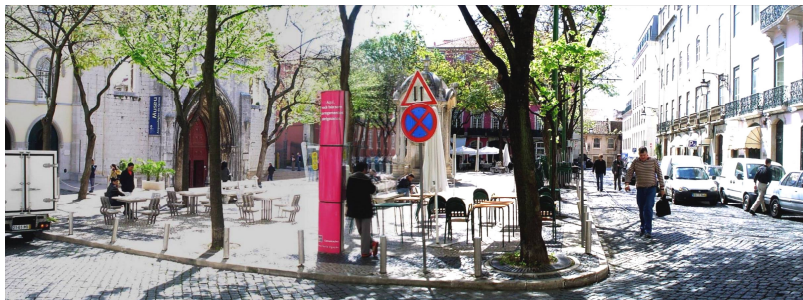


Figura 76: Uso do espaço do Largo do Carmo



Figura 77: Ocupação dos bancos

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O espaço central é o grande motor das vivências desta praça, é um espaço que convida à passagem e permanência e que desperta a curiosidade para a variedade de elementos e acontecimentos que nele se estabelecem. Isto deve-se, não só, às dimensões do espaço, que nos permitem ter uma noção geral do seu conteúdo e permite que os elementos e acontecimentos no seu interior consigam estabelecer contacto com as pessoas que chegam ao espaço; mas também à reduzida largura dos passeios frente aos edifícios, que desmotiva a sua utilização; e deve-se também, em grande parte, à diversidade oferecida pelos elementos contidos no espaço central (Figura 79).

As pessoas usam intensamente as esplanadas protegidas pela copa das árvores; sentam-se nos bancos que permitem ter um controlo visual sobre todo o espaço e sobre todas as actividades; aglomeram-se à volta da fonte que desperta a curiosidade pelas suas características próprias e pela sua localização; param em frente ao Convento observando-o à distância (Figura 79).



Figura 78: Diagrama de circulação do Largo do Carmo (anexo A18)



Figura 79: Diagrama fluxos pedonais do Largo do Carmo (anexo A27)

O Largo do Carmo apresenta ainda algumas particularidades, no que diz respeito ao comportamento das pessoas. Uma delas é a escolha que as pessoas normalmente fazem na ocupação dos bancos de pedra da Praça. Os primeiros bancos a ser ocupados são os que estão de frente e mais afastados do Convento do Carmo, uma vez que permitem ter uma visão mais ampla do espaço e da zona mais movimentada. Em seguida, os bancos ocupados são os que estão de frente para os primeiros e de costas para o Convento do Carmo, que permitem ter um maior controlo sobre as pessoas que estão sentadas em frente e que permite ter uma visão mais ampla do espaço (comparativamente com os lugares que ainda estão livres). Os lugares restantes só são ocupados quando todos os outros lugares de repouso já estão a ser utilizados (inclusive aqueles que só permitem que se esteja apoiado), com é o caso da fonte ou do gradeamento das escadas de acesso ao piso subterrâneo (Figura 77).

Outra particularidade é a ausência de uso das escadas frente ao Convento do Carmo como lugar para sentar. Face ao que vimos ao longo deste trabalho e face ao inesperado deste comportamento, a explicação mais plausível para tal terá a ver com a sua localização e configuração. Quem se senta nestas escadas fica de costas para os acontecimentos da praça e fica mais exposto aos outros, uma vez que está num nível inferior, dado que as escadas dão acesso à entrada do Convento que se situa num nível abaixo do nível da praça.

Esta escadaria retrata bem a “territorialidade” dos edifícios, que muitas vezes, como neste caso, pode chegar ao ponto de ser materializada pela exclusividade de uma zona dedicada ao edifício.

2.4. O LARGO

2.4.1. LARGO DO CHIADO



Figura 80 e 81: Fotografia aérea do Largo do Chiado
80: Planta; 81: Perspectiva (vista Nascente)

ENQUADRAMENTO

O Largo do Chiado localiza-se em pleno coração do Chiado, entre a Rua Garrett e a Praça Luís de Camões, atrás analisadas. Ele partilha das vivências destes dois espaços, que com ele fazem fronteira e é influenciado por equipamentos localizados na sua envolvente que contribuem para o seu carácter cultural, lúdico, artístico e comercial. Entre eles estão os Armazéns do Chiado, o Teatro Nacional de São Carlos, o Teatro Mário Viegas, o Museu Nacional de Arte Contemporânea e muitos outros. Além destes, os que mais influência têm, por se localizarem no espaço do Largo do Chiado, são o histórico café A Brasileira, com a estátua de Fernando Pessoa na sua esplanada, a Pastelaria Benard, as Igrejas de N. Sra. do Loreto e a de N. Sra. da Encarnação, de que também já falámos e a saída de metro da estação Baixa/Chiado.

A diversidade das vivências que se concentram no espaço do Largo do Chiado marca fortemente a imagem que se tem daquele lugar. A toda a hora há pessoas a entrar e sair da estação de metro, das lojas e dos cafés; pessoas encostadas à estátua do “Poeta Chiado” ou sentadas nos muros do metro à espera ou a conversar; pessoas à espera de lugar para sentar nas esplanadas dos cafés, ou simplesmente a conversar com quem lá está sentado; os empregados dos cafés a circular atarefadamente em volta das esplanadas; pessoas a andar em todas as direcções e a contornar as que estão paradas no seu caminho, em qualquer lugar; turistas a tirar fotografias; pedintes; músicos; pintores de rua; homens estátua; engraxadores; e tantos outros, que dão vida ao largo e que contagiam qualquer um que por ele passe (Figuras 82 e 83).



Figura 82: Vista parcial do Largo do Chiado



Figura 83: Pessoas no Largo do Chiado

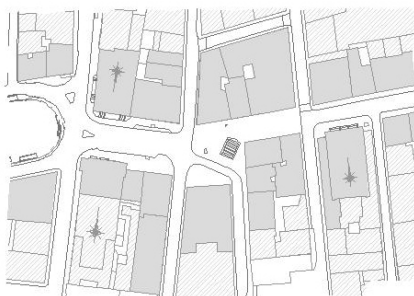


Figura 84: Planta do Largo do Chiado (anexo A03)

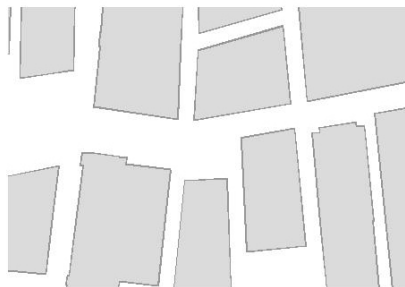


Figura 85: Diagrama cheio/vazio (anexo A03)

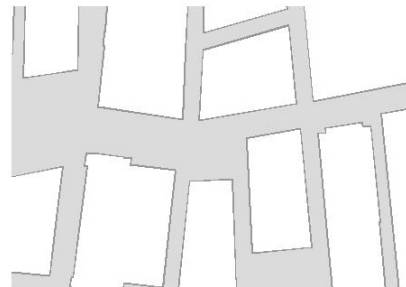


Figura 86: Diagrama cheio/vazio invertido (anexo A03)

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

Como já referimos, um largo apresenta normalmente uma forma irregular e com limites pouco claros. No caso do Largo do Chiado, a dificuldade em estabelecer os limites sente-se principalmente a Nascente. Se a Poente percebemos com relativa facilidade que o Largo termina frente às duas igrejas e a Norte e Sul termina nas esquinas dos quarteirões, a Nascente, onde encontra a Rua Garrett, o limite não é assim tão claro. Apesar dos nomes indicados nas fachadas estabelecerem que o Largo do Chiado termina no estreitamento formado pelo edifício com o número de polícia 83 e apesar da secção e geometria do espaço se assemelharem ao perfil de rua, a verdade é que as restantes características físicas e sociais do espaço transmitem o contrário. Só a partir da Rua Serpa Pinto se sente que “saímos” do Largo do Chiado e “entrámos” na Rua Garrett, uma vez que a pavimentação permanece inalterada até esse ponto, os edifícios prolongam-se até aí, assim como as esplanadas e as pessoas usam-no da mesma forma, com o mesmo espírito. É como se o largo se tivesse apropriado do espaço da rua.

Devido à irregularidade formal deste espaço é difícil estabelecer as suas dimensões gerais, uma vez que são tão variáveis quanto a sua configuração. Ainda assim, podemos estabelecer o seu comprimento nos 85 a 110m e a sua largura nos 13 a 32m (anexo A10).

O rácio entre comprimento e largura é de aproximadamente 1:3 a 1:6, o que denota um certo sentido de movimento na configuração do espaço. Resulta assim uma partição do espaço que se reflecte ao nível das vivências e actividades praticadas em diversos pontos, propiciada pela complementaridade de outras características físicas do espaço.

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Os edifícios que delimitam o Largo do Chiado possuem uma altura que varia entre os 15 e os 18m e apresentam um traçado muito simples e sóbrio que possui materiais mais nobres e maior pormenorização ao nível do piso térreo e em alguns casos, do segundo piso, chegando mesmo a apresentar ligeiros avanços e recuos que criam algum dinamismo no espaço frente à fachada. A homogeneidade do conjunto arquitectónico é dada pelo traçado, pela semelhança de tonalidades e de materiais, que apresentam, contudo, pequenas variações entre eles, que atribuem vitalidade ao conjunto.

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS RUAS / CIRCULAÇÃO

A influência que as ruas que confluem no Largo do Chiado têm sobre ele é bastante distinta da que têm sobre as ruas ou praças que atrás analisámos. Aqui elas fazem parte da imensa variedade que o espaço apresenta, completam-na e dão-lhe ênfase. Contribuem para a criação de sub-espacos tão característicos dos largos, não só por provocarem uma interrupção entre edifícios, o que normalmente equivale a uma mudança na arquitectura e no uso do edifício, reflectida ao nível das vivências que ocorrem no espaço frente ao piso térreo; mas também por constituírem barreiras à continuidade do espaço.

O Largo do Chiado pode ser dividido em dois “grandes sub-espacos” que, se observados a uma escala mais aproximada, podem ser ainda decompostos.

Os dois “grandes sub-espacos” são divididos pelo atravessamento da Rua Nova da Trindade e da Rua António Maria Cardoso, que constituem um eixo que se desenvolve na direcção Norte/Sul e que divide o espaço sensivelmente a meio. Os sub-espacos mais pequenos nem sempre são delimitados por um elemento físico, muitas vezes é o agrupamento das pessoas ou o aparecimento de certas actividades que os define. Estes sub-espacos normalmente não são fixos, variam consoante as actividades que se desenvolvem, mas muitas vezes acabam por ser associados a uma determinada actividade e aceites como tal, uma vez que o comportamento das pessoas é semelhante e elas acabam por usar os mesmos espacos para desenvolver as mesmas actividades. Outras vezes são suportados por elementos físicos, alheios à actividade, mas que lhe servem de apoio.



Figura 87: Espaço pedonal v.s. espaço viário

As ruas que convergem e atravessam o Largo do Chiado têm um intenso caudal de tráfego, o que interfere significativamente com as vivências do espaço, criando barreiras à circulação pedonal (Figura 87).

Uma das principais barreiras encontra-se no atravessamento da Rua Nova da Trindade (na zona Norte do largo), que é regulada por semáforos que estabelecem o atravessamento alternado de peões e veículos. A ligação entre os dois “grandes sub-espços” do Largo do Chiado fica condicionada e as pessoas só fazem esse atravessamento quando têm necessidade de o fazer, acumulando-se no passeio enquanto esperam pela sua vez para atravessar ou pondo em risco a sua segurança quando a impaciência impede de esperar.

No que se refere às ruas que atravessam o largo, estas também impedem a livre circulação no espaço, uma vez que o dividem em sub-espços com características distintas, que muitas vezes não têm capacidade para captar vivências e acabam por servir unicamente para dar acesso aos edifícios ou como local de passagem alternativo. É o caso do espaço frente ao edifício com o número de polícia 8, isolado por uma série de vias, onde o número de pessoas a utilizar o espaço é drasticamente reduzido face ao espaço vizinho onde se localiza a estátua do Poeta Chiado, a menos de 4m de distância. Ou o caso do espaço frente às Igrejas de N. Sra. do Loreto e de N. Sra. da Encarnação, em que, uma via de dois sentidos, com 19,5m de largura, separa os passeios de 4 e 8m, entre os quais é extremamente difícil de se deslocar (Figura 88).



Figura 88: Diagrama de circulação do Largo do Chiado (anexo A19)

Figura 89: Diagrama de fluxos pedonais do Largo do Chiado (anexo A28)

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Os principais locais de concentração de pessoas e actividades do Largo do Chiado situam-se na zona pedonal onde se encontra a saída de metro Baixa/Chiado, a estátua do Poeta Chiado e as esplanadas dos cafés, sendo estes os principais elementos impulsionadores de vivências (Figura 89).

A saída de metro não só constitui um importante ponto de partida e chegada de pessoas ao largo como também serve de assento e apoio a muitas pessoas que se distraem a observar a vida do espaço. Para o mesmo efeito é utilizada a estátua do Poeta Chiado, cuja saliência na base parece

ser bastante convidativa a quem procura um lugar para se sentar, ou simplesmente para se aproximar (Figuras 90 e 91).



Figura 90: Concentração de pessoas junto à estátua do "Poeta Chiado"



Figura 91: Concentração de pessoas junto à saída de metro

Como já referimos, nas esplanadas e em torno delas concentram-se muitas pessoas, normalmente em actividades relacionadas com elas, ou a observar e fotografar a bela entrada do edifício do café A Brasileira ou a estátua de Fernando Pessoa. Entre estes elementos concentra-se um grande número de pessoas que se movimentam através do espaço tomando sempre o caminho mais directo para o destino. Como o número de pessoas a circular é grande e o espaço para o fazer é pequeno, elas vêm-se forçadas a tomar os mesmos percursos para uma mesma direcção.

É impressionante perceber como as pessoas conseguem realizar um número tão grande de actividades em simultâneo, numa pequena porção de espaço, contagiando-se mutuamente.

2.4.2. LARGO DE SÃO DOMINGOS

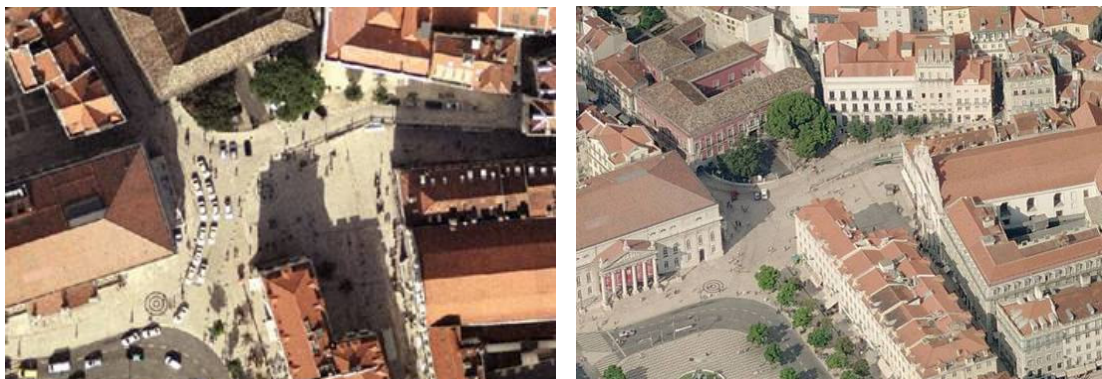


Figura 92 e 93: Fotografia aérea do Largo de São Domingos

92: Planta; 93: Perspectiva (vista Norte)

ENQUADRAMENTO

O Largo de São Domingos localiza-se na Baixa de Lisboa, próximo da Praça da Figueira, entre o Martim Moniz e o Rossio, com o qual faz fronteira. Nele confluem a Rua das Portas de Santo Antão, a Rua Dom Antão de Almada, que liga à Praça da Figueira e a Rua Barros Queirós, que liga ao Martim Moniz.

A proximidade a estes espaços é determinante para as vivências do largo, uma vez que este estabelece ligação entre eles e que, de uma forma mais ou menos directa, recebe influências de cada um deles. Muitas das pessoas que usam este espaço fazem-no para aceder a outros e a determinados equipamentos neles localizados, ou vêm desses espaços para aqui. É o caso dos restaurantes, do Coliseu dos Recreios, ou do Teatro Politeama na Rua das Portas de Santo Antão; dos transportes Públicos da Praça da Figueira; do comércio a retalho da Rua Barros Queirós ou do comércio étnico do Martim Moniz. Além destes, há outros equipamentos importantes para a vivência do largo que se localizam dentro das suas fronteiras. É o caso da Igreja de São Domingos, da Ginjinha e do Palácio da Independência.

É a variedade de pessoas e actividades que mais marca a imagem do Largo de São Domingos. As pessoas de diferentes culturas e estratos sociais que se encontram no mesmo espaço, a forma como elas se relacionam e a diversidade da envolvente arquitectónica e espacial, tornam este espaço um palco encantador para as vivências urbanas (Figura 94).



Figura 94: As vivências do Largo de São Domingos



Figura 95: Planta do Largo de São Domingos (anexo A03)

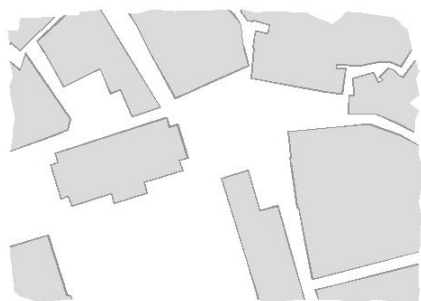


Figura 96: Diagrama cheio/vazio (anexo A03)

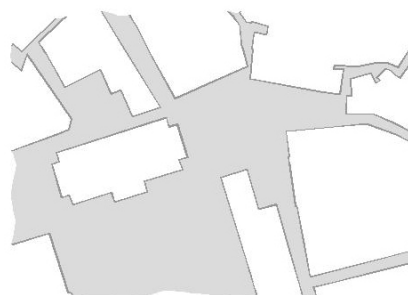


Figura 97: Diagrama cheio/vazio invertido (anexo A03)

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

O Largo de São Domingos resulta do encontro de ruas e espaços que surgem ao longo do seu perímetro e que se desenvolvem em todas as direcções. Isto faz com que a forma do largo seja extremamente irregular e que seja difícil estabelecer os seus limites.

Esta diversidade formal resulta na existência de uma série de sub-espços, nas zonas de transição entre aquele que pode ser considerado o espaço central e os espaços envolventes, ou seja, no estreitamento que conduz às ruas confinantes.

As características formais do Largo de São Domingos fazem com que a percepção do espaço seja progressiva, adquirida enquanto se circula através dele. Quando o atravessamos vamos nos deparando com novas perspectivas, novos sub-espços e novas vivências e somos envolvidos pelo seu ambiente e estimulados pelos seus acontecimentos (Figuras 95, 96 e 97).

A irregularidade do espaço dificulta a definição das suas dimensões globais, que variam em função dos seus limites e da sua configuração. No entanto, podemos dizer que as suas dimensões variam entre os 50 e os 70m e se estabelecermos o centro espacial percebemos que ele se desenvolve de forma radial, sendo que a distância do centro aos edifícios limítrofes varia entre os 25 e os 30m aproximadamente (anexo A11).

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Os edifícios que envolvem o Largo de São Domingos formam um conjunto de elementos arquitectónicos únicos e distintos entre si. Desde a barroca Igreja de São Domingos, ao seiscentista Palácio da Independência, passando pelo Neoclássico edifício do Teatro D. Maria II e

pelo pombalino edifício da Ginjinha, todos se afirmam por si, acentuando a diversidade intrínseca a este espaço. A variação de altura, entre os 10 e os 20m, reforça esta diversidade, assim como as cores e materiais que cobrem as fachadas e o nível de pormenorização, que variam de edifício para edifício (Figura 94).

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS RUAS / CIRCULAÇÃO

As aberturas das ruas que convergem no Largo de São Domingos são tão importantes para a vivência do largo quanto o espaço do largo propriamente dito. Elas fazem parte dele e prolongam as suas vivências para fora dos seus limites aparentes. A sua configuração irregular, com arestas desencontradas e fachadas que se afastam segundo ângulos agudos, dissimula-as e integra-as no espaço do largo.

Como atrás referimos, estas aberturas das ruas criam sub-espços, que resultam do alargamento do perfil da rua em direcção ao espaço do largo. Estes sub-espços são fundamentais para a diversidade de contactos e actividades que se desenvolvem no Largo de São Domingos, uma vez que cada um deles tem características distintas, que se adequam a actividades diferentes.

Estes sub-espços localizam-se em volta do espaço central, o que faz com que a participação nas actividades que neles se desenvolvem seja mais convidativa, uma vez que a partir do espaço central, onde se cruza o maior número de pessoas, tem-se um contacto privilegiado sobre os acontecimentos e com facilidade a curiosidade e o desejo de participação é estimulado (Figuras 98 e 99).



Figura 98: Acesso à Rua Barros Queirós



Figura 99: Acesso à Rua D. Antão de Almada

O tráfego das ruas que atravessam o Largo de São Domingos é pedonal e condicionado, sendo a prioridade da circulação atribuída ao peão, o que constitui uma vantagem para a livre circulação no espaço (Figura 100).

O acesso automóvel às ruas de tráfego condicionado é exclusivo às cargas e descargas que dão apoio aos estabelecimentos nelas localizados, sendo muito pontual e sem interferência para quem usa o espaço. A única excepção acontece no troço que liga o Rossio à Calçada Garcia que, apesar de poder ser usado por qualquer automóvel, tem um caudal de tráfego muito reduzido, o que o torna facilmente atravessável. Apesar de existir uma marcação do limite da via que impede que ou automóveis se desviem dela, o pavimento mantém-se praticamente inalterado, de forma a reduzir a velocidade de circulação dos automóveis e dar prioridade à circulação dos peões.

De todos os exemplos analisados nos casos de estudo deste trabalho, este é o que consegue fazer uma melhor integração do tráfego viário e pedonal, no que diz respeito ao livre uso do espaço por parte dos peões, que são aqueles que mais contribuem para as vivências do espaço. No entanto, junto à fachada lateral do Teatro D. Maria II existe uma concentração de táxis que desvirtuam o uso da fachada e do espaço frente ao edifício. Com uma fachada tão rica em corpos salientes e reentrantes, tão diversificada e trabalhada, cremos que se não existisse a barreira de táxis o seu contributo para as vivências do espaço seria exponencial, uma vez que ela tem as características essenciais que vimos fomentar a permanência e constitui também um ponto privilegiado de visibilidade global do espaço e dos seus acontecimentos.



Figura 100: Diagrama de circulação do Largo de São Domingos (anexo A20)



Figura 101: Diagrama de fluxos pedonais do Largo de São Domingos (anexo A29)

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O Largo de São Domingos, pelas razões que até aqui enumerámos, tem um grande número de lugares onde existe concentração de pessoas e actividades, que se estende praticamente a toda a superfície do largo (Figura 101).

Alguns edifícios e actividades, pelo seu uso, características físicas ou localização, constituem por si só um incentivo à permanência. É o caso do edifício da Igreja de São Domingos frente à qual se concentram turistas, fiéis e mendigos. Os turistas visitam o monumento, parando frente à sua fachada enquanto a observam e fotografam, sem se aperceberem do grande número de pessoas que atravessam esse espaço e que têm que os contornar como se de obstáculos se tratassem. Os fiéis concentram-se junto ao acesso ao interior da igreja enquanto esperam o início das celebrações religiosas ou depois destas terminarem. Aí encontram pessoas conhecidas com quem param para conversar, dissipando-se por toda a zona envolvente da igreja, parando no exacto local onde se encontram, mesmo que seja em pleno fluxo pedonal. Além destes, ainda há muitas pessoas que usam o gradeamento que delimita o recinto da igreja como apoio, conseguindo uma óptima protecção e apoio, que garante a possibilidade de “controlar” os espaços mais movimentados do largo. O mesmo acontece com o muro que delimita o espaço do Palácio da Independência.

Acontecimento semelhante dá-se com o edifício da Ginjinha, cujo espaço dianteiro é usado como se fosse uma esplanada do estabelecimento, sem mesas e cadeiras, só com a fachada que permite estar encostado enquanto se saboreia a tradicional ginjinha e se observa o dia-a-dia do largo (Figura 102). O comportamento das pessoas neste espaço assume características muito peculiares. Uma delas é o posicionamento dos engraxadores que se organizam segundo uma linha recta paralela à fachada, deixando desta um afastamento de 3 a 4m, como se fosse aceite por todos que aquele é o espaço da Ginjinha. Além disso, eles posicionam-se de forma que o cliente consiga entreter-se com o movimento do largo enquanto os seus sapatos são engraxados. Sendo os próprios engraxadores um motivo de atenção dos que usam o largo ou o espaço da Ginjinha (Figuras 102 e 103).



Figura 102: Uso do espaço frente à Ginjinha



Figura 103: Pessoas a observar um engraxador

Os bancos localizados na periferia do espaço, junto a algumas lojas e frente ao local por onde passam inúmeras pessoas da Rua Barros Queirós, ou em direcção a ela, são muito usados e na maioria das vezes parecem ser insuficientes para o número de pessoas que os rodeia. Deles consegue-se ter uma boa visibilidade do espaço central do espaço ao mesmo tempo que se consegue estabelecer contacto com ele (Figura 104).

Outro importante local de concentração de pessoas é o nível superior do muro que dá acesso à Calçada Garcia, ao longo do qual as pessoas se debruçam, tendo uma vista privilegiada sobre todo o espaço, apesar de não conseguirem manter contacto com o que aí acontece, sendo somente observadores passivos (Figura 105).



Figura 104: Pessoas junto aos bancos situados frente às lojas

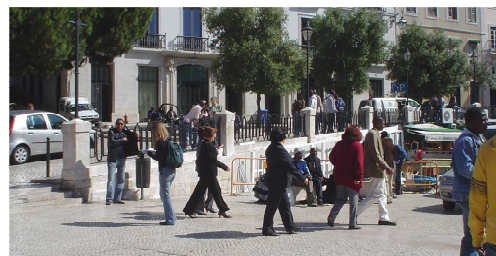


Figura 105: Pessoas junto ao muro a observar o espaço

Por fim há que realçar também o uso do centro do espaço, por ser o lugar onde todos os percursos se unem, onde se reúnem muitas pessoas e onde se tem uma percepção geral de todo o espaço envolvente.

2.4.3. LARGO DAS PORTAS DO SOL



Figura 106 e 107: Fotografia aérea do Largo das Portas do Sol

106: Planta; 107: Perspectiva (vista Poente)

ENQUADRAMENTO

O Largo das Portas do Sol situa-se em Alfama, em plena zona histórica da cidade. Está assente sobre uma das colinas de Lisboa – a colina do Castelo; e é um dos pontos mais cenográficos da cidade. Daqui se vislumbram imponentes igrejas, os bairros da Graça e de Alfama, com as suas ruas e ruelas, pátios e travessas e escadarias que descem de forma atribulada até à margem do Rio Tejo.

Neste largo localiza-se o antigo Palácio dos Condes de Azurara, onde actualmente funciona a Escola de Artes Decorativas, que constitui uma importante influência para as vivências do Largo.

A memória deste lugar está indissociavelmente ligada à fantástica vista que daqui se tem sobre Lisboa. Assim que entramos neste espaço vislumbramos um cenário que, por momentos, nos faz esquecer que estamos com os pés assentes no chão.



Figura 108: Vista parcial sobre o Largo das Portas do Sol e a sua vista

ESTRUTURA FORMAL / RELAÇÕES DIMENSIONAIS

O Largo das Portas do Sol apresenta uma estrutura formal irregular, sendo difícil estabelecer os seus limites com segurança, à semelhança do que acontece com os largos atrás analisados.

A Poente o Largo é delimitado por edifícios, no entanto, a Nascente estende-se um longo miradouro circunscrito pelos ténues gradeamentos que fazem o espaço prolongar os seus limites visuais. A Norte e Sul é delimitado pelo estreitamento do espaço que surge com o aparecimento dos edifícios que marcam o perfil de rua (Figuras 109, 110 e 111).



Figura 109: Planta do Largo das Portas do Sol (anexo A03)

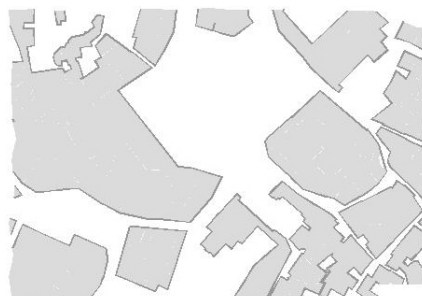


Figura 110: Diagrama de cheio/vazio (anexo A03)



Figura 111: Diagrama de cheio/vazio invertido (anexo A03)

Apesar desta irregularidade formal, em quase todos os pontos do largo conseguimos ter uma percepção global do espaço, em grande parte graças à sua topografia e ao desenho dos seus limites.

As suas dimensões globais são difíceis de estabelecer devido à irregularidade dos seus limites, no entanto podemos dizer que o espaço tem um comprimento de cerca de 77m e uma largura de cerca de 75m (anexo A12). Apesar destas dimensões serem baseadas no espaço acessível, a extensão da paisagem transporta outras dimensões muito mais amplas para o espaço, como se o que se vê a partir dele fizesse parte do seu espaço, ampliando as suas dimensões até à linha do horizonte.

Ao “entrarmos” no Largo das Portas do sol percebemos a existência de dois “grandes sub-espços” que são essencialmente distinguidos pela diferença das características físicas. Um deles é o histórico espaço que se estende frente ao Palácio dos Condes de Azurara, o outro é o recém inaugurado espaço na cobertura acessível do silo de estacionamento (Figura 112).

O primeiro espaço é delimitado por edifícios que o caracterizam e o projectam para a paisagem, contém cafés e restaurantes com esplanadas que se apropriam de parte do espaço, algumas árvores, a estátua de S. Vicente, bancos, paragens de autocarros e eléctricos e muito mais. O segundo espaço assemelha-se a um terreiro que se divide em dois níveis, com forma angulosa, sem utilização e com bancos no centro do espaço. É fácil perceber que as distinções entre estes dois “grandes sub-espços” resultam em vivências completamente distintas. O primeiro é mais vivo e rico em experiências e actividades, enquanto que o segundo é pouco utilizado e quando é utilizado é por muito curtos períodos de tempo. Enquanto que no primeiro a curiosidade é despoletada pela sucessão de acontecimentos e pela presença de outras pessoas que usam o

que o espaço lhes oferece, no segundo a curiosidade perde-se com a percepção imediata que se tem de todo o espaço a partir do seu exterior. Além do mais, ele desenvolve-se em dois níveis, estando a maior porção de espaço no segundo nível, cerca de 5m abaixo do nível de referência. Ao primeiro nível acedem poucas pessoas, com o intuito de ver a paisagem mais próxima ou de perceber o que se passa no nível inferior. Isto acontece quando as pessoas acedem ao Largo das Portas do Sol por Norte, uma vez que quem acede por Sul dificilmente é incitado a dirigir-se a esse espaço uma vez que o consegue observar na sua totalidade e perceber que daí não vai ter novas experiências. No nível inferior muito raramente se vê a presença humana uma vez que este espaço está abaixo do nível de referência onde, além de não haver qualquer elemento convidativo ao acesso ou permanência, está-se muito exposto aos olhos daqueles que observam o espaço a partir dos níveis superiores.

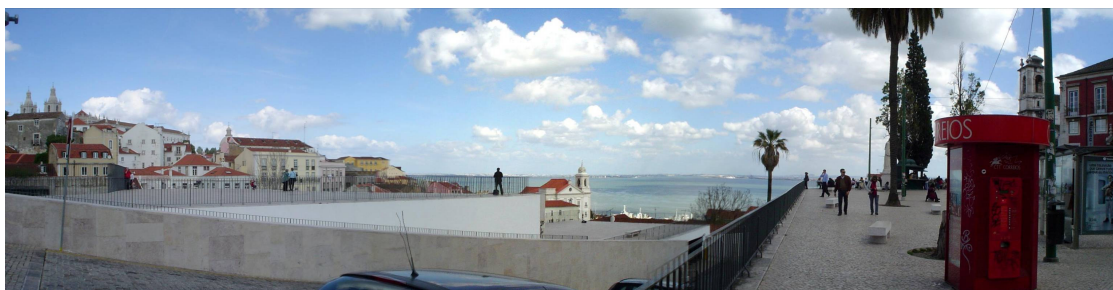


Figura 112: Vista parcial para os dois “grandes sub-espços” do Largo das Portas do Sol

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Os edifícios que delimitam o Largo das Portas do Sol têm uma altura variável entre os 6 e os 15m. As suas fachadas apresentam um traçado simples, são pintadas e com cantarias em pedra. O edifício do Palácio dos Condes de Azurara destaca-se no conjunto pela sua cor avermelhada e pela sua cuidada apresentação e detalhe.

Apesar de não haver um forte sentido de conjunto, os edifícios funcionam como um todo na delimitação do cenário da paisagem, acolhendo-a e ampliando o seu protagonismo.



Figura 113: Diagrama de circulação do Largo das Portas do Sol (anexo A21)

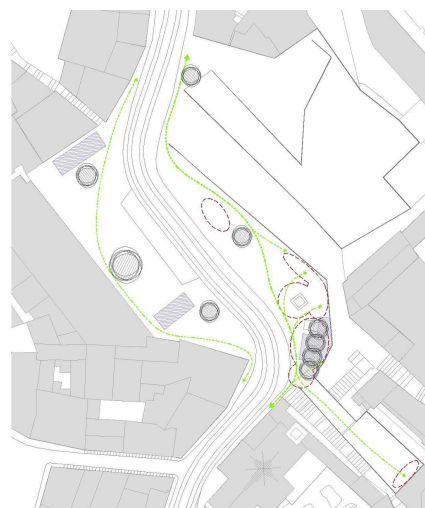


Figura 114: Diagrama de fluxos pedonais do Largo das Portas do Sol (anexo A30)

EFEITO DAS ABERTURAS DEFINIDAS PELAS RUAS / CIRCULAÇÃO

Este largo é atravessado por uma rua que cruza os seus limites em dois extremos (Figura 113). Apesar de nela se circular a velocidades reduzidas (em parte devido ao material do pavimento – calçada) e do caudal de tráfego não ser geralmente muito intenso, tem 7m de largura e dois sentidos de tráfego, o que a intensifica como barreira ao livre uso do espaço. Ela separa o espaço em dois sub-espços com vivências sobejamente distintas. Um corresponde ao espaço adjacente aos edifícios e outro ao espaço onde se situa a estátua de S. Vicente, que por sua vez dá acesso aos sucessivos espaços (Figuras 115 e 116).



Figura 115: Vista para o Palácio dos Condes de Azurara



Figura 116: Vista para a Estátua de S. Vicente

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O espaço que contém a estátua de S. Vicente é o que maior número de pessoas e actividades reúne e que, não fosse a separação que a via de tráfego provoca, viveria certamente como um todo em conjunto com o espaço adjacente aos edifícios. Desta forma perde muitas vivências por não conseguir competir, em termos de elementos convidativos à permanência, com o diversificado espaço onde se encontra a estátua.

O espaço onde está a estátua de S. Vicente é um fantástico impulsor de vivências e contactos sociais.

A esplanada do pequeno café que se desenvolve ao longo do gradeamento que delimita o espaço, é intensamente usada, uma vez que proporciona uma ampla vista sobre a paisagem, que pode ser contemplada enquanto se está confortavelmente sentado a tomar uma bebida ou a conversar. Em contraste com esta ocupação estão as esplanadas que se localizam junto aos edifícios, que se encontram quase sempre vazias, pelas razões que até aqui descrevemos.

Como seria de esperar, pelo que observámos até aqui, a base da própria estátua é um elemento usado como apoio à permanência. Com uma altura de apenas 20cm a partir do pavimento, é o suficiente para servir de assento a muitas pessoas e muitas outras servem-se do seu pedestal simplesmente para se apoiar.

As pessoas que a este espaço se dirigem são agraciadas por uma fantástica vista à qual acorrem para apreciar. O curioso é que apesar de todo o espaço proporcionar essa mesma vista, as pessoas afluem todas ao mesmo lugar – ao espaço junto ao corrimão, mesmo ao lado da esplanada, onde a configuração do espaço muda ligeiramente (Figura 117). Talvez a explicação

para este comportamento seja a aparente proximidade com o horizonte, o que certamente não significa que aqui a vista seja muito diferente do resto do espaço. Não se consegue explicar é porque as pessoas aqui se amontoem antes do resto do espaço estar ocupado. Além do mais aglomeram-se junto ao limite da esplanada, como se quisessem poder observar o que as pessoas que estão sentadas observam.

Além deste espaço, há ainda um braço que se projecta para fora deste “núcleo espacial”. Um lugar com dimensões acolhedoras (aproximadamente 18m de comprimento por 9m de largura), individualizado e isolado dos restantes acontecimentos do espaço, com os quais mantém um contacto visual que, no entanto, inviabiliza a participação. Este espaço torna-se particularmente interessante pela sua configuração e por ser acessível por um único ponto, mais estreito que o resto do espaço, onde se conseguem conter as vivências e incitar a participação nas actividades com mais facilidade. Daí que os músicos, pintores ou vendedores ambulantes se juntem aqui, onde a possibilidade de captar a atenção das pessoas é maior, uma vez que forçosamente têm que se cruzar com eles.

Neste espaço as pessoas fazem um percurso directo ao extremo frontal do espaço, onde se agrupam a ver a vista. Mais uma vez se percebe que a vista frontal não é muito diferente da lateral, mas num primeiro impulso é este o lugar que mais capta as pessoas. E os pintores, músicos e vendedores ambulantes parecem saber disso, uma vez que se concentram em volta deste lugar.



Figura 117: Pessoas concentradas junto à esplanada



Figura 118: Limite frontal do espaço exterior ao “núcleo espacial”

2.5. ANÁLISE COMPARATIVA

Resta-nos fazer uma análise comparativa entre todos os espaços estudados para que possamos perceber as semelhanças e diferenças das suas principais características e ponderar acerca das vivências observadas.

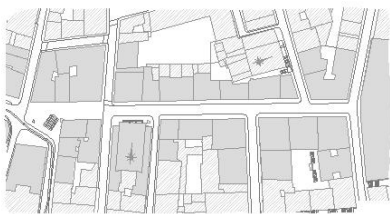


Figura 119: Rua Garrett



Figura 120: Rua das Portas de S. Antão

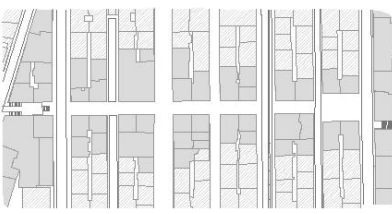


Figura 121: Rua de S.ª Justa

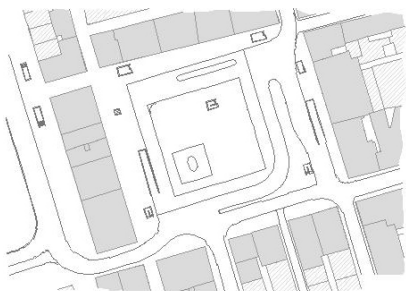


Figura 122: Praça da Figueira

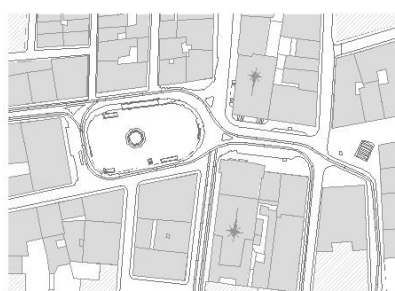


Figura 123: Praça Luís de Camões

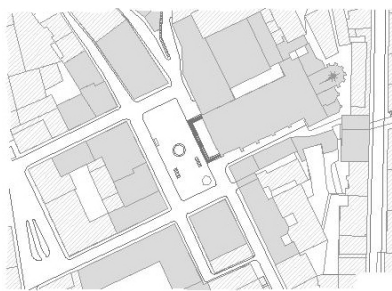


Figura 124: Praça do Carmo

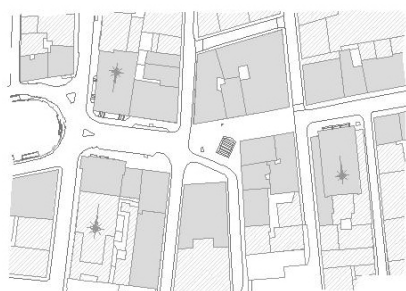


Figura 125: Largo do Chiado



Figura 126: Largo de S. Domingos

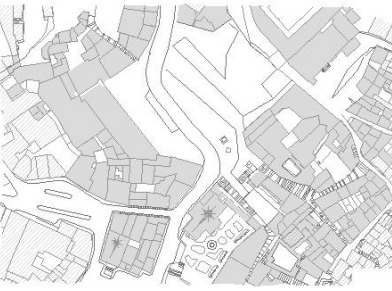


Figura 127: Largo das Portas do Sol

	Área pedonal (m ²) / %		Área de circulação de veículos (m ²)		Área mista (peões e veículos) (m ²)	Área de estacionamento à superfície (m ²)	Área total (m ²)
Rua Garrett	1.140	43%	1.500	57%	–	250	2.640
Rua das Portas de Santo Antão	2.970	100%	–	–	–	–	2.970
Rua de Santa Justa	2.400	84%	330	12%	130	–	2.860
Praça da Figueira	6.790	56%	5.150	44%	–	–	11.940
Praça Luís de Camões	2.460	55%	1.910	43%	–	30	4.400
Largo do Carmo	1.600	61%	1.000	39%	–	220	2.600
Largo do Chiado	1.700	63%	930	34%	–	80	2.710
Largo de São Domingos	2.300	60%	–	–	1.150	500	3.850
Largo das Portas do Sol	3.480	73%	1.220	25%	–	100	4.800

Figura 128: Áreas de ocupação do pavimento dos casos de estudo

Pela análise do quadro que apresenta as áreas de ocupação do pavimento, correspondente aos casos de estudo analisados neste trabalho, podemos perceber que o uso do pavimento varia muito de caso para caso, mesmo quando as áreas totais são semelhantes e os espaços pertencem à mesma categoria de espaço público. Esta diferença na ocupação do pavimento tem implicações nas vivências dos espaços e conseqüentemente, nas actividades neles desenvolvidas.

A área de uso exclusivo ao peão é, à excepção da Rua Garrett (Figura 119), superior a 50% da área total e, só no caso da Rua das Portas de Santo Antão (Figura 120) é equivalente à área total do espaço. Se pela análise destes dados isolados poderíamos pensar que as vivências daqueles que usam o espaço da Rua das Portas de Santo Antão a pé ficaria subjugada aos que o usam de automóvel, ao confrontá-los com a análise detalhada que fizemos do espaço percebemos que isso não acontece. Isto deve-se à velocidade de circulação e à configuração da via, que dão a possibilidade ao peão de usar também este espaço, ainda que de uma forma não completamente livre. Por outro lado, como vimos atrás, a exclusividade do uso pedonal da Rua das Portas de Santo Antão tem um impacto significativo na facilidade de desenvolvimento de contactos interpessoais e de relação com o espaço.

Podemos ainda observar que no Largo de São Domingos (Figura 126) existe uma área significativa de uso partilhado entre o peão e o automóvel e, como vimos atrás, este é um dos espaços mais vividos de todos os que estudámos.

Podemos assim concluir que o automóvel e o peão podem coabitar num mesmo espaço, desde que o impacto da presença do automóvel seja mitigado e que a liberdade de movimento do peão não fique subjugada à do automóvel, uma vez que só quando se anda a pé se consegue estabelecer uma relação com as outras pessoas e com o próprio espaço.

	Comprimento médio (m)	Largura média (m)	Proporção	Área total (m ²)	Número médio de pisos
Rua Garrett	186	13	1/14	2.640	5/6
Rua das Portas de Santo Antão	250	10	1/25	2.970	5
Rua de Santa Justa	235	9,6	1/25	2.860	6
Praça da Figueira	115	105	1/1	11.940	5/6
Praça Luís de Camões	90,5	50	1/2	4.400	6
Largo do Carmo	68	38	1/1,8	2.600	4/5
Largo do Chiado	85	30	1/3	2.710	5/6
Largo de São Domingos	55	50	1/1	3.850	5/6
Largo das Portas do Sol	77	75	1/1	4.800	5

Figura 129: Dimensões globais dos casos de estudo

O quadro aqui apresentado refere-se às dimensões globais dos espaços analisados neste trabalho. Na sua execução sentimos especial dificuldade em estabelecer as dimensões dos largos, uma vez que a sua irregularidade formal faz com que a variação das suas dimensões seja muito elevada. Ainda assim, registámos as suas dimensões médias para podermos estabelecer parâmetros de comparação entre eles.

Ao elaborarmos uma análise comparativa entre as três ruas em estudo podemos concluir que as suas dimensões globais não são muito distintas. O mesmo não acontece ao nível das suas vivências. Isto permite-nos dizer que a forma ou dimensões dos espaços não devem nunca ser analisadas isoladamente, uma vez que a variedade de elementos caracterizadores de um espaço é tão grande que só a análise conjunta nos pode dar pistas acerca do carácter e das vivências de cada um.

Podemos ainda observar que a Rua das Portas de Santo Antão (Figura 120) e a Rua de Santa Justa (Figura 121), apesar de terem dimensões equivalentes, apresentam um traçado bastante distinto. O primeiro caso apresenta pequenas variações de direcção ao longo do seu traçado, o segundo é completamente recto e regular. Isto faz com que no primeiro caso se descubra a rua à medida que se vai percorrendo e no segundo se percebe na sua totalidade, a partir de qualquer ponto. Isto faz com que a Rua das Portas de Santo Antão tenha uma maior capacidade de manter as vivências e de estabelecer uma relação de maior proximidade com os seus utilizadores, uma vez que quando o fim da rua está à vista o olhar tende a concentrar-se nele, legando para segundo plano o espaço em que se encontra.

Por outro lado, ao compararmos as três praças em estudo verificamos que têm dimensões muito distintas entre si. Esta distinção tem uma consequência directa nas vivências do espaço, uma vez que uma praça tão acolhedora como o Largo do Carmo (Figura 124) consegue estabelecer contacto com os seus utilizadores com mais facilidade do que uma praça ampla como a Praça da Figueira (Figura 122). O mesmo acontece com os contactos interpessoais, uma vez que a

proximidade entre as pessoas num espaço mais pequeno é maior, e é mais fácil estimular a participação nas actividades.

A análise comparativa das dimensões globais dos largos está intimamente relacionada com a forma de cada um deles. Podemos constatar que o Largo de São Domingos (Figura 126), apesar de ter cerca de 1.000m² de área total a mais do que o Largo do Chiado (Figura 125) e 1.000m² a menos que o Largo das Portas do Sol (Figura 127) é o que apresenta limites mais irregulares e que distribui as pessoas e actividades mais uniformemente no seu espaço. Nos outros dois casos estas concentrações estão reduzidas a uma pequena porção da área total. Isto deve-se não só à articulação da circulação viária e pedonal que existe no Largo de S. Domingos, como também aos sub-espacos criados na sua periferia que permitem uma organização e estruturação do espaço reflectida ao nível das vivências.

É curioso perceber como em espacos com áreas tão semelhantes como a Praça Luís de Camões (Figura 123) e o Largo das Portas do Sol (Figura 127), ou a Rua Garrett (Figura 119) e o Largo do Carmo (Figura 124) têm vivências tão distintas, fortemente influenciadas pela sua forma e igualmente pelo seu conteúdo.

CONCLUSÕES

Ao analisarmos o funcionamento de alguns espaços públicos no contexto urbano da cidade de Lisboa percebemos que há características que têm especial ênfase para as suas vivências e, consequentemente, para as vivências da cidade.

Para que a cidade se consiga manter como lugar onde se desenvolvem as relações humanas, onde se conhecem os outros e os seus hábitos, onde se tem contacto com o mundo que nos rodeia e que suporta as nossas necessidades sociais e de relacionamento humano, é especialmente importante que cada espaço individualmente o consiga favorecer, pois cada um, por si só, é importante para a vivência de toda a cidade.

Porém, os espaços não funcionam individualmente, mas sim em relação uns com os outros, sendo que um espaço que consegue captar e manter vivências é um espaço que contribui para a dinamização de toda a cidade, uma vez que o conjunto de espaços públicos urbanos funciona como um todo.

CONCLUSÕES ESPECÍFICAS ESTABELECIDAS A PARTIR DA ANÁLISE AOS CASOS DE ESTUDO

O estudo detalhado de alguns espaços da cidade de Lisboa, feito a partir da observação realizada neste trabalho, permitiu-nos concluir que todos eles têm características próprias que os individualizam e que contribuem para a diversidade das suas vivências. Apesar dessa individualidade, há semelhanças no comportamento das pessoas que os usam e os estímulos a que elas reagem são equivalentes, permitindo uma certa generalização dos resultados.

Podemos então apresentar algumas das principais conclusões, relativas à relação entre as pessoas e o espaço, que este estudo nos permitiu obter.

O traçado e configuração do espaço pode permitir a sua descoberta progressiva, à medida que se percorre, aumentando a curiosidade das pessoas e incitando-as à descoberta. Isto aumenta o tempo de permanência das pessoas e o acréscimo de actividades e contactos que se estabelecem. O contrário é igualmente verdade, se se perceber todo o espaço de uma só vez, é difícil levar as pessoas a percorre-lo e muito mais a vive-lo. Assim, um espaço que se percebe globalmente à primeira vista tem que possuir elementos convidativos, capazes de atrair as pessoas e de as fazer sentir que aí podem viver experiências que em mais nenhum outro lugar poderão, só assim conseguiram fazer com que as pessoas se relacionem com o espaço previamente percebido.

As variações que o traçado da Rua das Portas de Santo Antão apresenta permitem que o transeunte desvende o espaço enquanto caminha através dele. No Largo de São Domingos o processo é idêntico, uma vez que a irregularidade formal dos seus limites faz com que a percepção do espaço seja progressiva, adquirida enquanto se circula por dele.

Por sua vez, no caso da Praça da Figueira, onde todo o espaço é visível a partir de qualquer ponto, o espaço central é pouco usado uma vez que tem dificuldade em incentivar as pessoas a deslocarem-se até ele.

As aberturas provocadas pelas ruas que culminam nos espaços (noutras ruas, praças ou largos) não prejudicam necessariamente a leitura de conjunto. Se as suas dimensões forem controladas, em consonância com as restantes dimensões do espaço, se estiverem integradas no conjunto edificado (posição e configuração) e se o tráfego que suportam for reduzido e de baixa velocidade, a unidade mantém-se.

Esta integração acontece na Rua Garrett, onde se reúnem as condições que acabámos de enumerar, e também na Praça Luís de Camões, onde as aberturas se integram nos planos das fachadas, contribuindo para criar um ritmo de conjunto.

Por sua vez, na Rua de Santa Justa, as dimensões desmesuradas das aberturas quebram o plano da fachada e comprometem a leitura de conjunto, que é no entanto compensada por outras características físicas do espaço, como a simplicidade e homogeneidade formal. Esta quebra é também sentida na Praça do Carmo, porque as dimensões das aberturas são significativas face às reduzidas dimensões do conjunto e porque se localizam nas “arestas” dos espaços, onde a quebra provocada é mais acentuada.

É a proporção entre as diversas dimensões (relação entre comprimento, largura e altura) que determina a percepção que se tem do espaço e o seu sentido de contenção e de unicidade, mais do que as dimensões relativas do espaço,

O Largo do Carmo é um caso onde a relação entre as dimensões relativas é determinante para a leitura que se faz do espaço. Nele há uma proporção geométrica entre as diversas dimensões que tornam o espaço particularmente harmonioso.

Um plano de fachada com uma composição dinâmica, com alternâncias nos seus volumes, nas formas e por vezes até nas cores e materiais, tem uma capacidade superior para apoiar a permanência de pessoas do que outro que apresente uma composição muito rígida, excessivamente linear e sem vitalidade.

É o que acontece no caso da Rua de Santa Justa, onde as fachadas dos edifícios se alinham pelos mesmos planos e o traçado e composição se apresentam de forma bastante regular e austera. Neste caso não há “diálogo” entre as pessoas e as fachadas, porque as fachadas não têm capacidade para acolher as pessoas, para apoiarem as suas actividades nem para despertarem a sua atenção. As pessoas tendem a usar mais o espaço central que tem que ter, por si só, capacidade para manter as actividades.

O prolongamento do interior dos edifícios para o espaço exterior, tanto fisicamente como através dos seus usos, contribui para a dinamização do espaço exterior. Ao mesmo tempo favorece o

estreitamento da relação interior/exterior, conseguindo assim captar mais vivências para ambos os espaços e diversificar os usos do espaço exterior urbano.

Isto pode ser confirmado com o exemplo da Rua das Portas de Santo Antão, ou do Largo do Chiado. Nestes espaços as esplanadas e montras das lojas expandem-se para lá dos limites do edifício, aumentando significativamente o número, intensidade e diversidade de acontecimentos e contactos no espaço exterior.

Quando algumas das características físicas do espaço se destacam das restantes, mais homogêneas, verifica-se uma tendência para o aumento da utilização do espaço nessa zona. Aparentemente a diferenciação de uma determinada zona é suficiente para despertar a curiosidade das pessoas e atraí-las, aumentando aí o número de actividades desenvolvidas e/ou aumentando o tempo de permanência.

Este tipo de acontecimentos pode ser observado no alargamento da Rua Garrett, onde a fachada da Basílica de Nossa Sra. dos Mártires apresenta características peculiares que contrastam com as restantes fachadas da rua, onde a transição entre o plano do solo e o plano vertical é feito de forma distinta e onde o perfil da rua é superior. O mesmo acontece na Praça do Carmo, frente à fachada que alberga o Convento do Carmo, que se destaca das restantes fachadas da praça, conseguindo afirmar-se face ao resto do espaço.

Os elementos mais atractivos dos espaços públicos têm muitas vezes objectivos originais diferentes do uso efectivo que têm actualmente. Como vimos no caso da base da estátua e dos muros da estação de metro do Largo do Chiado que podem ser mais usados como assento do que outros elementos especialmente concebidos para esse uso. Outro bom exemplo disso é a Praça Luís de Camões, cujas escadas que formam a base da estátua são muitas vezes ocupadas quando os bancos não o são. Por outro lado vimos o contraste de vivências no Largo das Portas do Sol, que mostra que um espaço vazio não é seguramente um espaço convidativo.

O tráfego automóvel é de extrema relevância para as vivências do espaço público uma vez que pode isolar espaços (ou porções de espaço) e fazê-los perder toda a sua vivência, além das consequências ambientais, de ruído e insegurança que pode provocar. É de extrema importância que se consiga obter uma perfeita integração entre o tráfego viário e o pedonal, nunca esquecendo que é a pé que se vive o espaço e que se estabelece contacto com as outras pessoas.

Na Praça da Figueira as vias de tráfego provocam o isolamento do espaço central, dificultando o seu acesso e “afastando-o” das vivências do resto do espaço. Na Rua de Santa Justa o elevado caudal de tráfego e as velocidades que se praticam subdividem o espaço dificultando o seu atravessamento. Por outro lado vimos o caso do Largo de São Domingos, onde se consegue uma perfeita integração do tráfego viário no espaço.

Nota-se uma forte tendência das pessoas para se aproximarem de outras pessoas de forma a poderem observar e interagir com elas. Verifica-se igualmente que quando estas pessoas estão a desenvolver algum tipo de actividade a tendência para a aproximação é ainda mais intensa.

Isto acontece, por exemplo, na Rua Garrett e no Largo do Chiado, onde os músicos, pintores e artistas de rua desenvolvem as suas actividades e estão normalmente rodeados de pessoas que os observam atentamente. Um acontecimento semelhante dá-se no Largo das Portas do Sol, onde as pessoas são atraídas pela ampla vista que se tem sobre Lisboa, que observam a partir dos pontos onde se encontram já outras pessoas a observar a vista.

Há uma forte propensão para parar no meio do espaço de circulação pedonal. É o caso do Largo do Chiado e da Rua Garrett. Em ambos os casos as pessoas param nos locais onde se encontra um grande número de pessoas a circular.

Observa-se igualmente uma tendência para escolher os lugares onde se está protegido e ao mesmo tempo se tem maior controlo sobre o resto do espaço e sobre os movimentos das outras pessoas, nomeadamente quando há uma escolha consciente dos lugares para parar.

Isto acontece junto às árvores e à fonte da Praça do Carmo, junto à estátua e muros da estação de metro do Largo do Chiado, ou junto à fachada da Basílica de Nossa Sra. Dos Mártires.

A possibilidade de estabelecer facilmente contacto com os diversos acontecimentos no espaço incentiva e facilita a participação das pessoas e o desenvolvimento de novas actividades. Isto pode ser conseguido pelo controlo das dimensões globais do espaço, pela ausência de obstáculos ao deslocamento e por um desenho unificador. Se se conseguir um fácil contacto visual e um fácil acesso aos diversos pontos do espaço facilita-se também a capacidade, inerente às pessoas e actividades, para captar a atenção das outras pessoas e as envolver nas actividades.

Isto acontece na Praça Luís de Camões onde a topografia, as dimensões globais e o cenário que as fachadas dos edifícios proporcionam, estimulam o contacto entre as pessoas e incitam o desenvolvimento cíclico de actividades.

Um espaço que responda a um maior número de solicitações é um espaço usado por mais pessoas e o aparecimento de novas actividades é impulsionado naturalmente.

Isto acontece, por exemplo, no Largo de São Domingos, onde se encontra frequentemente um grande número de pessoas, de diversos estratos sociais, de diversas nacionalidades e idades e que desenvolvem os mais variados tipos de actividades, coabitando no mesmo espaço.

CONCLUSÕES GENÉRICAS ESTABELECIDAS COM BASE EM TODO O ESTUDO

Com base na conjugação das conclusões obtidas e com vista a responder aos nossos objectivos iniciais, podemos dizer que a diversidade e versatilidade dos espaços parecem ser factores determinantes para o seu uso, assim como a liberdade de uso e de escolha. Um espaço que

responda a um maior número de solicitações é um espaço usado por mais pessoas e o aparecimento de novas actividades é impulsionado naturalmente.

Os factores comuns aos espaços analisados são, então, a diversidade, variedade e adaptabilidade. Estes podem ser dados por diversos factores como a forma, os elementos construídos, os usos, o traçado, o mobiliário urbano e muitos outros. O espírito, o carácter e a imagem de um espaço são dadas pelo conjunto das suas componentes que juntas formam um todo que compõe a vivência do lugar.

São estas as principais características que explicam porque alguns espaços são votados ao abandono e outros vivem dia após dia em perfeito diálogo com as pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade. São igualmente estas que fazem com que um espaço consiga responder às necessidades dos seus utilizadores, que promova a interacção social e o contacto entre as pessoas.

Pelo estudo feito ao longo deste trabalho podemos então concluir que, desde que exista um sentido de conjunto que unifique todo o espaço, quanto maior for a sua variedade mais diversificadas e ricas são normalmente as suas vivências e maior é a sua capacidade para gerar actividades.

Se estas conclusões, resultado da observação e do estudo, nos podem ajudar a perspectivar condições de êxito, importa também ter presente condições que podem ditar o insucesso de um projecto de espaço público urbano.

Muitas vezes o espaço público é pensado sem ter em conta as reais necessidades de quem o usa e da forma como o usa. Pode resultar simplesmente num lugar de passagem e de acesso a outros espaços públicos ou privados. Isto leva a que nem sempre um espaço planeado consiga ser um palco atractivo para as actividades humanas e para a acção e interacção social.

Um espaço capaz de captar e manter vivências tem que responder às exigências daqueles que vivem o quotidiano da cidade e ao mesmo tempo ser capaz de estimular a permanência e o contacto entre pessoas e actividades.

Entender o comportamento das pessoas no uso diário do espaço é fundamental para que se consigam manter as vivências na cidade e para que se consiga tirar partido daquilo que ela tem para oferecer. Esta compreensão permite-nos entender o funcionamento dos espaços exteriores públicos e explorar a sua componente física e social de forma a aumentar as potencialidades de cada um deles e, conseqüentemente, a sua vitalidade.

Não foi nossa intenção enumerar critérios a ser seguidos para o desenho de um bom espaço público. Apenas quisemos mostrar que é fundamental que os intervenientes no processo de criação e requalificação do espaço público tenham como ponto de partida para o pensamento do espaço uma sensibilidade às reais necessidades dos seus utilizadores. Só assim se conseguirá manter o verdadeiro espírito do espaço público urbano, que é, acima de tudo, um lugar onde se desencadeia o dia-a-dia das pessoas e onde se podem preservar as relações interpessoais, essenciais à vida em sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Fernando Manuel Brandão – *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Planeamento Regional e Urbano. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.

BACON, Edmund N. – *Design of cities*. 1ª edição. Edição revista. Nova York: Penguin Books, 1976.

BRANDÃO, Pedro; **CARRELO**, Miguel; **ÁGUAS**, Sofia – *O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design, 2002.

CARO, Carlos Martinez; **RIVAS**, Juan Luis de las – *Arquitectura urbana: elementos de teoria y diseño*. 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco, 1990.

CARMONA, Matthew; **HEATH**, Tim; **OC**, Taner; **TIESEDELL**, Steve – *Public places urban spaces: the dimensions of urban design*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003.

CHING, Francis D. K. – *Arquitectura, forma, espaço e ordem*. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CULLEN, Gordon – *Paisagem urbana*. 1ª edição. Lisboa: Edições 70, Novembro de 2006.

FAVACCHIO, Alberto Rizzone – *O Planeamento do Espaço Público e a Qualidade das Cidades*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2002.

GEHL, Jan – *Life between buildings – using public space*. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press, 2001.

HEITOR, Teresa Frederica Tojal de Valsassina – *A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Território. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.

HERTZBERGER, Herman – *Lições de arquitectura*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HILLIER, Bill; **HANSON**, Julienne – *The social logic of space*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

JACOBS, Allan B. – *Great streets*. Estados Unidos da América: M. I. T. Press, 1995.

KRIER, Robert – *L'espace de la ville*. Belgica: AAM editions, 1975.

KOSTOF, Spiro – *The city assembled – the elements of urban form through history*. Londres: Thames & Hudson, 1992.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LOPES, João Teixeira – *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto:Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, 2000.

LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. Lisboa: Lisboa: Edições 70.

MOUGHTIN, Cliff; **CUESTA**, Rafael; **SARRIS**, Christine; **SIGNORETTA**, Paola – *Urban design: method and techniques*. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 1999.

RAPOPORT, Amos – *Aspectos humanos de la forma urbana.Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*. Edição castelhana. Barcelona: Gustavo Gili, S. A., 1978.

WATSON, Donald; **PLATTUS**, Alan; **SHIBLEY**, Robert – *Time-saver standards for urban design*. Nova York: McGraw-Hill.

WHYTE, William H. – *The social life of small urban spaces*. 1ª edição. Nova York: Projects for Public Spaces, 2001.

WIEDENHOEFT, Ronald – *Cities for people – practical measures for improving urban environments*. Nova York: Van Nostrand Reinhold Company.

ANEXOS

DIAGRAMA DE CHEIO/VAZIO

A01 – RUAS

A02 – PRAÇAS

A03 – LARGOS

DIMENSÕES E NÚMERO MÉDIO DE PISOS

A04 – RUA GARRETT

A05 – RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO

A06 – RUA DE SANTA JUSTA

A07 – PRAÇA DA FIGUEIRA

A08 – PRAÇA LUÍS DE CAMÕES

A09 – LARGO DO CARMO

A10 – LARGO DO CHIADO

A11 – LARGO DE SÃO DOMINGOS

A12 – LARGO DAS PORTAS DO SOL

DIAGRAMA DE CIRCULAÇÃO

A13 – RUA GARRETT

A14 – RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO

A15 – RUA DE SANTA JUSTA

A16 – PRAÇA DA FIGUEIRA

A17 – PRAÇA LUÍS DE CAMÕES

A18 – LARGO DO CARMO

A19 – LARGO DO CHIADO

A20 – LARGO DE SÃO DOMINGOS

A21 – LARGO DAS PORTAS DO SOL

DIAGRAMA DE FLUXOS PEDONAIS

A22 – RUA GARRETT

A23 – RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO

A24 – RUA DE SANTA JUSTA

A25 – PRAÇA DA FIGUEIRA

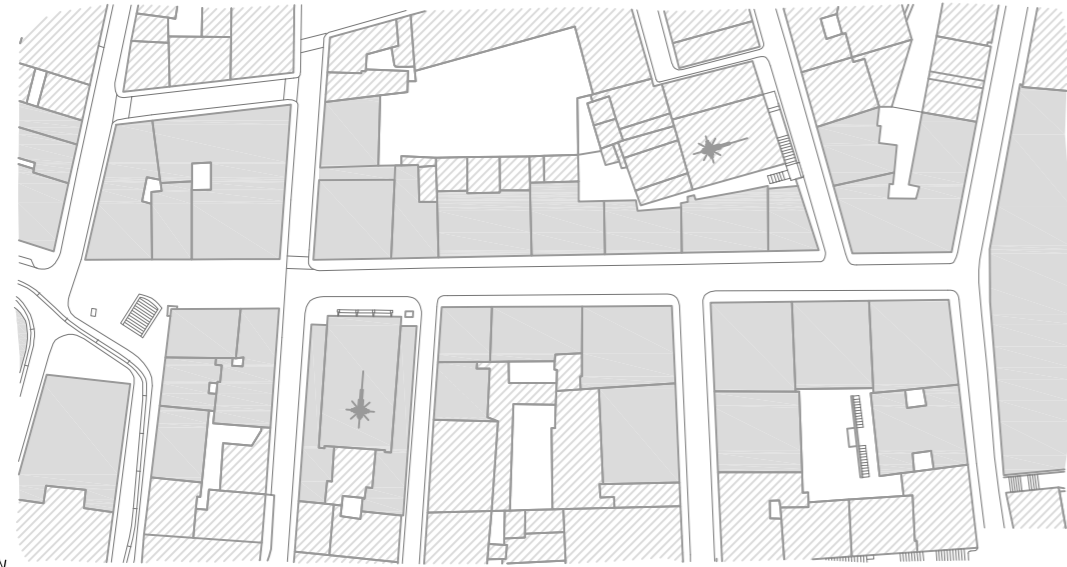
A26 – PRAÇA LUÍS DE CAMÕES

A27 – LARGO DO CARMO

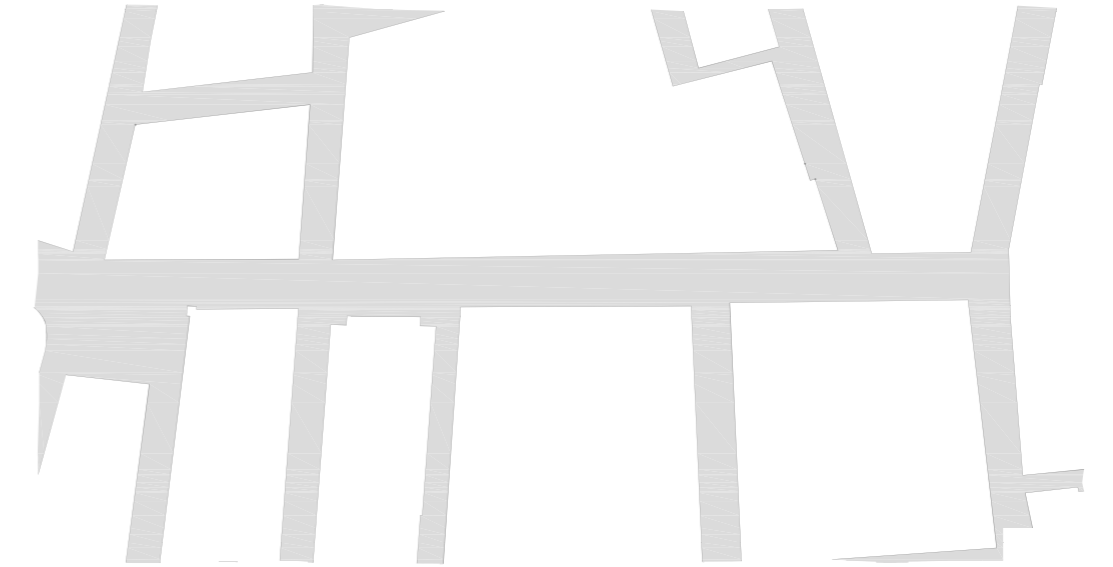
A28 – LARGO DO CHIADO

A29 – LARGO DE SÃO DOMINGOS

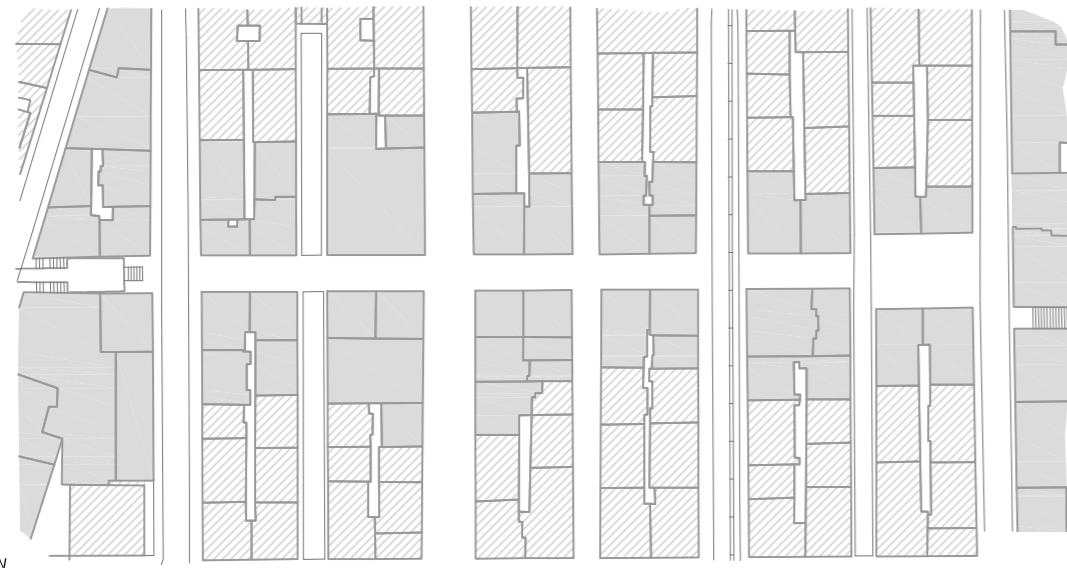
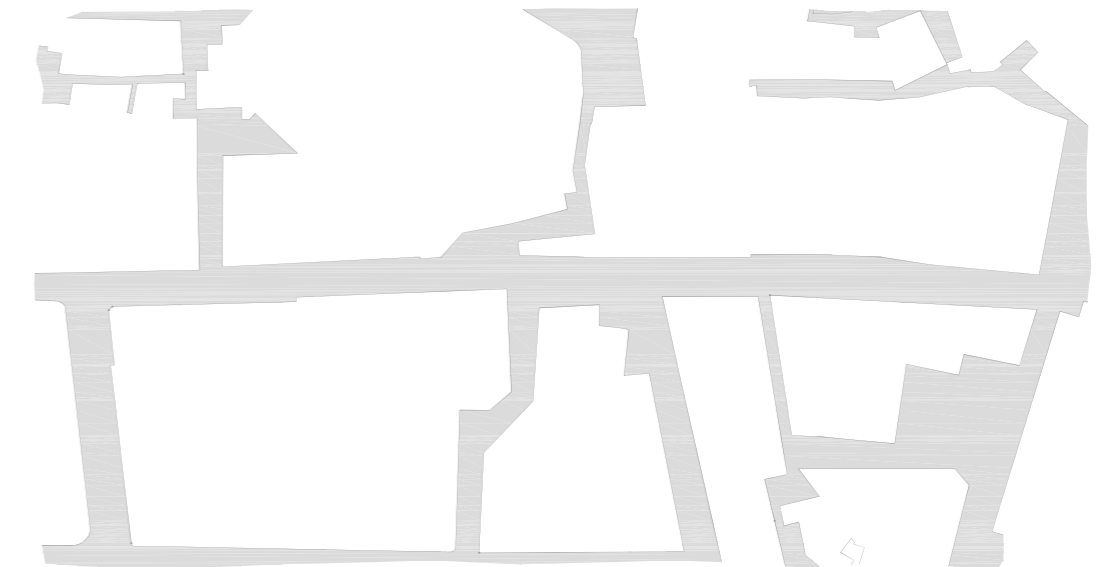
A30 – LARGO DAS PORTAS DO SOL



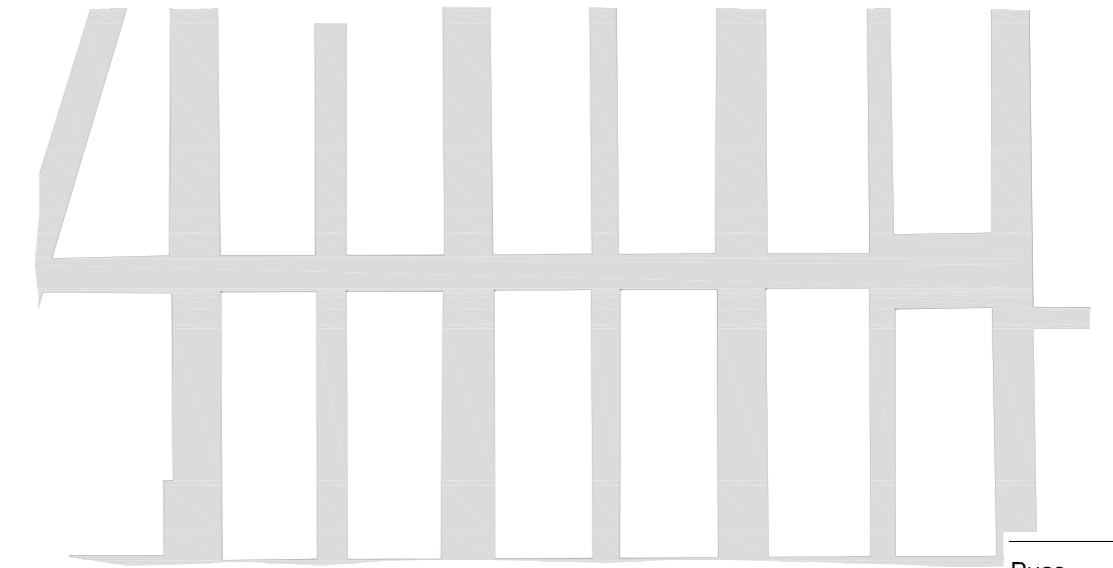
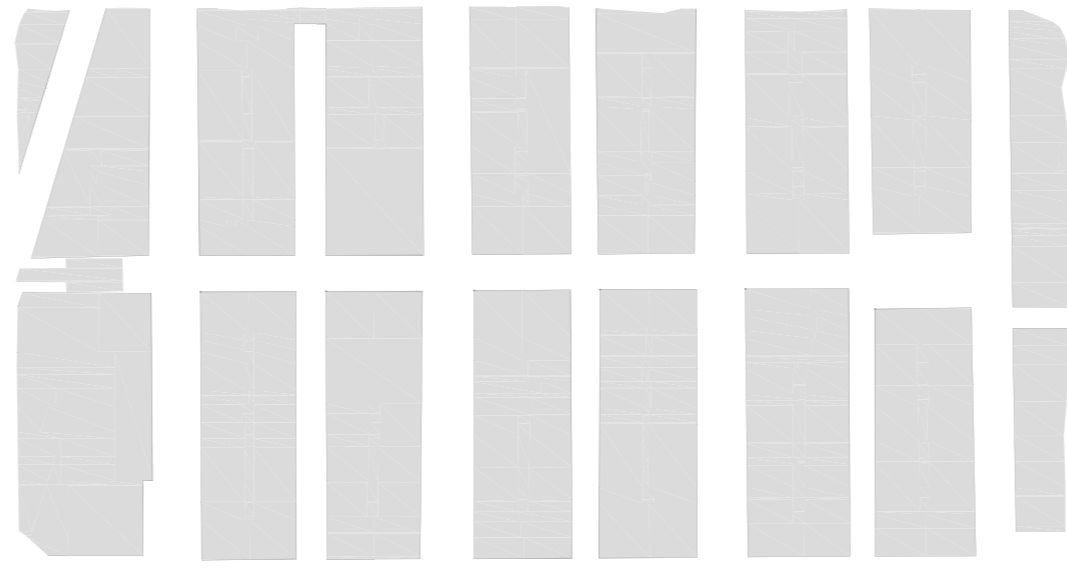
Rua Garrett



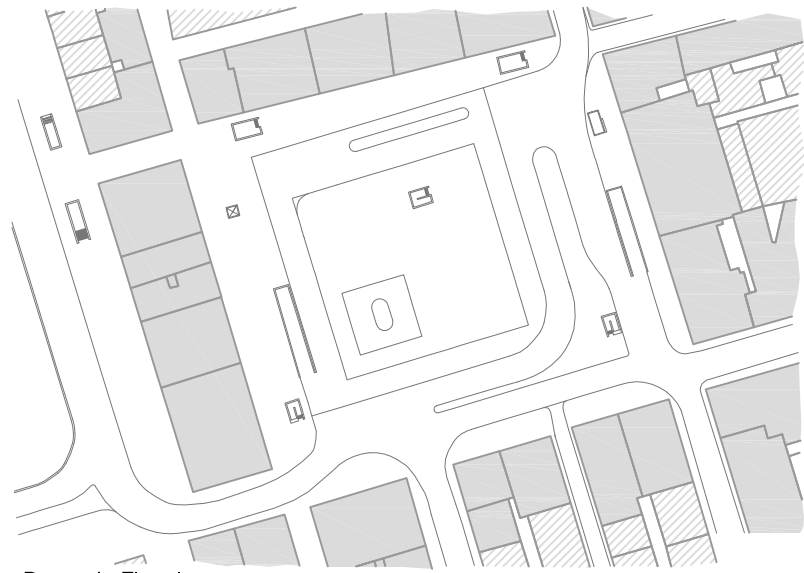
Rua das Portas de Santo Antão



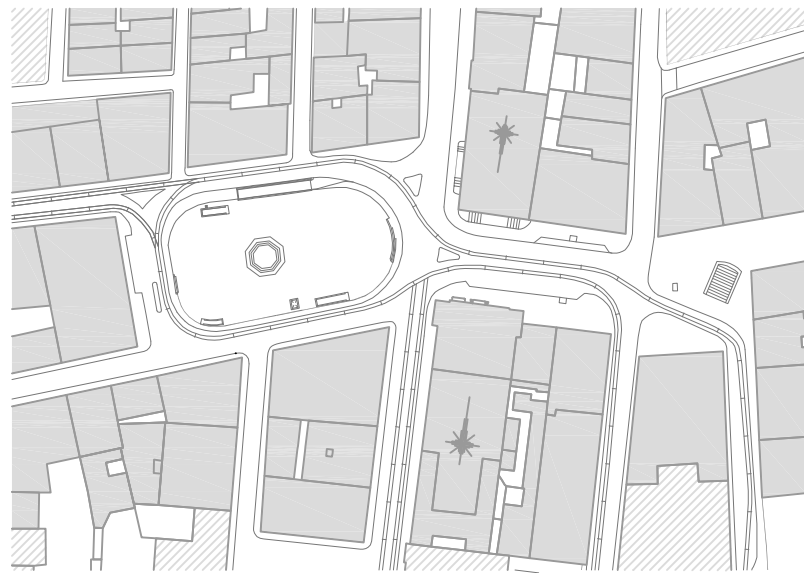
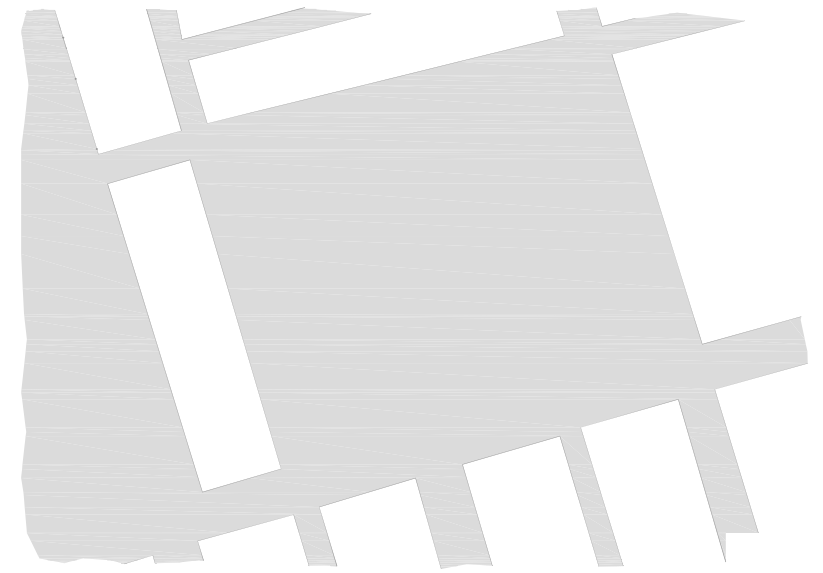
Rua de Santa Justa



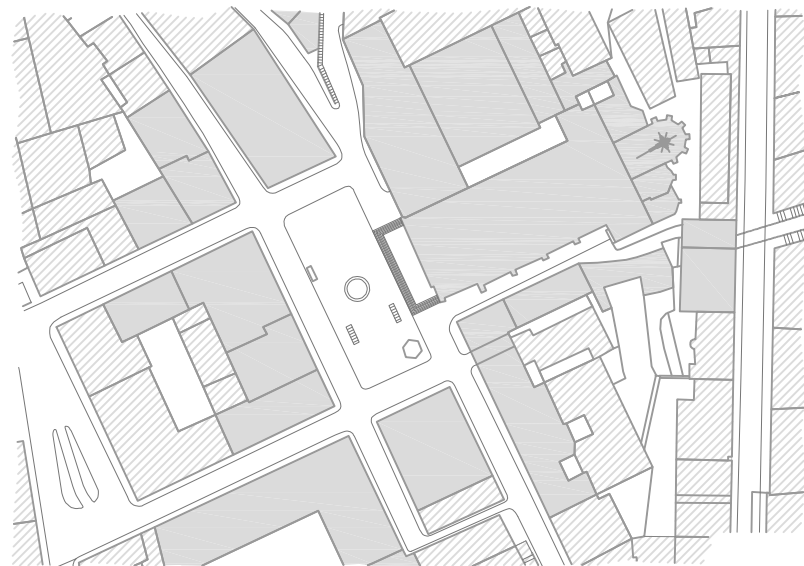
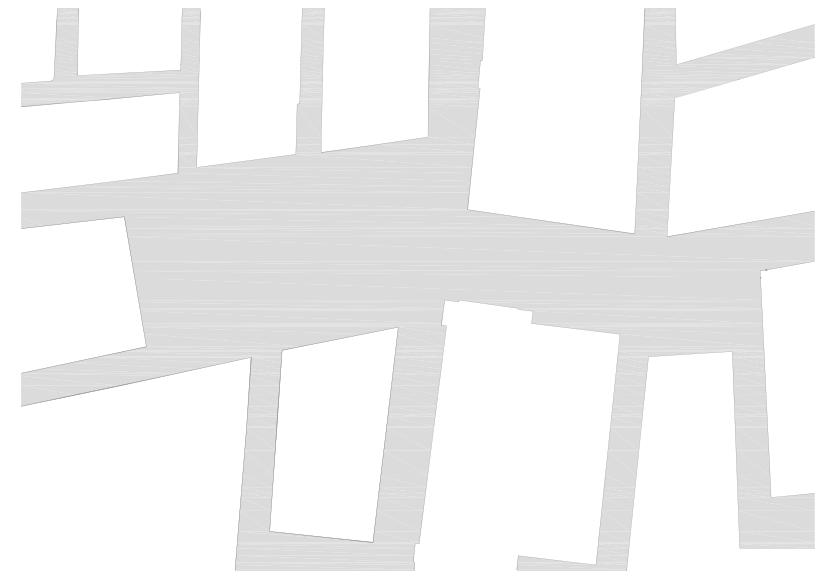
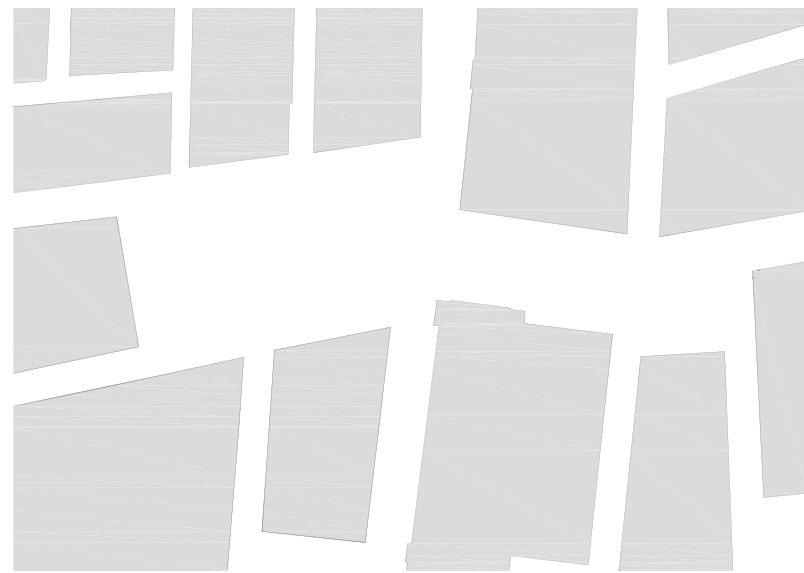
Ruas



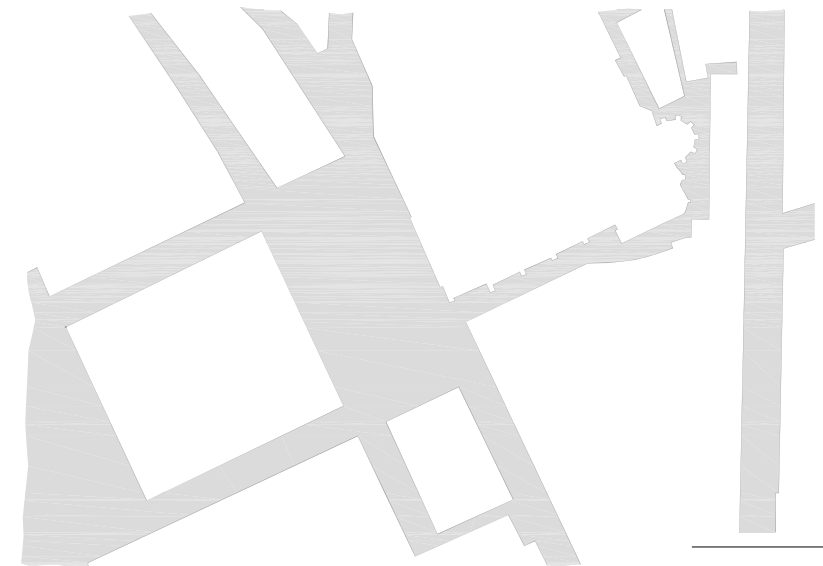
Praça da Figueira



Praça Luís de Camões



Largo do Carmo



Praças

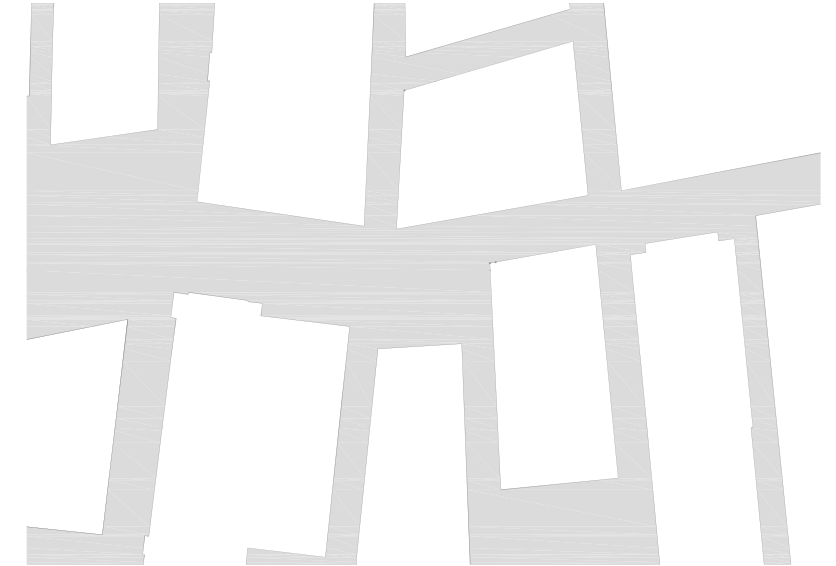
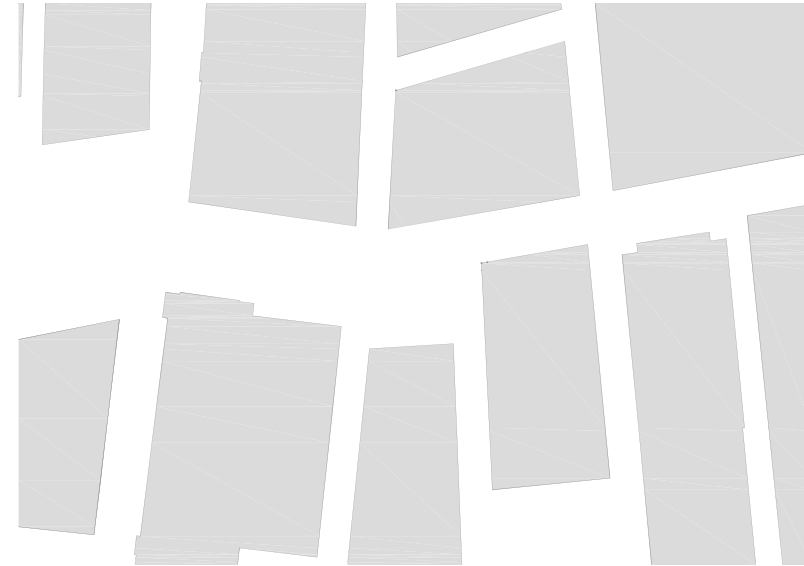
Diagrama de cheio / vazio

escala 1:2000

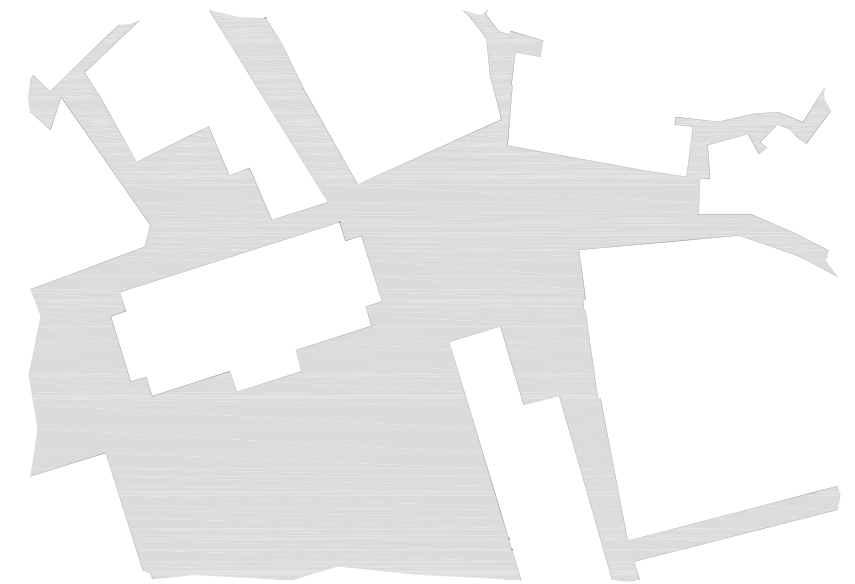
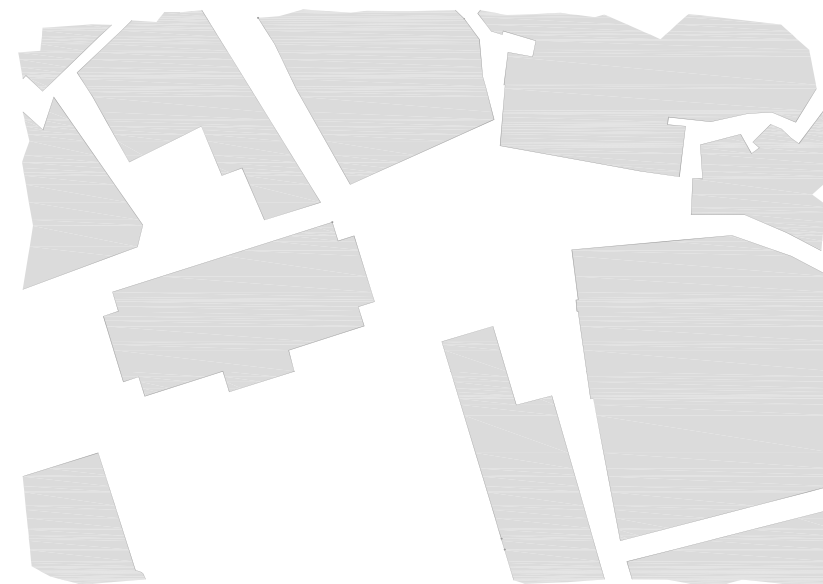




Larho do Chiado



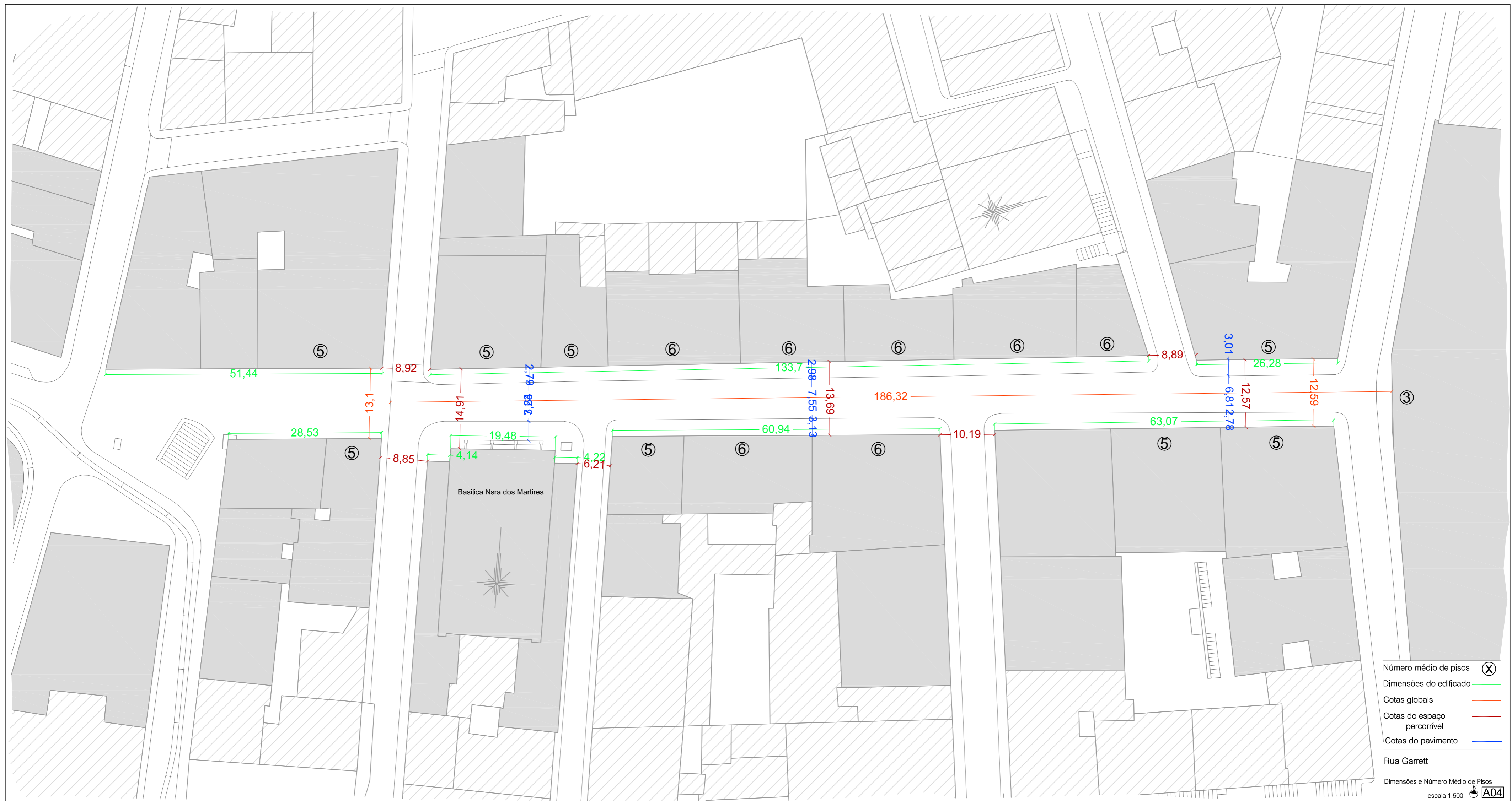
Largo de São Domingos



Largo das Portas do Sol

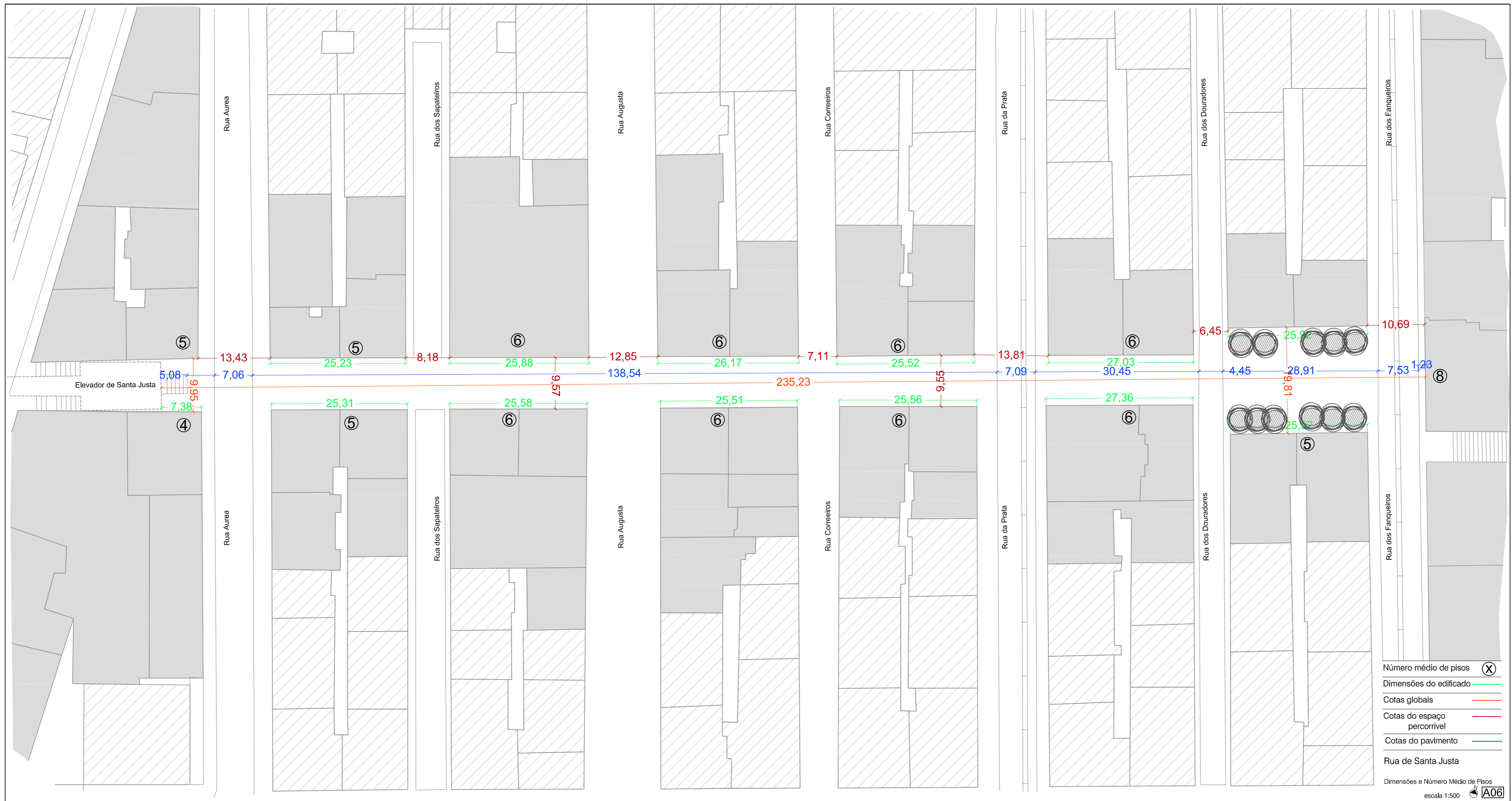


Largos

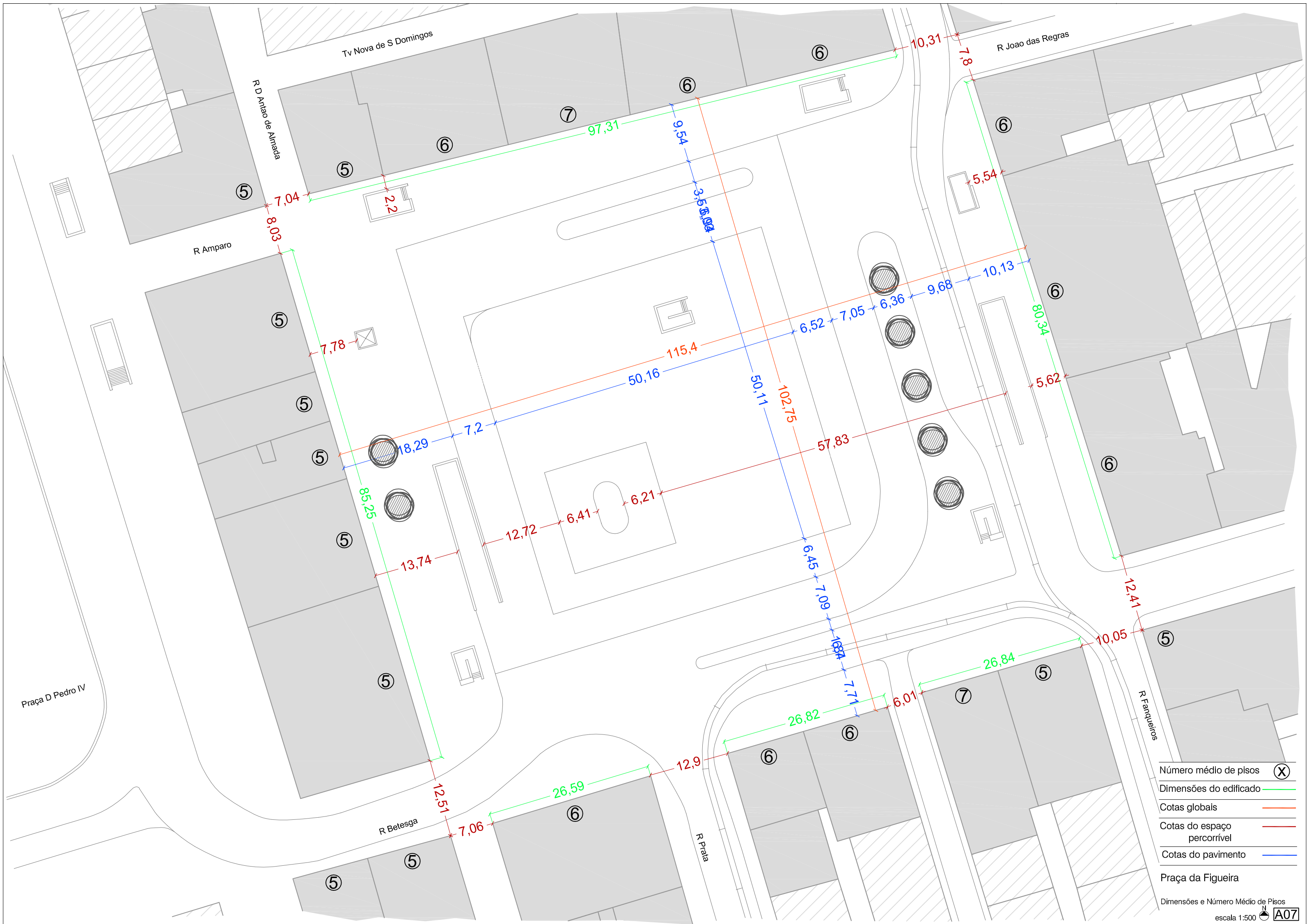


- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (—)
- Cotas globais (—)
- Cotas do espaço percorível (—)
- Cotas do pavimento (—)

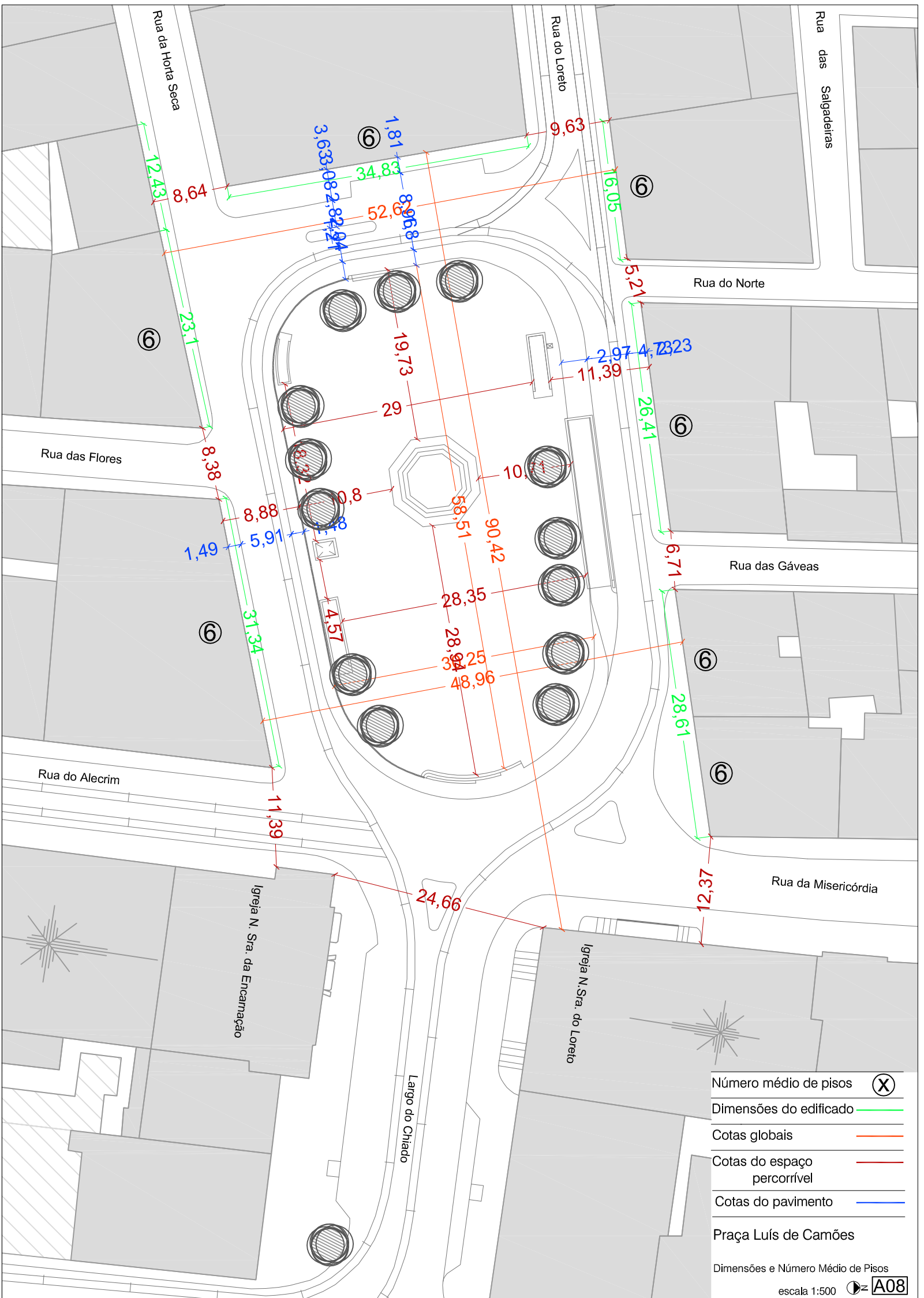




- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (green line)
- Cotas globais (red line)
- Cotas do espaço percorível (red line)
- Cotas do pavimento (blue line)



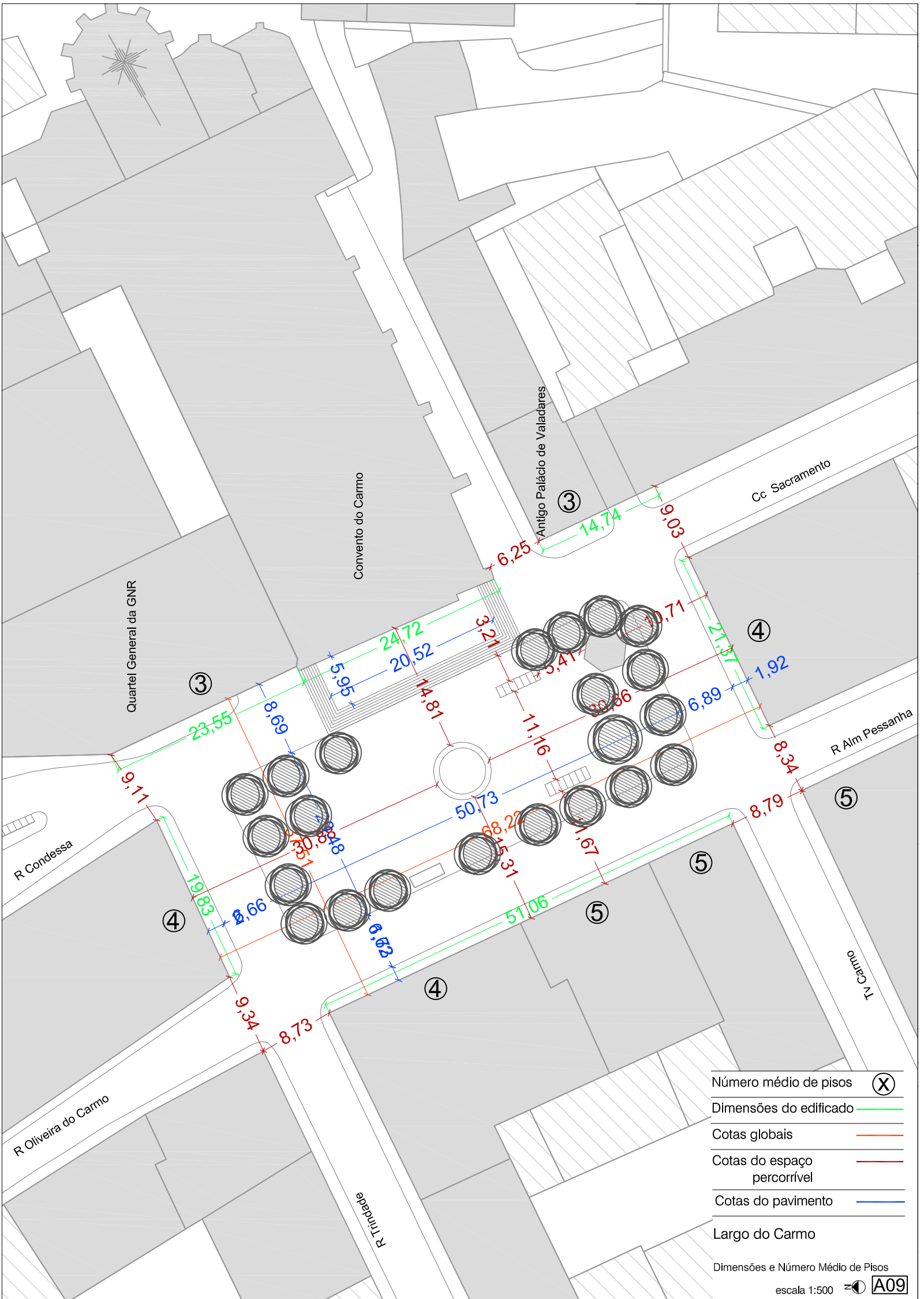
- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (Green line)
- Cotas globais (Red line)
- Cotas do espaço percorível (Red line)
- Cotas do pavimento (Blue line)



- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (Green line)
- Cotas globais (Red line)
- Cotas do espaço percorrível (Red line)
- Cotas do pavimento (Blue line)

Praça Luís de Camões

Dimensões e Número Médio de Pisos
 escala 1:500 **A08**



Quartel General da GNR

Convento do Carmo

Antigo Palácio de Valadares

Cc Sacramento

R Condessa

R Oliveira do Carmo

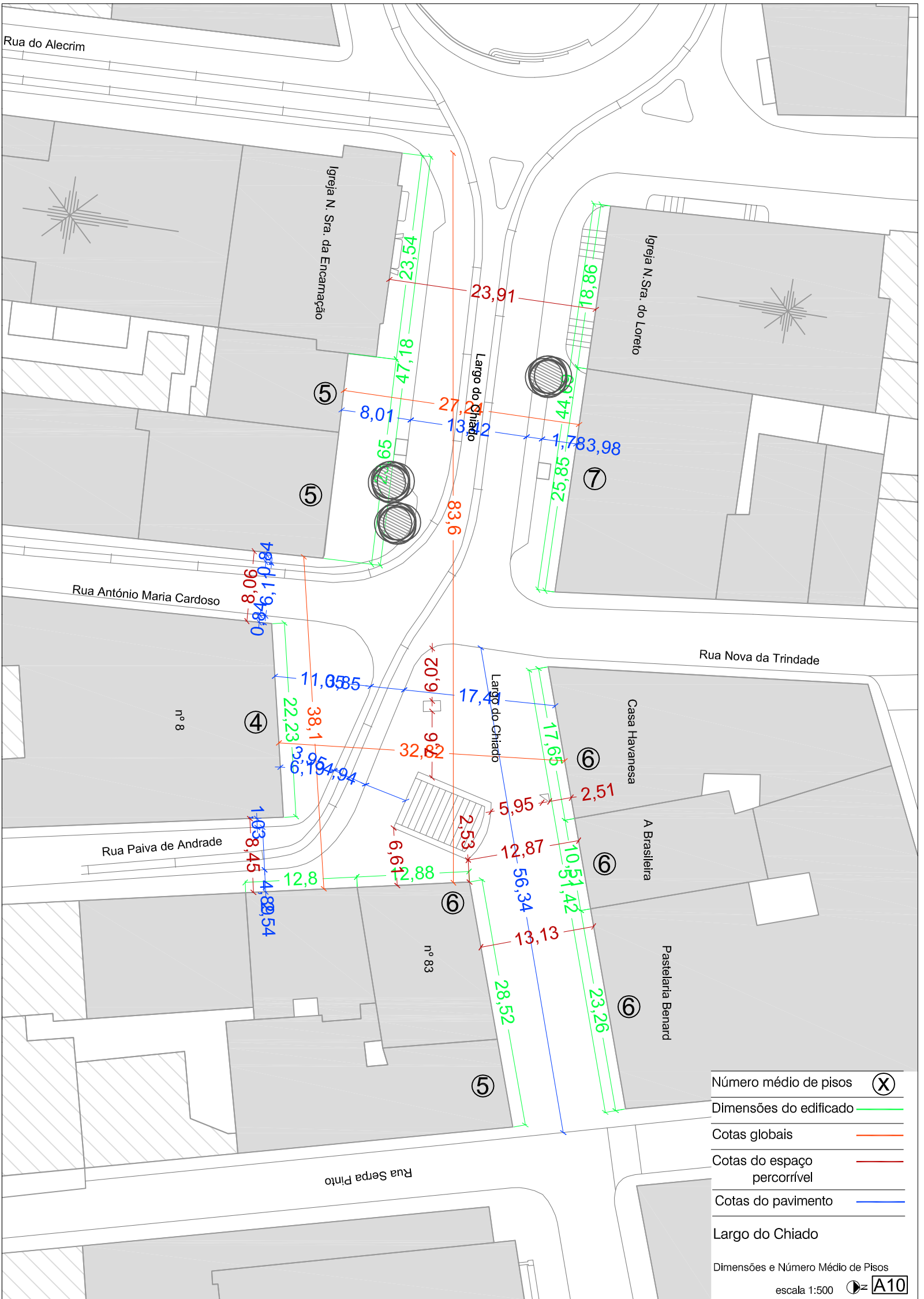
R Trindade

R Alm Pessanha

Tv Carmo

- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (—)
- Cotas globais (—)
- Cotas do espaço percorrível (—)
- Cotas do pavimento (—)

Largo do Carmo



Rua do Alecrim

Igreja N. Sra. da Encarnação

Igreja N. Sra. do Loreto

Rua Antônio Maria Cardoso

Rua Nova da Trindade

Rua Paiva de Andrade

Rua Serra Pinto

nº 8

nº 83

Casa Havanesa

A Brasileira

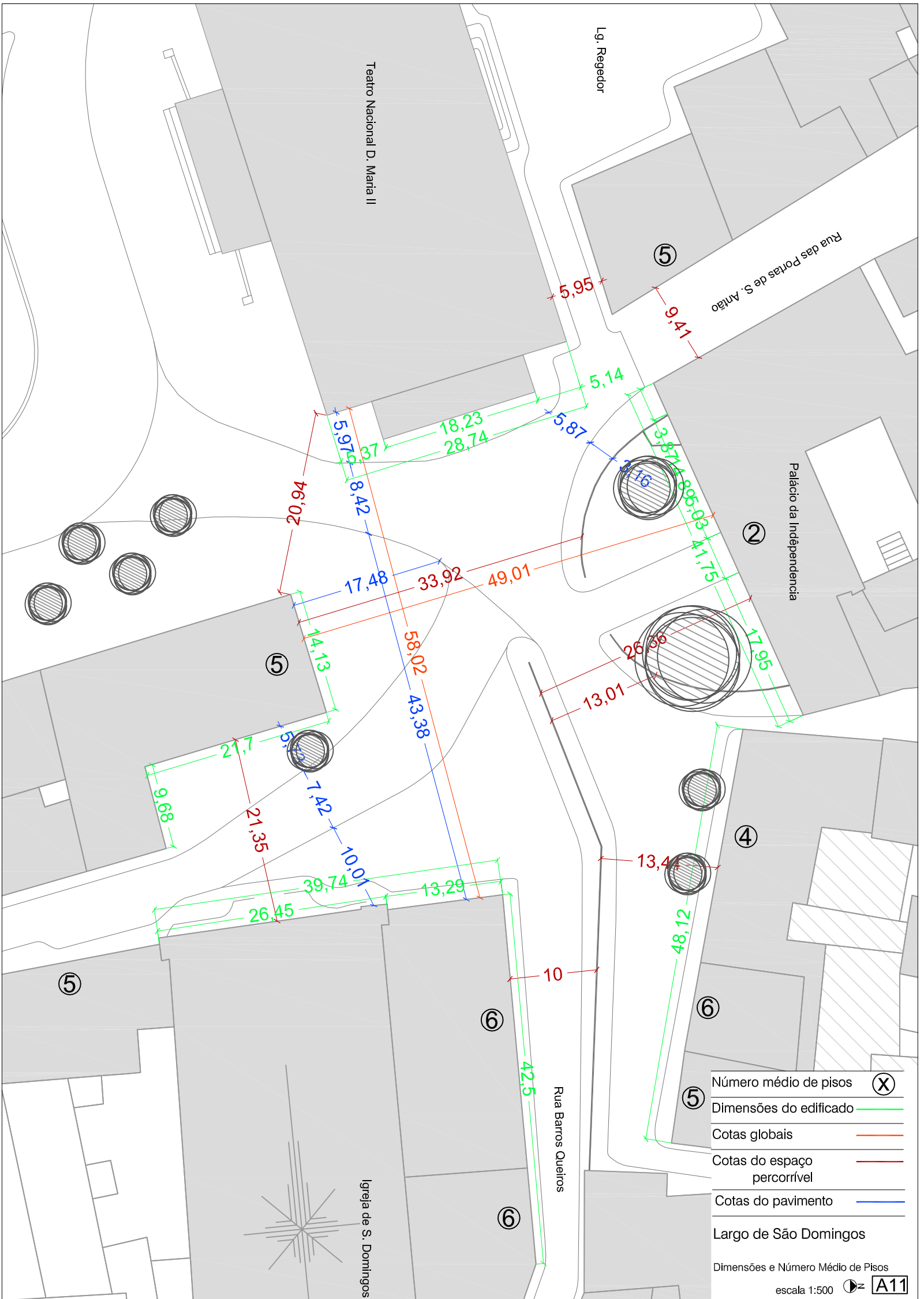
Pastelaria Benard

- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (—)
- Cotas globais (—)
- Cotas do espaço percorrível (—)
- Cotas do pavimento (—)

Largo do Chiado

Dimensões e Número Médio de Pisos

escala 1:500 **A10**



Teatro Nacional D. Maria II

Lg. Regedor

Rua das Portas de S. Antão

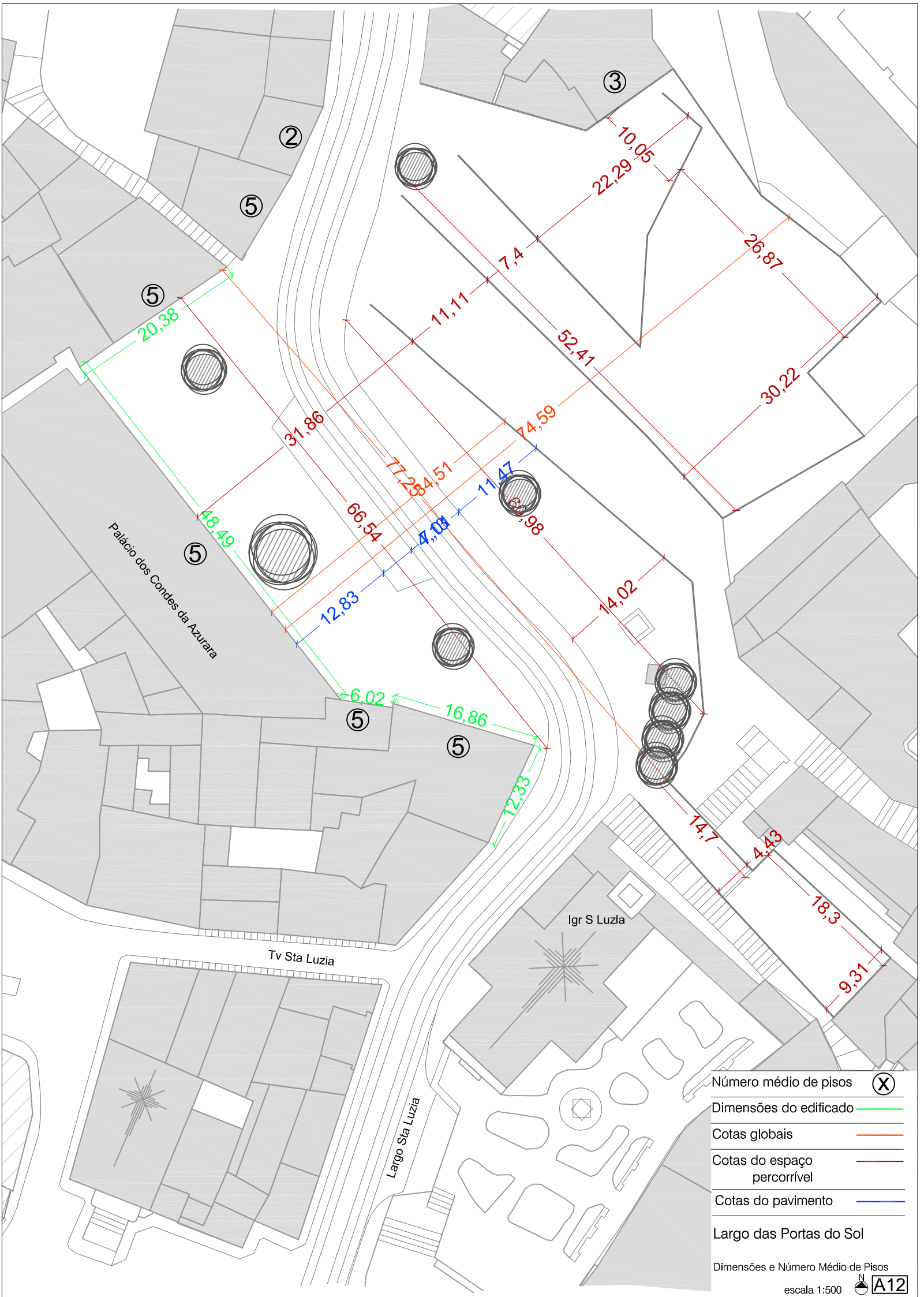
Palácio da Independência

Rua Barros Queiros

Igreja de S. Domingos

- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (green line)
- Cotas globais (red line)
- Cotas do espaço percorrível (red line)
- Cotas do pavimento (blue line)

Largo de São Domingos



Palácio dos Condes da Azurara

Igr S Luzia

Tv Sta Luzia

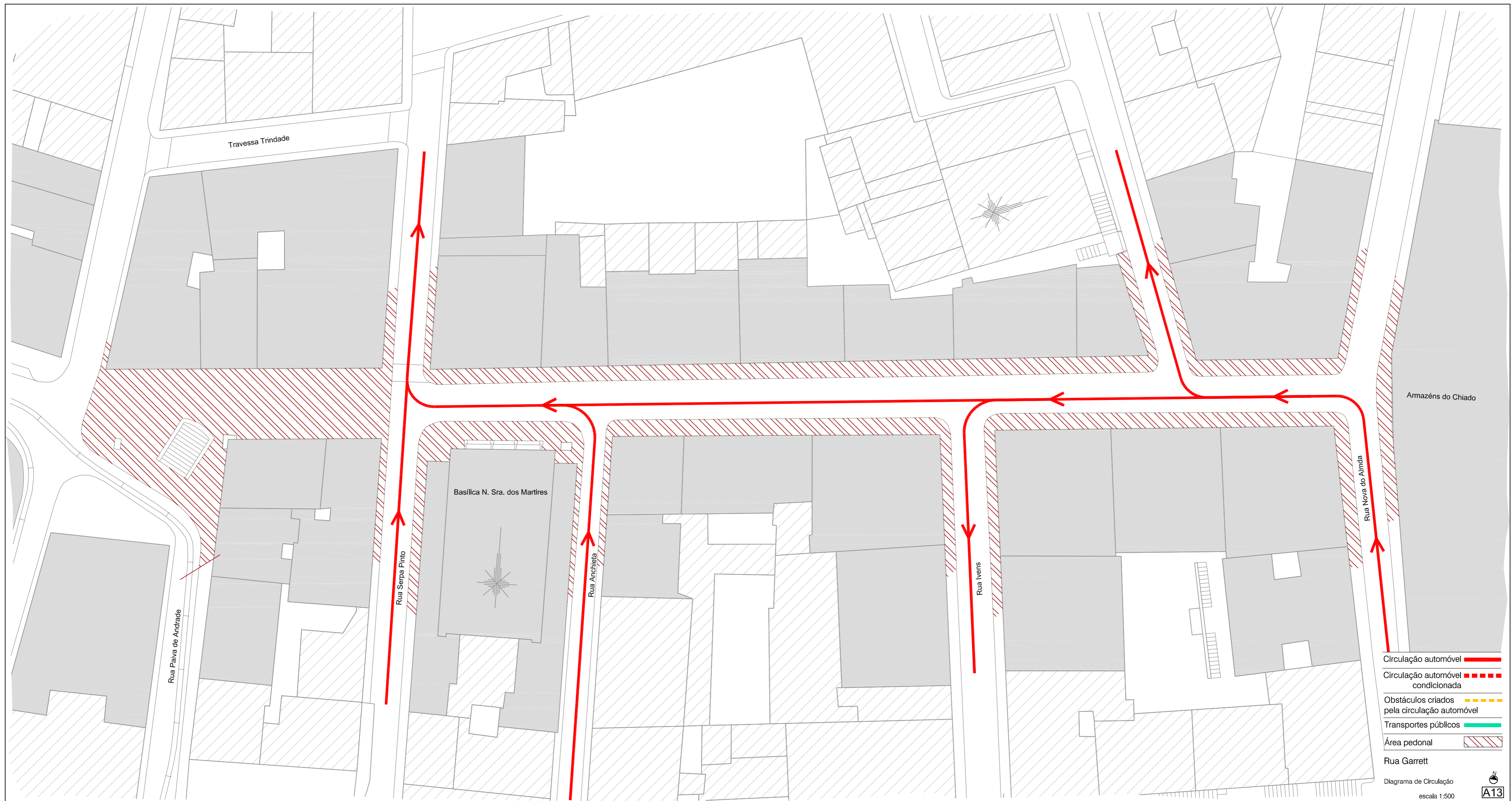
Largo Sta Luzia

- Número médio de pisos (X)
- Dimensões do edificado (green line)
- Cotas globais (red line)
- Cotas do espaço percorrível (red line)
- Cotas do pavimento (blue line)

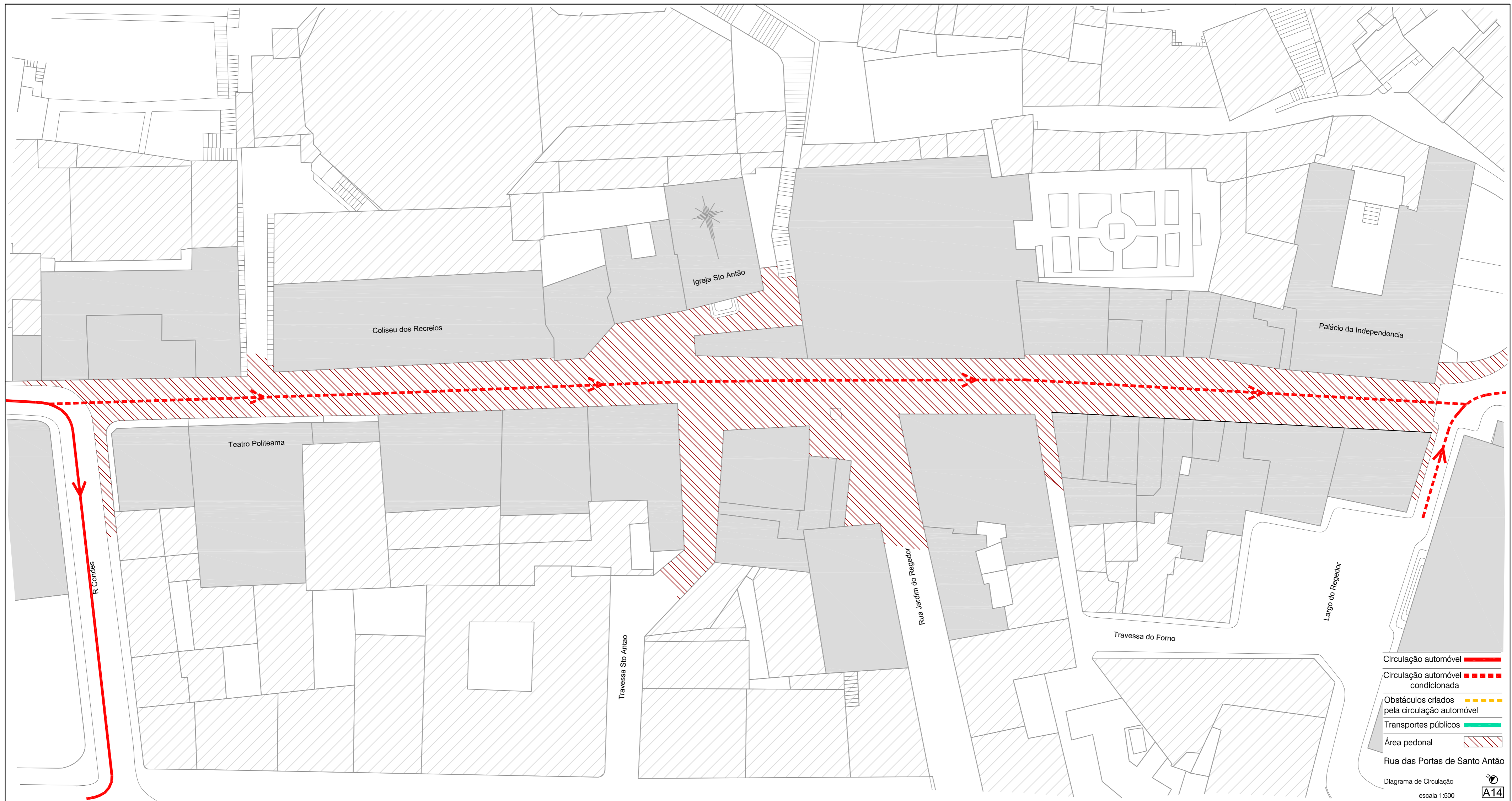
Largo das Portas do Sol

Dimensões e Número Médio de Pisos

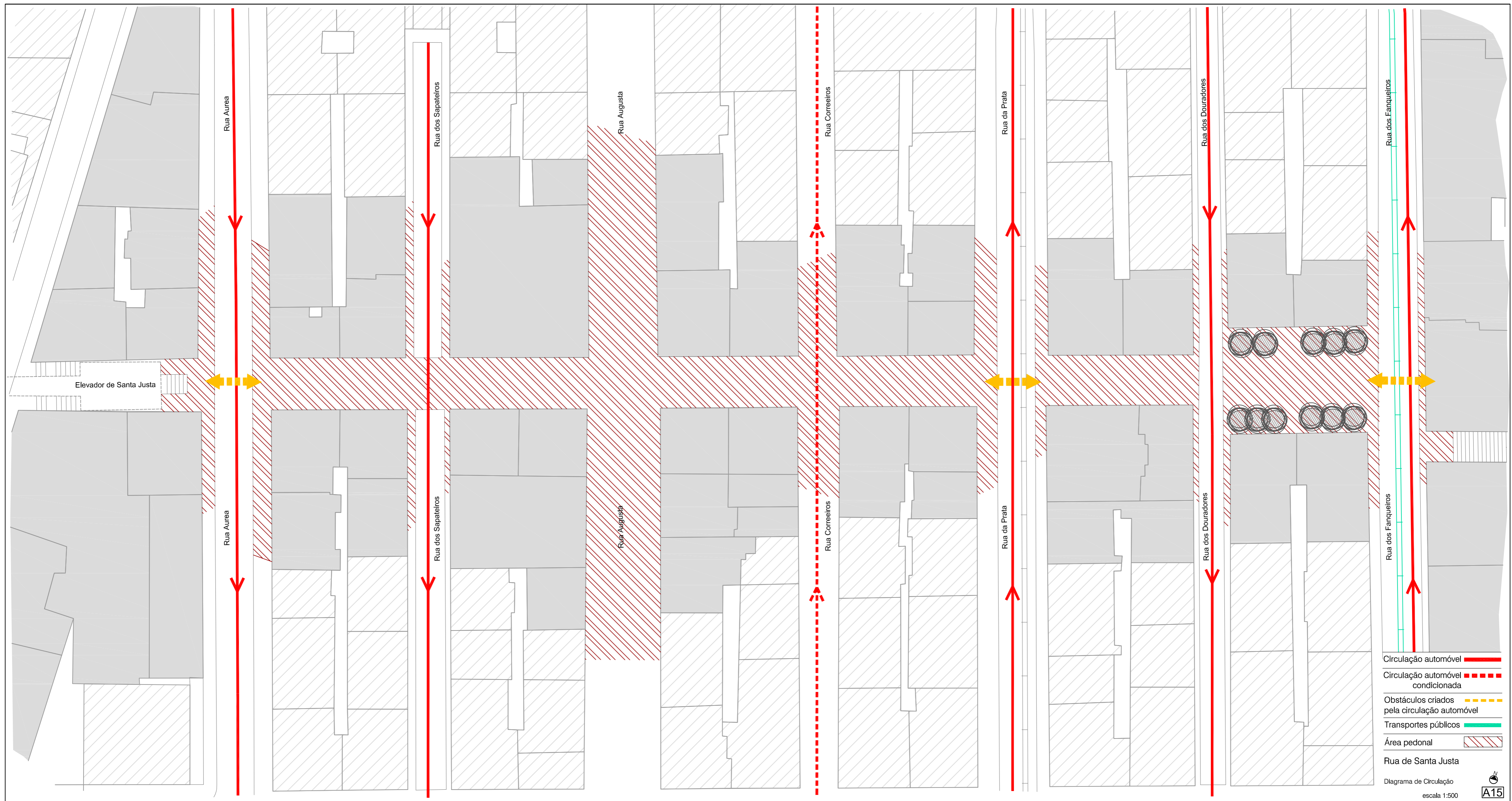
escala 1:500



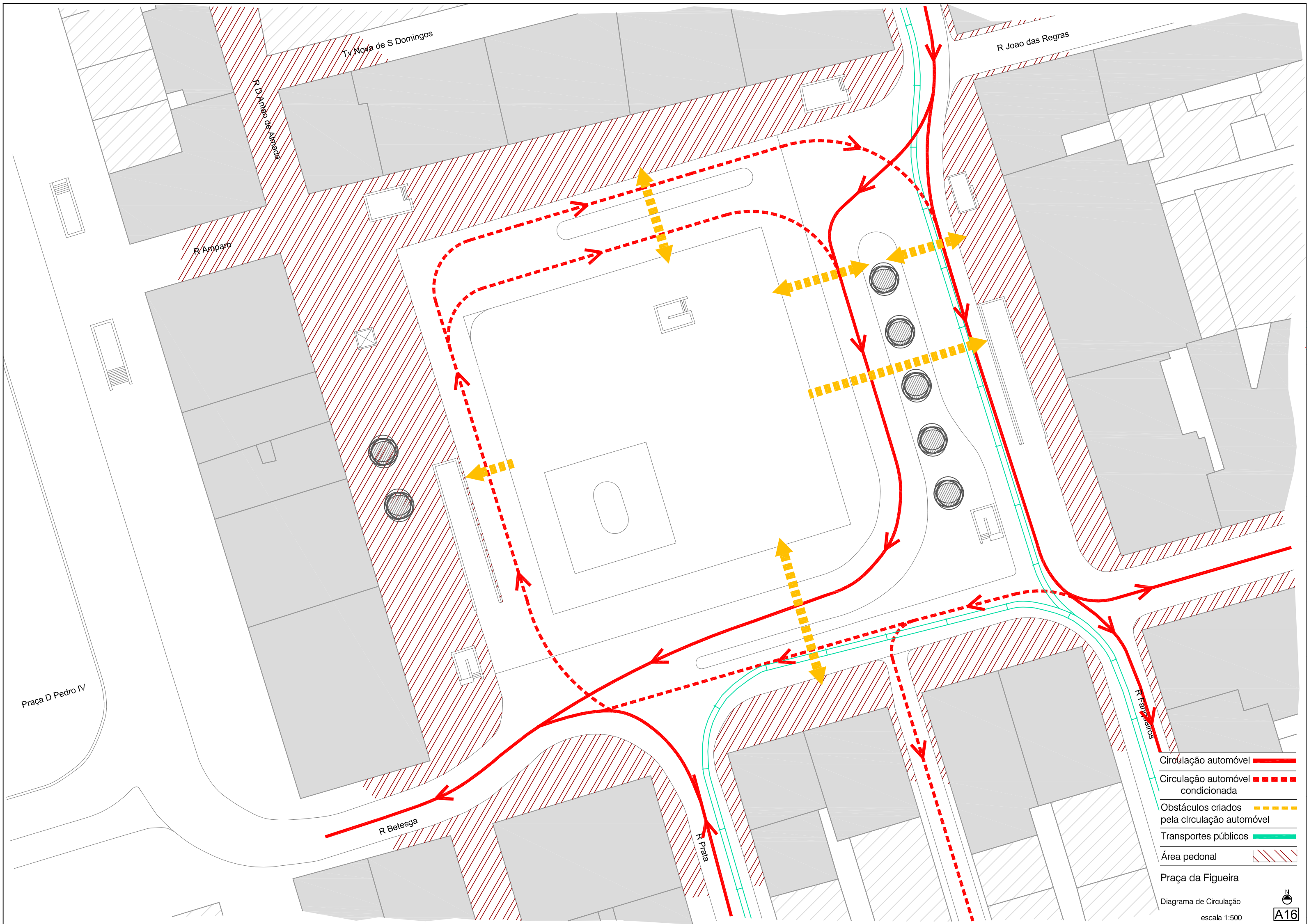
- Circulação automóvel ———
- Circulação automóvel condicionada - - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - · - · -
- Transportes públicos ———
- Área pedonal / / / / /



- Circulação automóvel ———
- Circulação automóvel condicionada - - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - · - · -
- Transportes públicos ———
- Área pedonal / / / / /



- Circulação automóvel ———
- Circulação automóvel condicionada - - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - - - - -
- Transportes públicos ———
- Área pedonal / / / / /
- Rua de Santa Justa
- Diagrama de Circulação
- escala 1:500



Praça D Pedro IV

R Betesga

R Prata

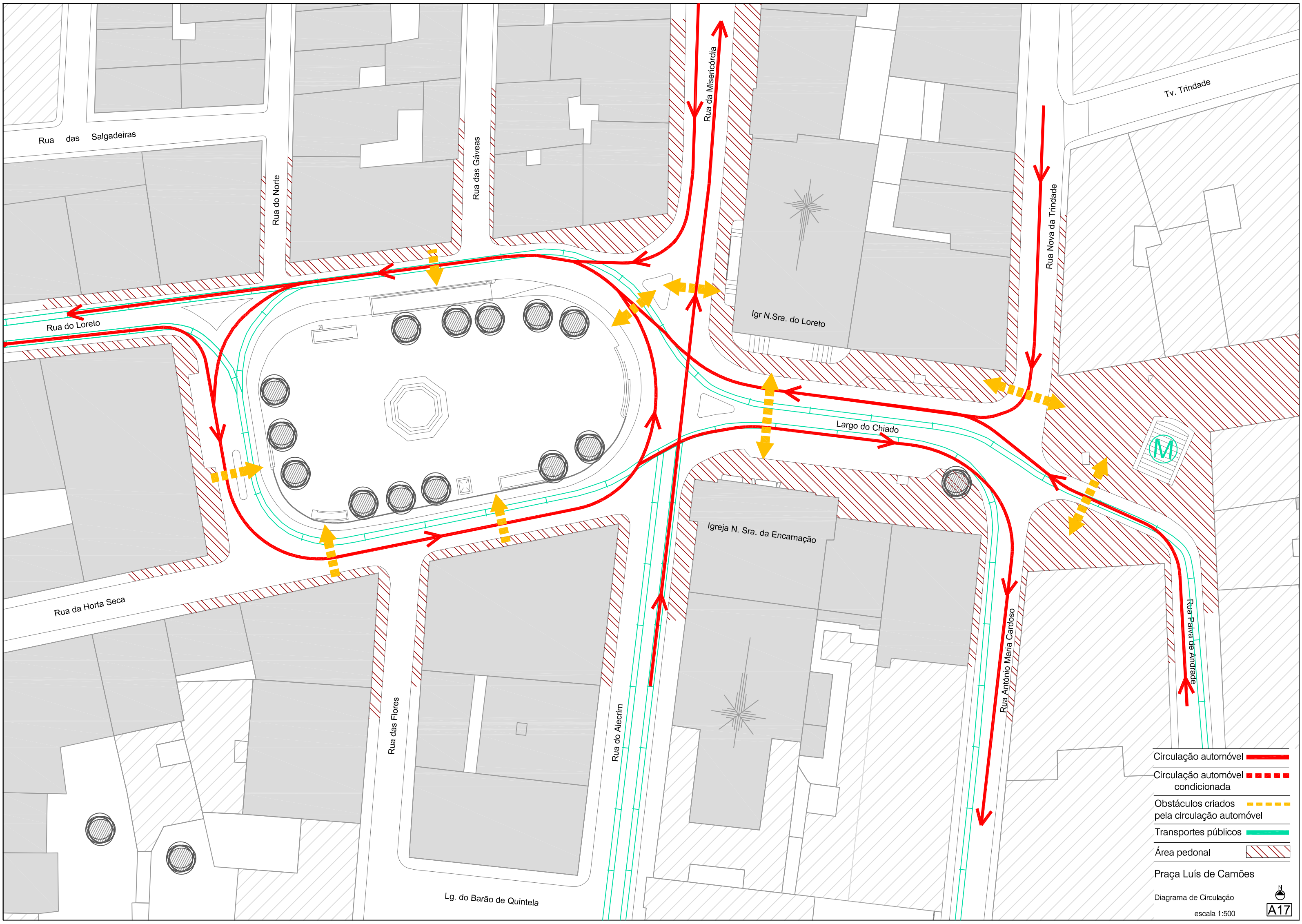
R Joao das Regras

R F. Fernandes

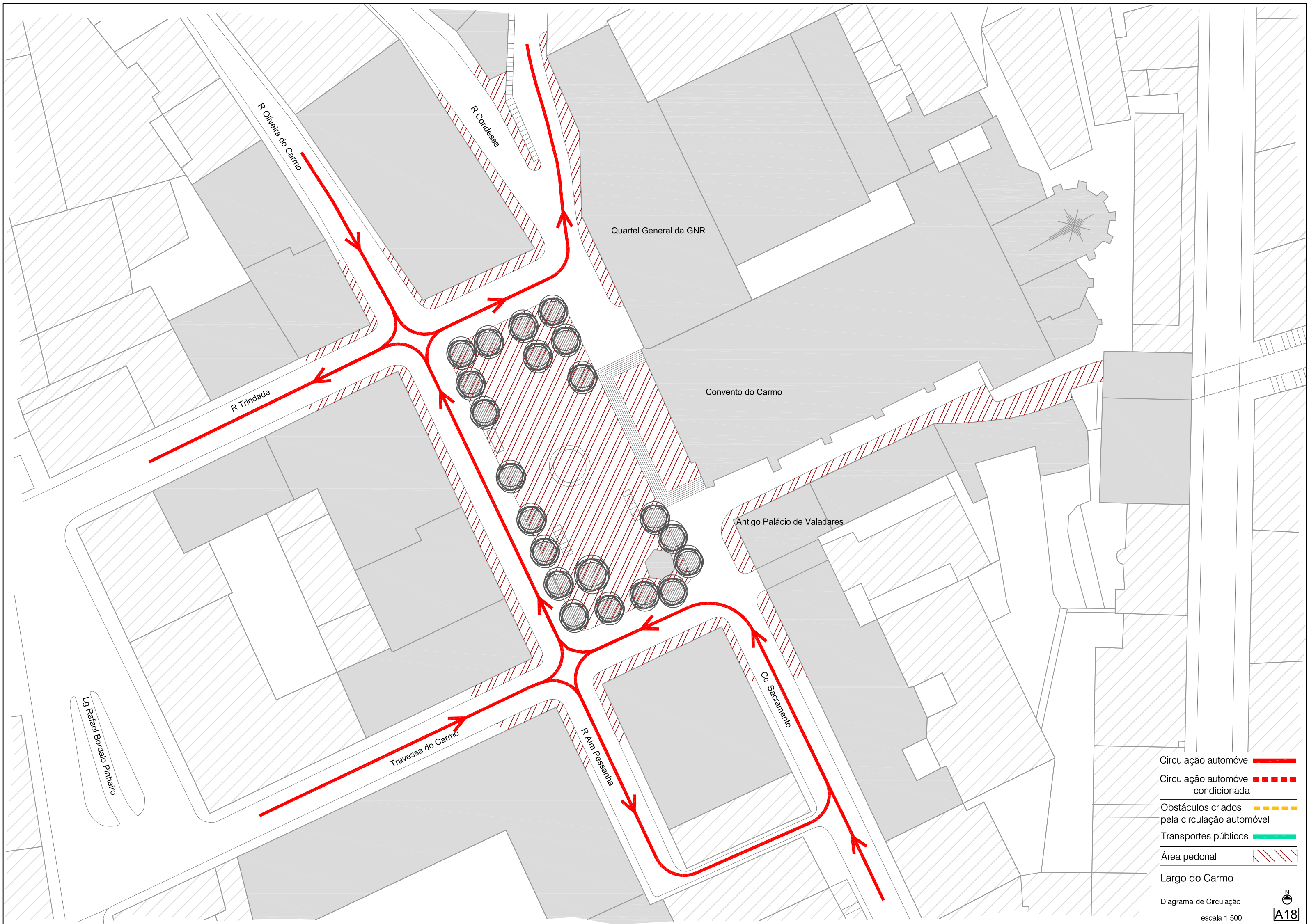
- Circulação automóvel ———
- Circulação automóvel condicionada - - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - - - - -
- Transportes públicos ———
- Área pedonal / / / / /

Praça da Figueira

Diagrama de Circulação
escala 1:500



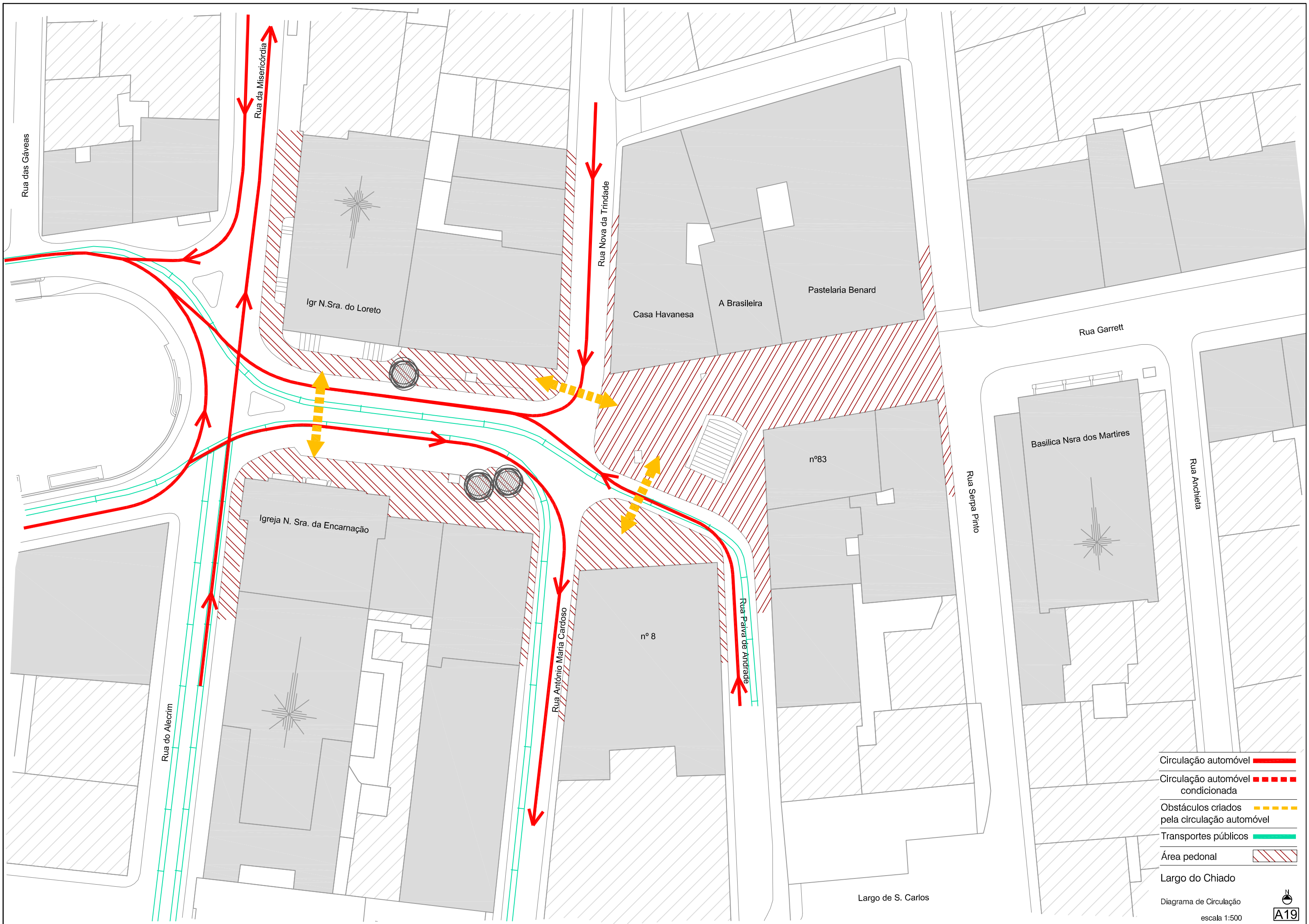
- Circulação automóvel ——
- Circulação automóvel condicionada - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - - - -
- Transportes públicos ——
- Área pedonal



- Circulação automóvel
- Circulação automóvel condicionada
- Obstáculos criados pela circulação automóvel
- Transportes públicos
- Área pedonal

Largo do Carmo

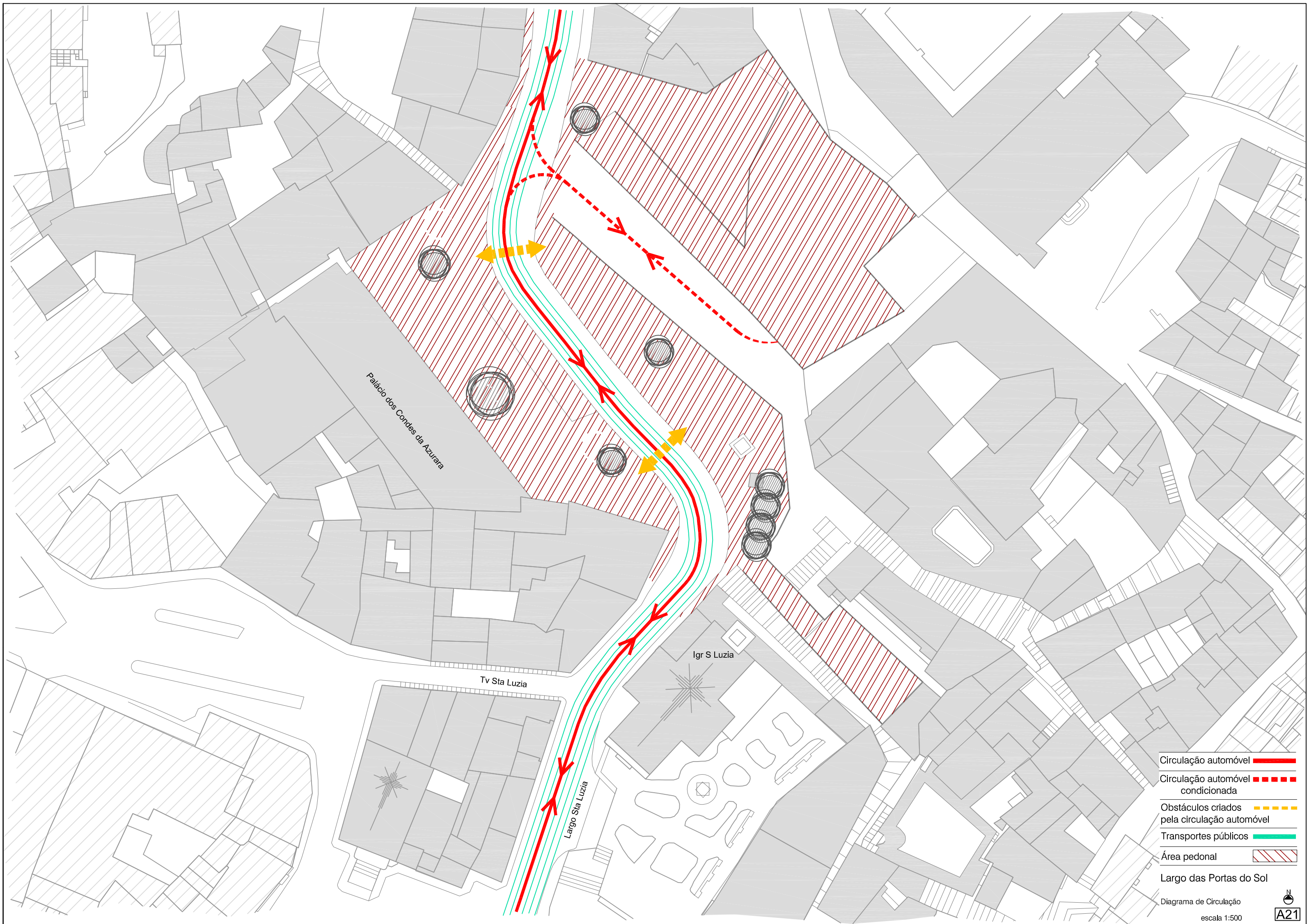
Diagrama de Circulação
escala 1:500



- Circulação automóvel ——
- Circulação automóvel condicionada - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - - - -
- Transportes públicos ——
- Área pedonal

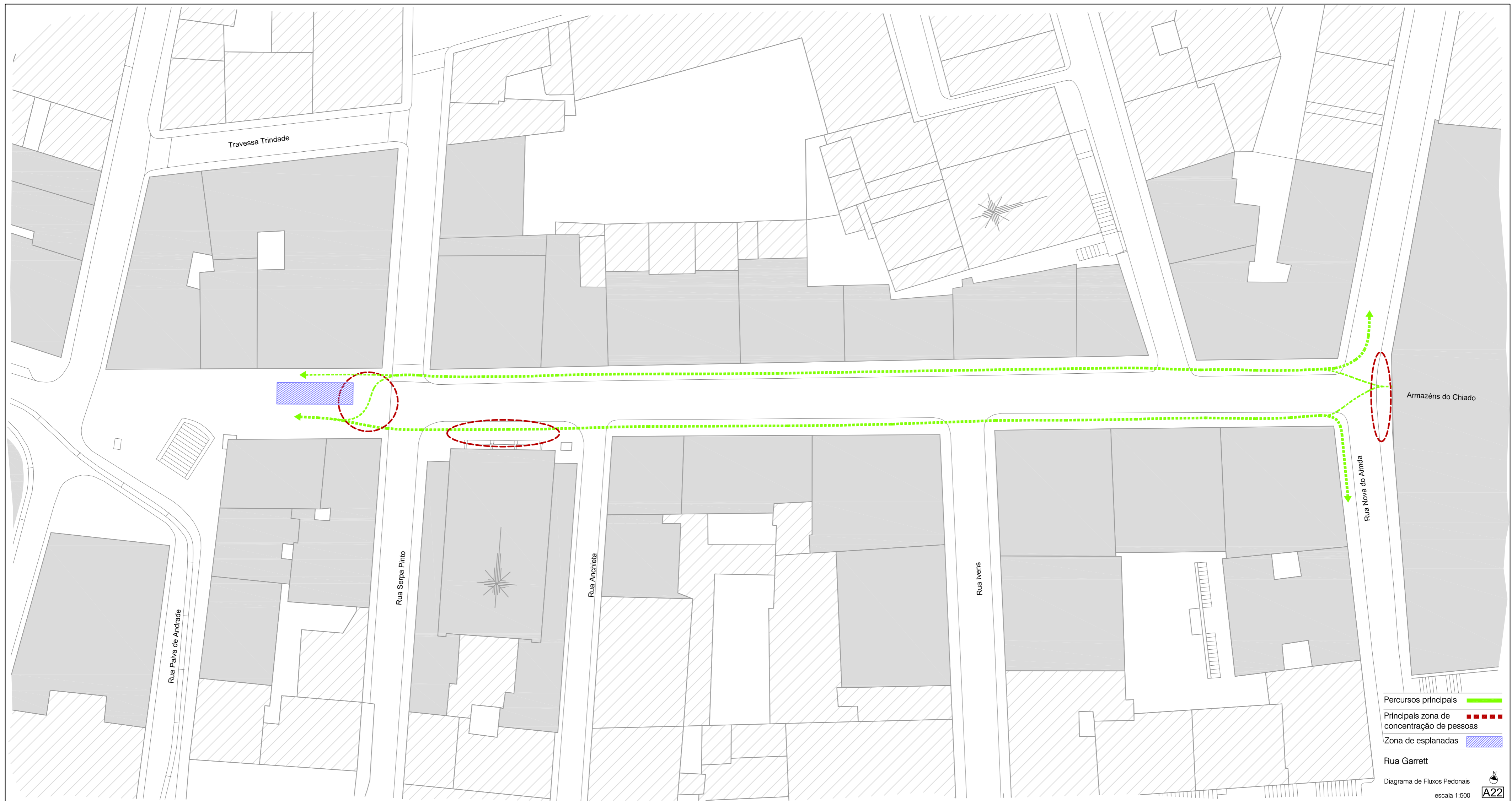


- Circulação automóvel ——
- Circulação automóvel condicionada - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - - - -
- Transportes públicos ——
- Área pedonal / / / /

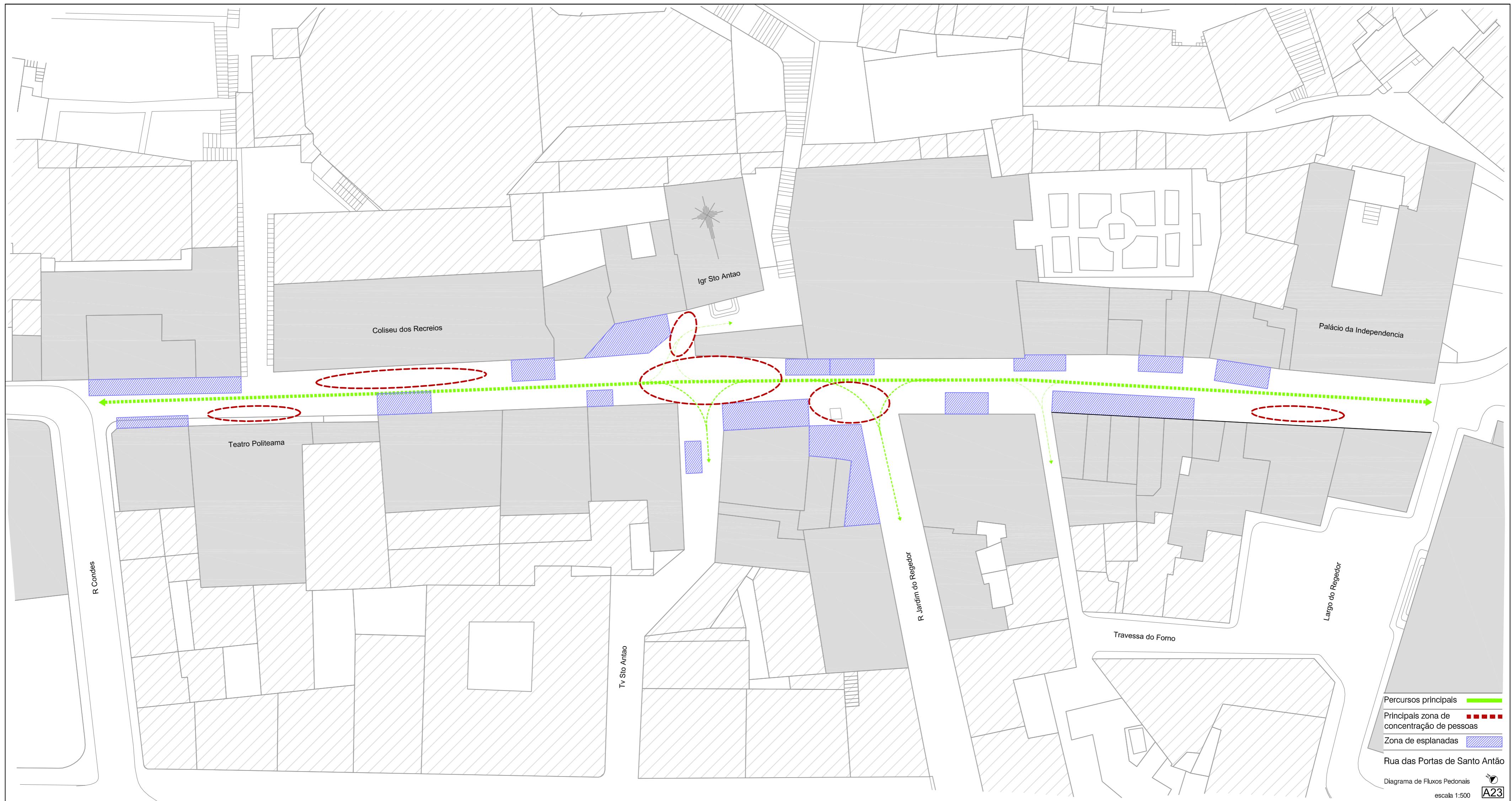


- Circulação automóvel ———
- Circulação automóvel condicionada - - - - -
- Obstáculos criados pela circulação automóvel - - - - -
- Transportes públicos ———
- Área pedonal ▨▨▨▨▨





- Percursos principais ———
- Principais zona de concentração de pessoas - - - - -
- Zona de esplanadas



Coliseu dos Recreios

Igr Sto Antao

Palácio da Independencia

Teatro Politeama

R Condés

Tv Sto Antao

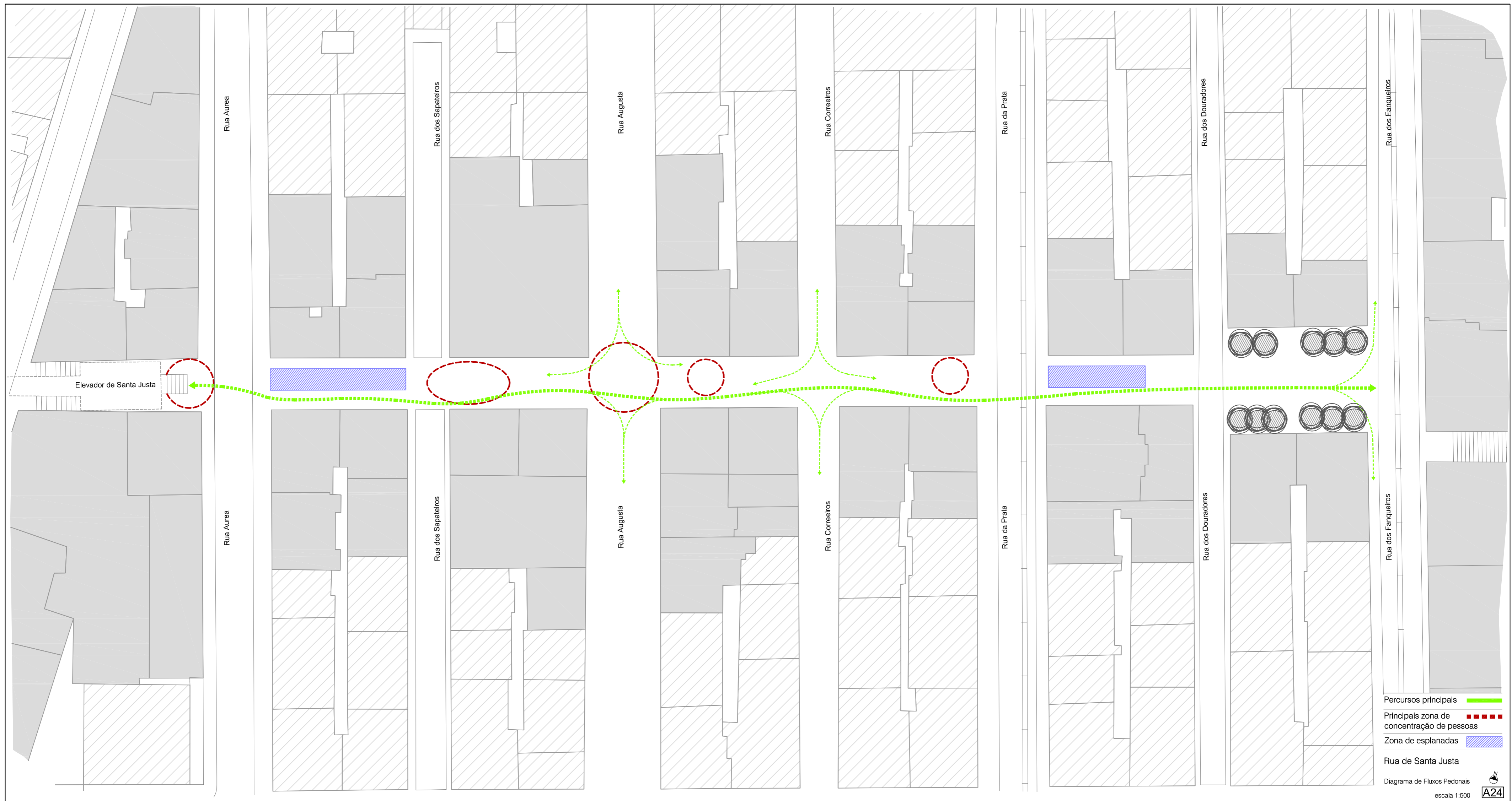
R Jardim do Regedor

Travessa do Forno

Largo do Regedor

- Percursos principais ———
- Principais zona de concentração de pessoas - - - - -
- Zona de esplanadas

Rua das Portas de Santo Antão



Elevador de Santa Justa

Rua Aúrea

Rua dos Sapateiros

Rua Augusta

Rua Correios

Rua da Prata

Rua dos Douradores

Rua dos Fanqueiros

Rua Aúrea

Rua dos Sapateiros


Rua Augusta


Rua Correios


Rua da Prata

Rua dos Douradores

Rua dos Fanqueiros

Percursos principais 



Principais zona de concentração de pessoas 

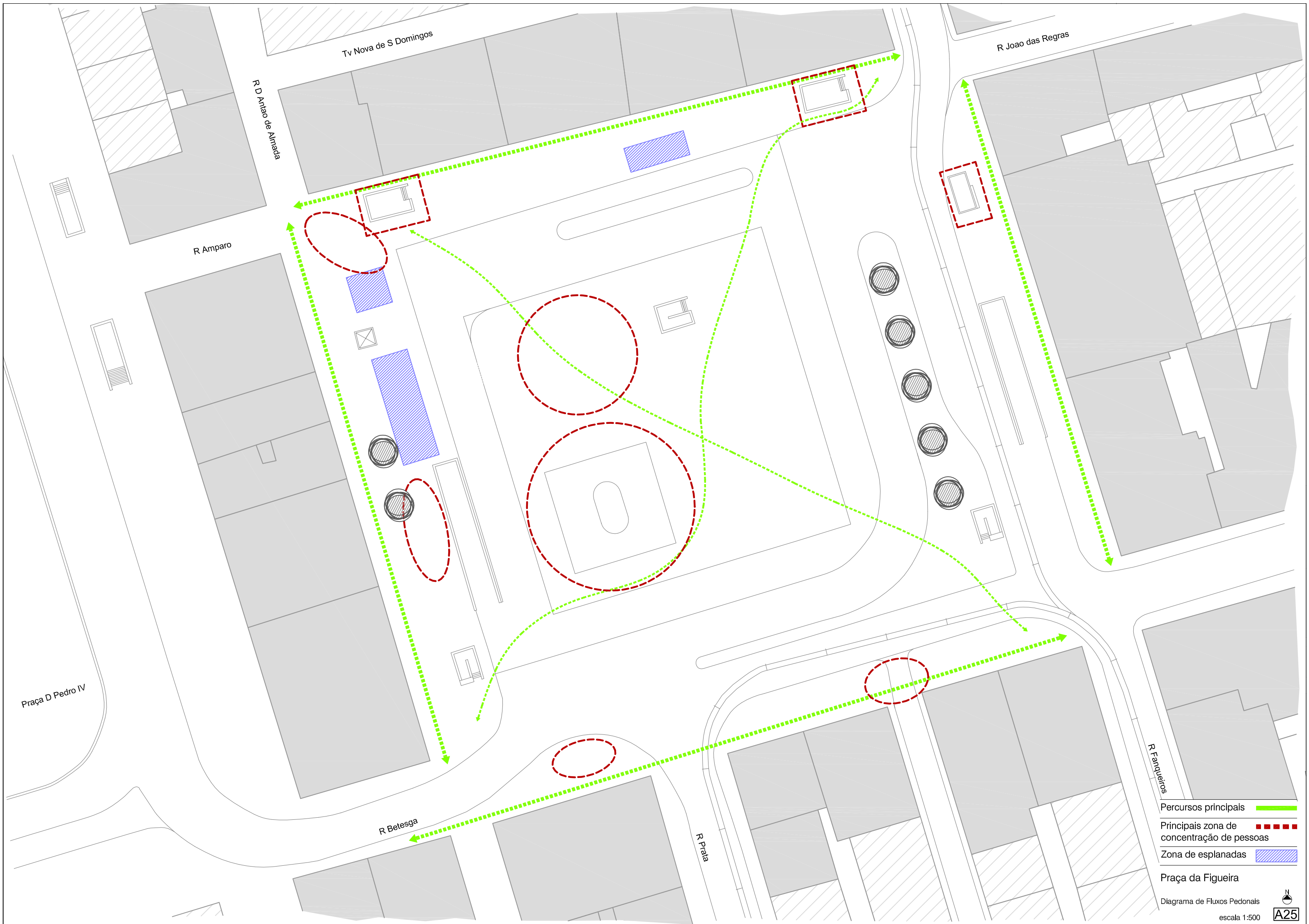
Zona de esplanadas 

Rua de Santa Justa

Diagrama de Fluxos Pedonais

escala 1:500



Praça D Pedro IV

R Amparo

Tv Nova de S Domingos

R D Antão de Almeida

R Joao das Regras

R Betesga

R Prata

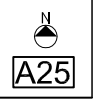
R Fanhinhos

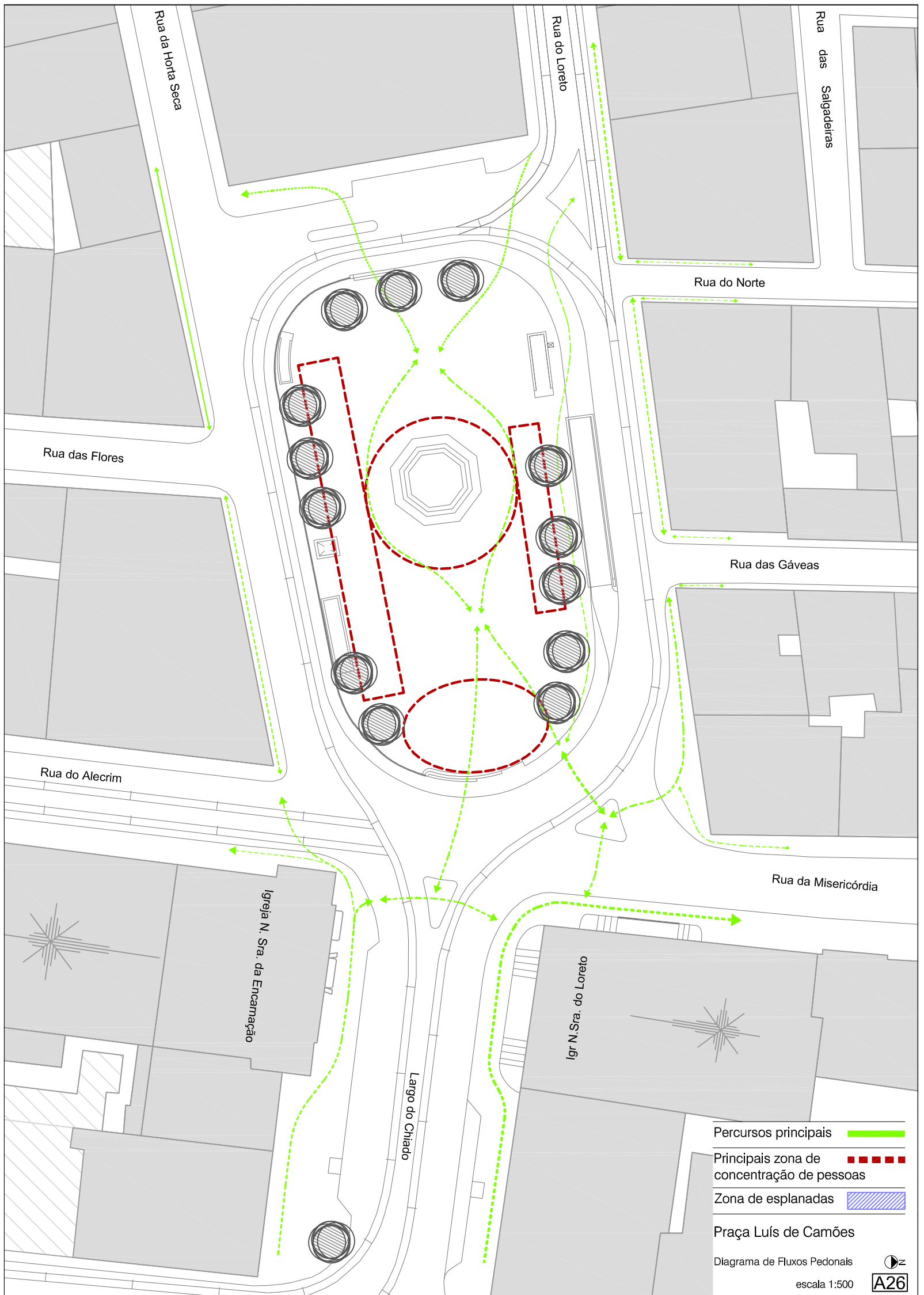
- Percursos principais ———
- Principais zona de concentração de pessoas - - - - -
- Zona de esplanadas

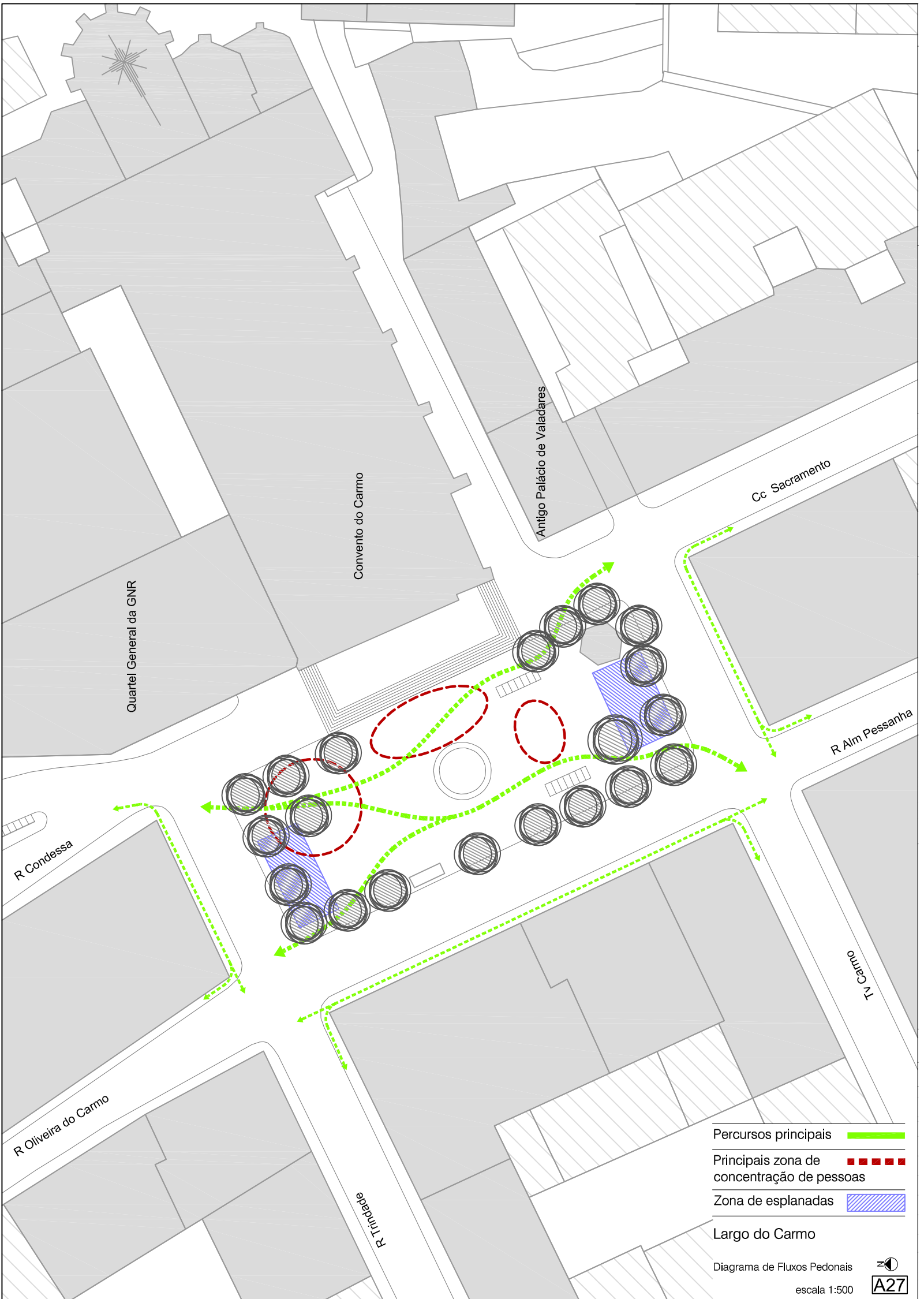
Praça da Figueira

Diagrama de Fluxos Pedonais

escala 1:500







Quartel General da GNR

Convento do Carmo

Antigo Palácio de Valadares

Cc Sacramento

R Alm Pessanha

R Condessa

R Oliveira do Carmo

R Trindade

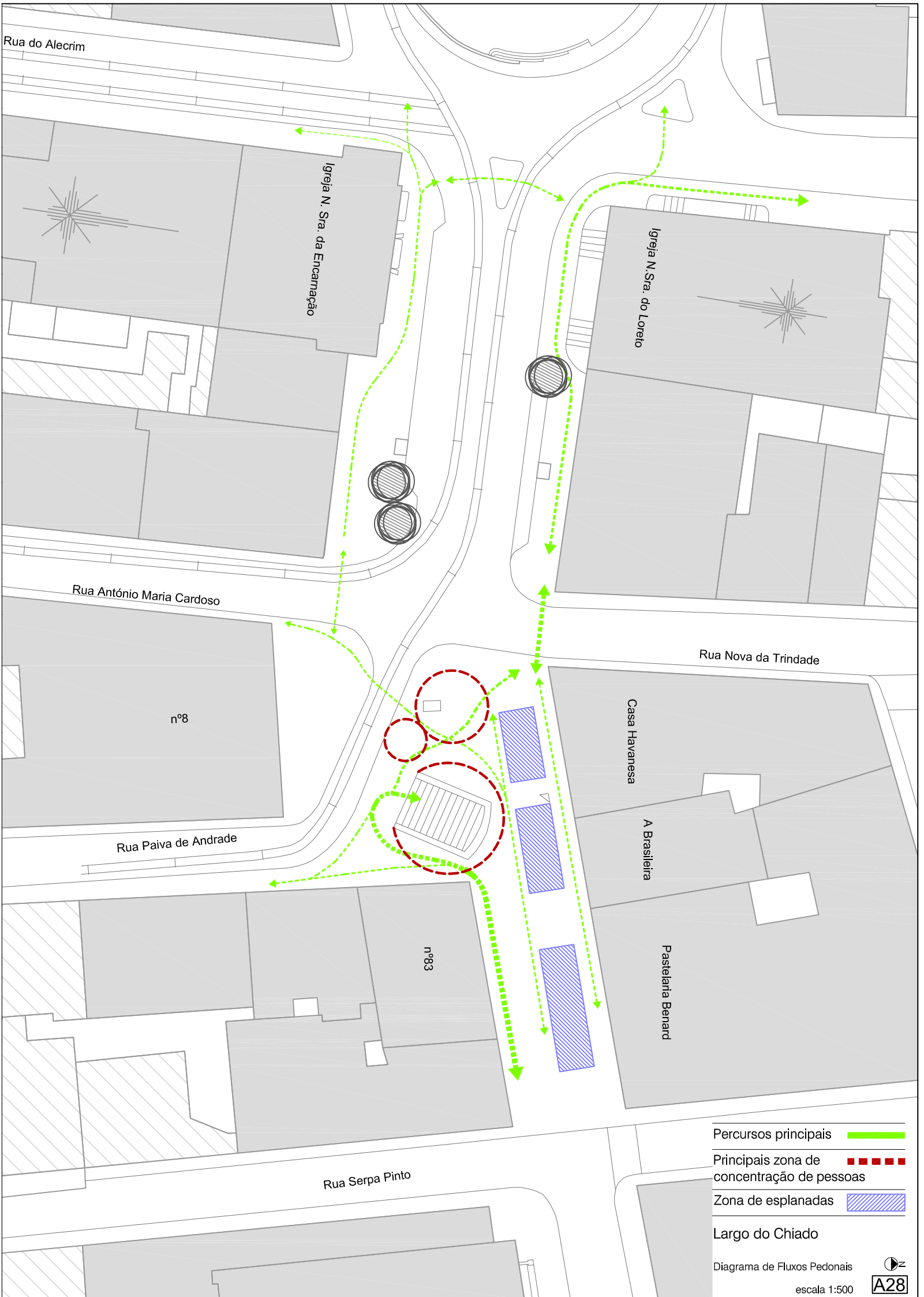
Tv Carmo

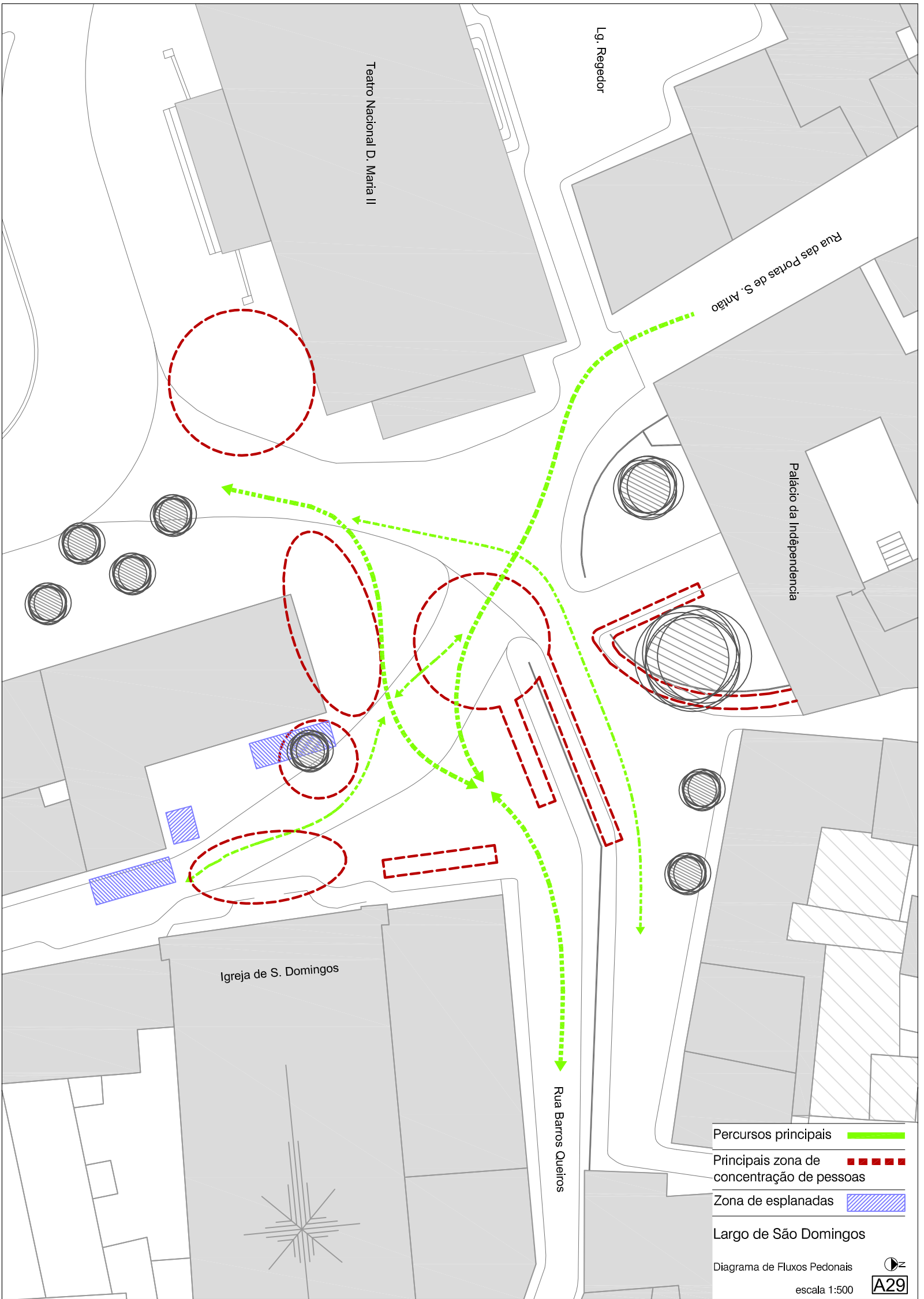
- Percursos principais ———
- Principais zona de concentração de pessoas - - - - -
- Zona de esplanadas

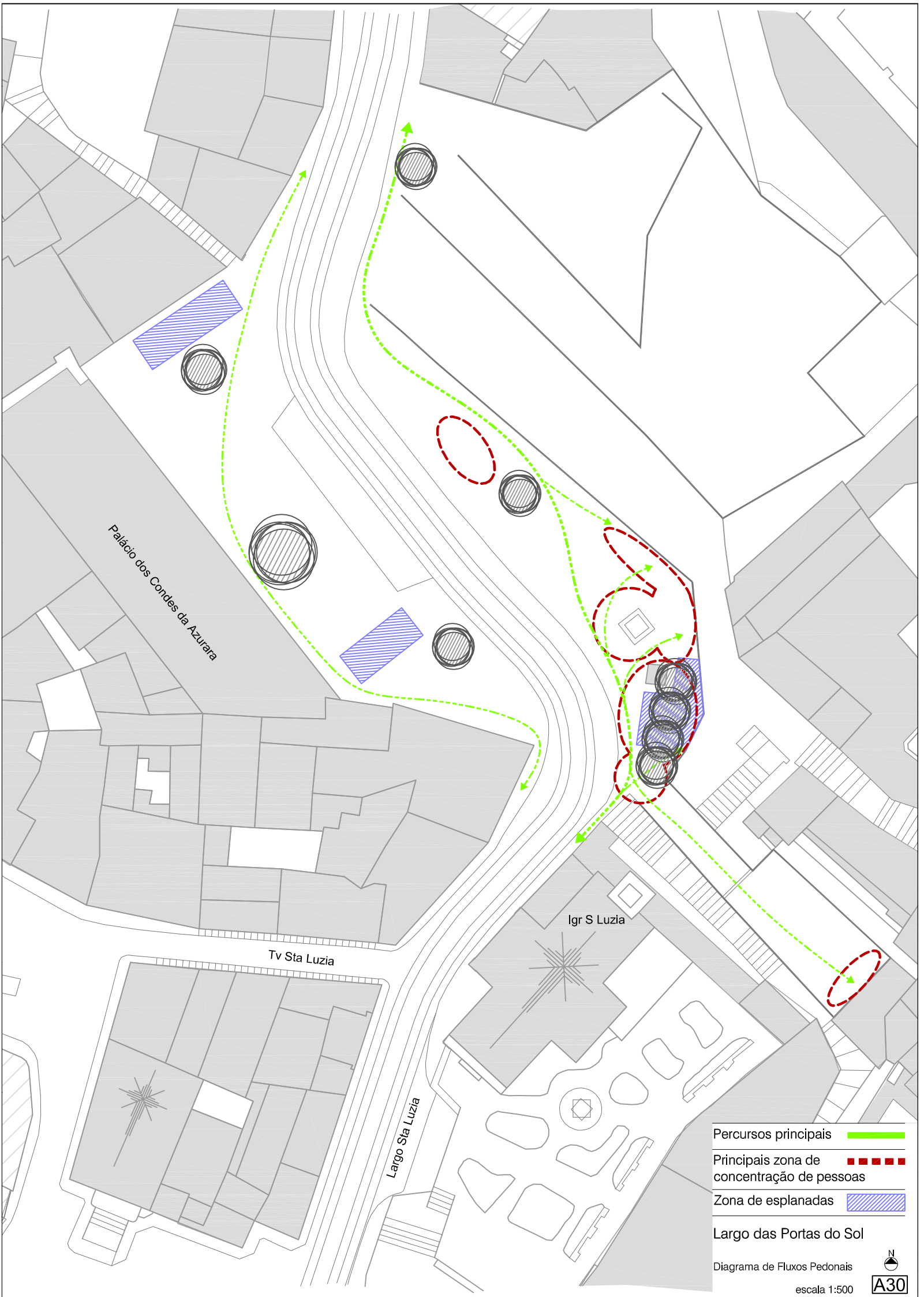
Largo do Carmo

Diagrama de Fluxos Pedonais

escala 1:500 A27







- Percursos principais ———
- Principais zona de concentração de pessoas ■■■■
- Zona de esplanadas

Largo das Portas do Sol

Diagrama de Fluxos Pedonais

escala 1:500

